



DEPARTAMENTO DE HUMANIDADES

MESTRADO EM ESTUDOS SOBRE A EUROPA

DA PALAVRA AOS ACTOS

ÁTRIO DOS GENTIOS

DIÁLOGOS CONTEMPORÂNEOS DE UMA IGREJA

Autor: José Adérito Rodrigues da Fonseca

2013

# MESTRADO EM ESTUDOS SOBRE A EUROPA

## DA PALAVRA AOS ACTOS

### ÁTRIO DOS GENTIOS

### DIÁLOGOS CONTEMPORÂNEOS DE UMA IGREJA

Autor: José Adérito Rodrigues da Fonseca

Orientador: Professor Doutor Mário Carlos Fernandes Avelar

Dissertação apresentada para obtenção do grau de Mestre em  
Estudos Sobre a Europa

Lisboa, 15 de abril de 2013

## ÍNDICE GERAL

Índice geral .....	III
Resumo .....	VII
Abstract .....	IX
Introdução .....	1

### Parte I

Notas de um diálogo histórico com o <i>Outro</i> .....	7
1.1 – Manifestação do Sagrado .....	7
1.2 – A Religião .....	11
1.3 – Agnósticos e Ateus .....	61

### Parte II

Vaticano II .....	67
-------------------	----

### Parte III

Átrio dos Gentios .....	131
-------------------------	-----

3.1 – <i>Gaudium e Spes</i> .....	153
3.2 – O Valor da Vida .....	163
Conclusão .....	195
Bibliografia .....	209
Webgrafia .....	217
Anexos .....	219

---

## **RESUMO**

No presente trabalho procederemos, em primeiro lugar, a uma breve abordagem histórica sobre o tema da religião, onde também observaremos a forma como a Igreja Católica foi dialogando com o *Outro* ao longo do tempo na presença de crentes e não crentes.

Num segundo momento analisar-se-á a importância do Concílio Vaticano II em termos de uma abertura da Igreja para a modernidade, bem como a sua atualidade através de uma distinta voz do clero português. Pesquisar-se-á de igual modo alguns documentos brotados desse Sínodo, no que concerne à alteridade e ao diálogo em diferentes campos, de entre os quais os *media*, a educação e o evangelismo.

Mas, uma viagem pelo caminho do debate das ideias europeias, nestas primeiras décadas atribuladas do século XXI, tendo por base o diálogo agora promovido pela Igreja de Roma, é o objetivo fulcral de que nos ocuparemos principalmente. Deste modo, num terceiro momento, apresentaremos factos, discutiremos ideias, levantaremos hipóteses e aventaremos argumentos, para no fim podermos chegar a conclusões sobre o eventual sucesso da iniciativa em causa - o *Átrio dos Gentios*. Refletir-se-á sobre pensamentos, concepções e visões contemporâneas, concebidos através daquilo que poderemos designar por dois principais *blocos* de mentalidades, o dos crentes e o dos não crentes, onde se entrecruzam caminhos de uma cristandade propalada e um agnosticismo perene. Aparentemente antagónicos são convergentes em diversos aspetos, podendo e devendo rivalizar para uma vida social mais sadia. Pois, e apesar de ao longo da História muitos muros se terem derrubado nas diferentes áreas das ciências sociais, a queda de outros torna-se fundamental. Assim, a coragem e frontalidade na sua abordagem, no intuito da promoção da discussão equilibrada, trazendo uma maior sensatez ao Homem no seu discernimento, são premissas basilares. Desta forma, torna-se necessário refletir sobre o evento, o qual, coloca à mesma mesa e num mesmo patamar de conhecimento, espíritos e razões diferentes, permitindo discursos desiguais mas, sólidos. Como disse Mahatma Gandhi: “Não existe um caminho para a felicidade. A felicidade é o caminho”.

**Palavras-chave:** Religião; Agnosticismo; Vaticano II; *Átrio dos Gentios*.

## **ABSTRACT**

In the present work we will proceed, in first place, with a brief historical approach about the theme religion, where we will observe how the Catholic Church dialogued with the *Other* through time in the presence of believers and non-believers.

In a second moment, we will analyse the importance of the Vatican II Council in terms of opening the Church to modernity as well as its relevance through a distinct voice of the Portuguese clergy. We will research in the same way some documents sprouted from this Synod, regarding otherness and dialogue in different fields including the *media*, education and the evangelism.

But a journey through the path of the debate of European ideas, in these early and troubled decades of the 21st century, based on dialogue now promoted by the Church of Rome is the central aim to which this work proposes itself. In the third moment, we will present facts, discuss ideas, raise hypotheses and we will suggest arguments, so that in the end we will be able to reach conclusions about the eventual success of the initiative in question - the *Court of the Gentiles*. We will, this way, reflect on thoughts, conceptions and contemporary ideas, conceived through what we can designate as two main *blocks* of mentalities, the believers' and the non-believers', where paths of a vaunted Christianity and a perennial agnosticism intersect. Apparently antagonistic, they are converging in several points and they can and must compete for a healthier and social life. Therefore and although throughout History many walls have been knocked down in different areas of social sciences, the fall of others makes it essential. This way, courage and directness in its approach, with the objective of promoting a balanced discussion, in order to bring wider wisdom to Man in his judgement, are basilar assumptions. This way, it becomes necessary to reflect upon the event, which lies at the same table and at the same level of knowledge, spirits and different reasons, allowing for unequal speeches, but solid ones. Like Mahatma Ghandi said: "There is no way to happiness. Happiness is the way".

**Key words:** Religion; Agnosticism; Vatican II; Court of the Gentiles.

---

## **INTRODUÇÃO**

Chegada ao fim a primeira década do início do século XXI, torna-se de algum modo imperativo compreender os *sinais dos tempos* que afetam esta Europa. Perceber se os mesmos são inéditos ou repetitivos, se têm uma só origem ou origens diferentes, se a sua essência estrutural substantiva é somente económica ou também de uma crise de valores morais e, essencialmente de que forma(s) esses *sinais dos tempos* podem ser esbatidos, são objetivos que propomos abordar através do diálogo com a alteridade por parte da Igreja Católica, através da análise da iniciativa que ficou conhecida como *Átrio dos Gentios*.

Para tal, através da investigação e do recurso, sempre que possível, ao contacto direto através da entrevista, trilharemos caminhos na companhia de duas premissas que nortearão todo o estudo exploratório do nosso trabalho, explorando alguns indicadores qualitativos e quantitativos. Referimo-nos ao conceito de alteridade enquanto conceção interativa de razão de existência baseada no *Outro* e, ao diálogo agora promovido de uma forma radical por uma Igreja conceitualmente renovada após o Concílio Vaticano II. É este último que será o centro de pesquisa da nossa investigação, a qual, não sendo de início de todo original, até porque se baseará no conteúdo vertido por diferentes autores no que concerne ao tema da religião, embora introduzamos algumas particularidades conciliadas com o assunto que pretendemos verbalizar, sê-lo-á em toda a parte que dirá respeito à iniciativa *Átrio dos Gentios* decorrida em finais de 2012 em Portugal, a qual se tornará o nosso estudo de caso.

Uma vez tratar-se de algo novo no seio da Igreja, neste caso daquela que mais fiéis tem em todo mundo, sendo também e como veremos através das palavras de autores como Jacqueline Russ, um elo inegável existente em toda a linha da formação psicossocial da sociedade europeia, é importante indagar as repercussões das suas atitudes, destringendo a sua utilidade e atualidade para os problemas contemporâneos, antevendo-se desde logo uma particularidade – a sua transversalidade.

Uma Igreja renovada que pretende regressar às origens, particularmente na sua forte componente missionária, apresenta-se agora como querendo fazer parte da solução das dúvidas, dos dilemas, das incertezas, etc., promovendo o diálogo entre crentes e não crentes oriundos de toda a sociedade, desafiando particularmente a classe política com ela a debater as questões, essencialmente as de cariz social, mas onde não somente a

---

reflexão está presente, mas também a denúncia, a opinião, a solução, sobretudo uma outra visão dos factos, de quem não se furta ao debate e ao confronto de ideias.

Esta investigação pretenderá trazer desta forma valor acrescentado ao conhecimento, de um novo método de discurso – o diálogo e a alteridade -, o qual refletirá a componente observadora por parte daqueles que acompanharão *in loco* todo o materializar das palavras em atos, onde podem caber diferentes variáveis e hipóteses, pois não sabemos de antemão a real ressonância do evento, muito menos a transversalidade da sua recetividade ou até mesmo e porque não, incidentes colaterais.

Ora face ao exposto, numa primeira fase, conduziremos a nossa investigação de modo a incorporar o tema da religião na essência, praticamente, da condição de Ser Humano, bem como a sua relação com o *Outro* ao longo dos tempos, até às proximidades do Concílio Vaticano II, referindo-nos neste aspeto concretamente ao Cristianismo. Para tal socorrer-nos-emos dos estudos de outros autores, bem como de documentos oriundos do Concílio, assim como a outras referências que considerarmos relevantes para a centralização da problemática, quer no mundo espiritual quer no mundo temporal. É desta forma que surgirá dividida a Primeira Parte, dando relevância no início à manifestação do sagrado, para logo a seguir expor sobre a religião, terminando com a alusão à alteridade dos não crentes que, mais importante do que a sua factual constatação, é o seu reconhecimento por parte da Igreja Católica, assim como o seu lugar em diferentes documentos de inegável valor para as relações humanas.

Numa Segunda Parte focar-nos-emos no Concílio Vaticano II – XXI Concílio Ecuménico da Igreja Católica. Visões e premonições de um Papa que via nos tempos vividos a necessidade de um *aggiornamento* da Igreja, tendo a *coragem* de convocar e avocar essa mudança e renovação – Papa João XXIII.

Exploraremos alguns documentos saídos deste Sínodo, não nos limitando, todavia, aos mesmos, para assim analisarmos algumas questões intrinsecamente ligadas à Igreja e à necessidade da sua atualização, de entre as quais a da alteridade, que de resto e como já foi frisado acompanhará todo o trabalho.

Não fecharemos esse capítulo sem que primeiro deixemos explanado a opinião expressa de uma autoridade na Igreja Católica portuguesa sobre a questão da necessidade da realização de um novo Concílio, falamos concretamente de D. Jorge Ortiga, Arcebispo Primaz de Braga.

Num derradeiro capítulo, caber-nos-á analisar o mediatismo da iniciativa que pretendemos explorar e a sua escolha como alternativa ao mecanismo secular, ainda que limitados a determinado acontecimento circunscrito a um dado momento. Não o faremos, sem que, no entanto, nós próprios inferiremos algum juízo de valor para com a sociedade atual onde esta Igreja rejuvenescida se integra, havendo para tal necessidade do derrube de determinados *muros*, que no fundo caracteriza o *átrio dos gentios*.

Utilizaremos a analogia e também como originalidade nesta prospeção, a evolução que a própria União Europeia foi sofrendo, onde houve a necessidade do derrubar de inúmeras muralhas.

Num ponto intermédio, será a Constituição Apostólica *Gaudium Et Spes* sobre a Igreja no mundo atual, a servir-nos de inspiração. Desde logo olhada como a ponte da boa-nova onde se reúnem diferentes fins, pretenderemos explorar alguns números por nós considerados relevantes para o caso em apreço.

Estes passos, que nos propomos clarificar, levar-nos-ão a refletir sobre até que ponto o diálogo baseado na apreensão pelo *Outro*, contribui para a remissão da consciência e, de igual modo, para um fortalecimento de uma essência correlacional humana, onde existem opções válidas.

---

## **PARTE I**

### **NOTAS DE UM DIÁLOGO HISTÓRICO COM O OUTRO**

É objetivo nosso, nesta primeira parte, justificar o motivo que subjaz à escolha de um tema que tem como núcleo central a religião, o diálogo com o *Outro*. Deste modo, ao longo destas linhas, propomo-nos viajar, ainda que de uma forma lata, com a ajuda ao recurso dos estudos de alguns autores por nós considerados relevantes neste âmbito, de modo a refletir sobre algumas características iminentes ao ser humano que passam por um diálogo tanto íntimo como social com o Transcendente. Refletiremos, nomeadamente, sobre o facto de nem todos os homens partilharem de uma mesma visão religiosa; sobre a herança cultural identitária inerente ao Cristianismo, e à Santa Sé como Instituição. Com efeito, como referem Gaarder, Hellern & Notaker: “ [n]ão há registo de nenhuma raça ou tribo que não tenha tido uma religião de qualquer espécie” (Gaarder, Hellern & Notaker: 2002, 13). Embora este momento possa parecer algo digressivo face ao nosso objetivo central, cremos que ele se justifica pelo facto de nos permitir desvendar determinadas ênfases no diálogo com o Transcendente que mais adiante irão emergir na nossa análise do tópico da nossa dissertação.

#### **1.1 – Manifestação do Sagrado**

É, com efeito, de difícil, se não impossível, datação o momento em que se inicia aquilo a que Mircea Eliade apelidou de *manifestação do sagrado* estruturada em torno de ritos, mitos, crenças ou figuras divinas. Apesar dessa dificuldade, no primeiro volume da sua obra intitulada *História das Ideias & Crenças Religiosas* este ensaísta escreve:

Se os Paleantropídeos são considerados «homens completos», deduz-se que possuíam também certo número de crenças e praticavam determinados ritos. Pois, conforme lembramos, a experiência do sagrado constitui um elemento na estrutura da consciência. Noutros termos, se colocarmos a questão da «religiosidade» ou da «não-religiosidade» dos homens pré-históricos, incumbe aos partidários da «não-religiosidade» dar provas em apoio da sua hipótese. (Eliade: [s.d.], 13)

---

Das suas palavras deduz-se que, desde que existe a atribuição do conceito Homem ao primeiro animal considerado como tal, é patente uma determinada atividade intrínseca, à qual se pode chamar “crença”. Considera igualmente Eliade:

Sem dúvida, não se trata de transpor para os homens da idade da pedra antiga as práticas religiosas e as mitologias dos «primitivos». Mas, conforme já observámos, o êxtase de tipo xamânico parece atestado no Paleolítico. Isso implica, por um lado, a crença numa «alma» capaz de abandonar o corpo e de viajar livremente no mundo e, por outro lado, a convicção de que, numa tal viagem, a alma pode encontrar certos Seres sobre-humanos e pedir-lhes ajuda ou bênção. O êxtase xamânico implica além disso a possibilidade de «possuir», isto é, de penetrar nos corpos dos humanos, e também de «ser possuído» pela alma de um morto ou de um animal, ou ainda por um espírito ou por um deus. (30)

Outros autores secundam-no no âmbito de estudos de civilizações pré-históricas, corroborando essa sua percepção daquela realidade arcaica. No mesmo sentido, Edward McNall Burns<sup>1</sup>, na sua *História da Civilização Ocidental: O Drama da Raça Humana*, conclui:

Maior significação pode ser emprestada à prática neanderthalense de dispensar cuidados aos defuntos, enterrando-os em sepulturas rasas junto com utensílios e outros objetos de valor. Isso indica, talvez, o desenvolver-se de um sentimento religioso, ou pelo menos a crença em alguma espécie de sobrevivência depois da morte. [...] Existem provas suficientes de que o homem de Cro-Magnon tinha ideias muito evoluídas sobre um mundo de forças invisíveis. Dispensava mais cuidados aos corpos dos defuntos que o homem de Neanderthal, pintando os cadáveres, cruzando-lhes os braços sobre o peito e depositando, nas sepulturas, pingentes, colares e armas e instrumentos ricamente lavrados. (10 e 12)

Ainda na sua opinião, na Cultura Neolítica<sup>2</sup>, aquela que será uma última fase da cultura pré-literária:

Os portadores da cultura neolítica foram novas variedades de homem moderno que se espalharam pela África e pelo sul da Europa, vindas da Ásia ocidental. Como nada está a indicar que esses novos elementos tivessem sido exterminados ulteriormente, ou que tivessem migrado em massa, devemos considera-los como os antepassados imediatos da maioria dos povos que hoje habitam a Europa. (15)

Segundo este ensaísta, aquela cultura permitiu o desenvolvimento de três grandes instituições, a família, a religião e o estado. Fê-lo, ainda que não intencionalmente, a par de toda uma panóplia de novas atividades, como a tecelagem, a

---

<sup>1</sup> As referências a este autor são baseadas na sua obra datada de 1977, *História da Civilização Ocidental: O Drama da Raça Humana*. Uma vez que se trata de um texto escrito em português, variante brasileira, as citações serão na Norma do português segundo o novo acordo ortográfico, somente na parte respeitante à acentuação gráfica, não alterando o seu sentido.

<sup>2</sup> Para um estudo aprofundado sobre esta cultura Cf. Jacques Cauvin (1999). *Nascimento das Divindades, Nascimento da Agricultura: A Revolução dos Símbolos no Neolítico*. Tradução de Pedro Filipe Henriques, col. «Epistemologia e sociedade», Lisboa, Instituto Piaget.

---

domesticação de animais e sobretudo a agricultura, que veio alterar a forma de os seres humanos estruturarem o pensamento em relação ao cosmos e de se organizarem, enquanto comunidade:

A experiência do tempo cósmico, sobretudo no âmbito dos trabalhos agrícolas, acaba por impor a ideia do *tempo circular* [itálico original] e do *ciclo cósmico* [itálico original]. Visto que o mundo e a existência humana são valorizados em termos da vida vegetal, o ciclo cósmico é concebido como a repetição indefinida do mesmo ritmo: nascimento, morte, renascimento. (...) As cosmologias, escatologias e messianismos que vão dominar durante dois milénios o Oriente e o mundo mediterrânico têm as suas raízes nas concepções dos neolíticos. (Eliade: [s.d.], 44-45)

A periodicidade e a renovação dos trabalhos agrícolas, *ad eternum*, estava na base do conceito de uma visão circular do tempo, imutabilidade e sacralidade, associada ao processo de nascimento, morte e renascimento. Com efeito: “[a] imagem do Céu e da Terra Mãe é uma imagem facilmente apreensível para uma sociedade agrária. A terra é fértil e fornece ao homem, mas só depois de receber do céu o sol e a chuva” (Gaarder, Hellern & Notaker: 2002, 23).

Uma forma divinizada de perceber a natureza, cujo sacrifício permite a perpetuação da raça humana, da vida e a sua salvação, bem como a ideia do ciclo cósmico, de alguma forma antecede uma concepção que irá marcar o Cristianismo. O seu espaço de vivência é o centro do mundo; o mesmo é parte integrante do cosmos e seu arquétipo - *imago mundi*, cuja realização ainda veremos na civilização egípcia e mesopotâmica.

## **1.2 – A Religião**

Sendo difícil, quiçá irrelevante, identificar qual terá sido a primeira *grande civilização*, entre as *grandes civilizações*, poderemos, contudo, concluir que ela se edificou, ou no Nilo, ou no vale do Tigre-Eufrates, levando à geração de consideráveis aglomerados populacionais, urgindo a necessidade da criação de instituições, órgãos de controlo e regras sociais, as quais por sua vez, e face aos desafios que se lhes terão colocado, levaram *per se*, ao desenvolvimento de técnicas e filosofias sociais, que influenciariam os tempos futuros. Mas também a este nível, a religião emerge como algo de nuclear em termos do tecido social.

---

Importa esclarecer que, no que diz respeito ao conceito de religião, subscrevemos Radcliffe-Brown quando proclama: “[a]venturei-me a sugerir uma fórmula geral na qual a religião é sempre uma expressão, de uma forma ou de outra, de uma sensação de dependência se um poder que nos é estranho, poder esse a que podemos chamar poder espiritual ou moral” (Radcliffe-Brown: 1989, 232). Por seu turno, Edward McNall Burns recorre a um passo da obra deste autor *Structure and Function in Primitive Society* (Cf. 157), para afirmar: “[a] religião é em toda parte a expressão, sob uma forma ou outra, de um sentimento de dependência em face de um poder exterior a nós mesmos, poder cuja natureza é lícito qualificar de espiritual ou moral” (Burns: 1977, 20). Independentemente da sua translação ou interpretação, muitas outras definições de religião se poderiam utilizar<sup>3</sup>.

Na base das suas palavras, escreve McNall Burns num passo que, apesar de longo, pela sua pertinência consideramos verter na íntegra:

Os antropólogos modernos põem em relevo o fato de que a religião primitiva não era tanto questão de crença como de ritos. Os ritos, na maioria dos casos, vieram em primeiro lugar; os mitos, dogmas e teologias foram racionalizações ulteriores. O homem primitivo dependia universalmente da natureza - da sucessão regular das estações, da queda de chuvas nas ocasiões apropriadas, do crescimento das plantas e da reprodução dos animais. Esses fenómenos naturais não ocorreriam a não ser que ele cumprisse certos sacrifícios e ritos. Instituiu, assim, cerimónias destinadas a fazer chover, nas quais se borrifava água sobre espigas de milho para imitar a precipitação da chuva. (...) Mas havia outro elemento cuja presença era manifesta na religião primitiva. Referimo-nos ao elemento do medo. Os homens primitivos de nossos tempos, pelo menos, vivem num estado constante de alarma e de terror. (...) Tudo que é estranho e mal conhecido está repleto de perigos. O selvagem não só teme a doença e a morte mas também a fome, a seca, as tempestades, os espíritos dos mortos e os animais que ele próprio matou. Toda desgraça, perda ou malogro é precursora de outras calamidades do mesmo género, a não ser que a má influência causadora seja apaziguada, paralisada ou aniquilada. Para a obtenção de tais fins, os encantamentos, sortilégios e outros recursos de poder mágico parecem ser uma necessidade imprescindível. (...) Entre a espécie de religião que acabamos de descrever e as religiões teológicas como o judaísmo, o cristianismo e o islã, não parecem existir senão as mais vagas conexões. (...) A primeira revolução intelectual na história da humanidade foi provavelmente a passagem da base pré-lógica da religião primitiva para o tipo de pensamento religioso que repousa sobre uma crença em deuses benévolos e uma explicação filosófica do universo. Ninguém sabe como se realizou a transição. (...) Fosse qual fosse a sua origem, as divindades pessoais eram veneradas pelas mais antigas civilizações e parece certo que as crenças relativas a essas divindades surgiram durante a fase de cultura neolítica. Ainda outra grande instituição que foi desenvolvida pelo homem neolítico é o estado. À guisa de definição, podemos descrever o estado como uma sociedade organizada que ocupa um território definido e possui um governo efetivo, independente de controle externo. (...)

---

<sup>3</sup> Jostein Gaarder (2002) na sua obra intitulada *O Livro das Religiões* (Cf. 19) cita alguns autores tais como Friedrich Schleiermacher, Cornelis Petrus Tiele e Helmut [sic] von Glasenapp, a fim de deixar uma panorâmica sobre a definição de religião, e a falta de consenso em torno dela.

---

A religião contribuiu indubitavelmente para o aparecimento do estado em certas áreas. (...) À medida que a população aumenta dentro de áreas limitadas, a lei consuetudinária e a administração familiar da justiça revelam-se insuficientes e faz-se sentir a necessidade da organização política como substituto. (20-22, 24-25)

Importa igualmente recordar que também os povos semitas têm uma enorme repercussão cultural no Ocidente e, em particular, na Europa<sup>4</sup>. A heterogeneidade que compõe esta família e as diferentes influências que fluem no seu seio, desde logo a migração como principal vaso comunicante, marcaram períodos dilatados de tempo de conquistas e reconquistas, entre europeus, indo-europeus, asiáticos, africanos, entre outros. Como tal, deixariam de legado, inicialmente aos helénicos e posteriormente aos romanos, todo um fundo identitário, que marcará a matriz de uma cultura à qual se designou chamar europeia, essencialmente como *leitmotiv* de três grandes religiões universais monoteístas - Cristianismo, Judaísmo e Islamismo.

A Europa vai beber em fontes mais antigas do que a greco-romana, nomeadamente, na Mesopotâmia, Egito, Pérsia e mundo hebraico, cujas influências são visíveis no comércio, na forma de estado, na justiça, na defesa, entre outras. Testemunham-se heranças do Próximo Oriente no que concerne à religião, nomeadamente a origem do monoteísmo, a forma de perceber o mundo, o significado da morte e da vida.

Após esta reflexão preliminar, poderemos retirar três conclusões: em primeiro lugar é comumente aceite, como defendem Mircea Eliade e Edward McNall Burns, que já em tempos arcaicos existia a prática do culto; em segundo lugar, e *mui sui generis* é o facto de o período neolítico trazer à luz, e pela primeira vez, a possibilidade de um pensamento religioso, a crença em deuses; em terceiro e último lugar, é inegável o contributo manifesto da religião para a construção de uma ideia de Estado.

Porque não pretendemos fazer uma sinopse, ainda que breve, de toda uma evolução do pensamento e práticas religiosas, tendo procedido a esta reflexão preliminar, devemos transitar para o fulcro do nosso objeto de investigação, o Cristianismo.

---

<sup>4</sup> Sobre a família linguística semítica Cf., entre outros: João de Sousa Fonseca (dir.) (s.d.) [1940]. *Grande Enciclopédia Portuguesa e Brasileira*. Vol. 28, Lisboa, Editorial Enciclopédia, 243-44; José Pedro Machado (s.d.). *As Línguas do Mundo*. VI secção, série D, n.º 8-9, Lisboa, Empresa Contemporânea de Edições, 80-84 e José D. Garcia Domingues (1958). *A Linguística Semítica e o Interesse do seu Estudo em Portugal*. separata da "Revista de Portugal – série A – Língua Portuguesa", vol. 23, Lisboa.

---

De acordo com os dados disponíveis, conclui-se que o Cristianismo é a religião com maior número de seguidores em todo mundo. Apesar de a Comissão Europeia não fornecer estatísticas a este nível, o seu eco é inegável na configuração cultural da Europa laica. A sua presença, por vezes mecénica, é visível na forma como interagiu ao longo do tempo com o poder político, com a arte, com a música, com a arquitetura, com a literatura, com o ensino, com a ética, com a moral; isto é, com espaços diversificados da ação humana onde o diálogo com o *Outro* é uma constante. Escrevem a propósito os acima citados Gaarder, Hellern e Notaker:

O Cristianismo é a filosofia de vida que mais fortemente caracteriza a sociedade ocidental. Durante quase dois mil anos tem estado ligado à história, literatura, arte e arquitectura europeias. Desta forma, o conhecimento do Cristianismo constitui um pré-requisito para a compreensão da sociedade e da cultura em que vivemos. (Gaarder, Hellern & Notaker: 2002, 148)

Entre outros aspetos, temos vindo a constatar que não existem Culturas estanques. Deste modo, numas com mais singularidades do que noutras, são visíveis vestígios de influências, sobretudo do âmbito cultural e social, de Culturas que as antecedem ou que com elas coabitam. Consequentemente, falar da origem do Cristianismo sem falar das suas antecessoras, particularmente do que mais tarde viria a tornar-se no Judaísmo, é correr o risco de se perder uma continuidade histórica feita de reações, assimilações, denegações e superações, e, como tal, de não se absorver a riqueza da diferença que se vai incorporando no seio de um tecido cultural profundo, e, naturalmente, de se ficar insatisfeito no seu entendimento e restringido a uma eventual linearidade de culto que se vai veicular ao longo da existência da humanidade.

A civilização hebraica, a par da civilização egípcia, foi talvez das que teve maior importância para o mundo moderno<sup>5</sup>. Com efeito:

NENHUM dos povos do antigo Oriente, com exceção, talvez, dos egípcios, teve maior importância para o mundo moderno do que os hebreus. Foram eles, já se sabe, que nos deram grande parte do substrato da religião cristã, como os mandamentos, as histórias da criação e do dilúvio, o conceito de Deus como legislador e juiz, e ainda mais de dois terços de sua Bíblia. As concepções hebraicas da moral e da teoria política influenciaram também profundamente as nações modernas, em especial aquelas em que a fé calvinista foi particularmente vigorosa. Por outro lado, é necessário lembrar que os próprios hebreus não desenvolveram a sua cultura no vácuo. Não foram mais capazes que qualquer outro povo de fugir à influência das nações circunvizinhas. A religião hebraica, em consequência disso, continha numerosos elementos cuja origem egípcia ou mesopotâmica é evidente. A despeito de todos os esforços dos profetas para expurgar a

---

<sup>5</sup> “Os começos da religião de Israel são relatados nos capítulos 46-50 do *Génesis*, no *Êxodo* e no livro dos *Números*” (Eliade: [s.d.], 163).

---

fé hebraica de corrupções estrangeiras, muitas permaneceram e outras foram adicionadas depois. (Burns: 1977, 111)

Continua o mesmo autor:

Por volta de 1300-1250 a. C. os seus descendentes encontraram um novo líder no indómito Moisés, que os libertou da servidão, conduziu-os à Península do Sinai e converteu-os ao culto de Iavé. Até então Iavé tinha sido a divindade dos povos pastores hebreus que habitavam o Sinai. (...) Sua religião, que também se derivava em grande parte de Babilónia, era cruel e sensual, incluindo sacrifícios humanos e a prostituição no templo. (112-13)

Ainda assim, considera:

Muito poucos povos na história passaram por uma evolução religiosa comparável à dos hebreus. Seu ciclo de desenvolvimento abrange todo o caminho que vai das mais cruas superstições até as concepções espirituais e éticas mais sublimes. Isso pode em parte ser explicado por meio da posição geográfica especial ocupada pelo povo hebreu. Localizados como foram, depois da conquista de Canaã, no caminho de ligação entre o Egito e as maiores civilizações da Ásia, estavam destinados a sofrer uma extraordinária variedade de influências. (115-16)

Através da reflexão exibida ao longo desta extensa mas relevante citação, conclui-se que, ao longo dos tempos, os hebreus foram sofrendo alterações a nível das suas concepções religiosas. O ensaísta distingue cinco etapas que, no fundo, e de um modo muito resumido, podem ser discriminadas da seguinte forma. Uma primeira fase (até ~1100 a. C.), animista, evoluindo para o antropomorfismo, caracterizada por uma abundante prática de diferentes formas de magia.

Uma segunda fase (do século XII ao século IX a. C.), na qual predomina um deus, sem que, todavia, se negue a entidade de outros. Existe, porém, uma tendência clara para um determinado monoteísmo, ou adoração de um deus único, que porventura terá sido Iavé; parafraseando Burns, jamais *Jeová* - erro cometido pelos cristãos hebreus do século XIII<sup>6</sup>. Iavé emerge como um deus com características humanas e reconhecedor do justo e do pecador, embora punisse este último sem grande preocupação do grau da culpabilidade.

Num terceiro estágio (séculos VIII e VII a. C.), assiste-se à tentativa de purificação e imposição do culto de Iavé ao povo hebreu. Com efeito, como referira

---

<sup>6</sup> No entanto, em Mircea Eliade [s.d.]. *História das Ideias & Crenças Religiosas*. Tradução de Daniela de Carvalho e Paulo Ferreira da Cunha, Porto: Rés-Editora, obra composta por três volumes, aparece sempre o termo *Jeová* e nunca *Iavé*. Uma vez que não tivemos acesso ao original, aceita-se que se trate de uma questão de tradução - sobre esta problemática leia-se: Álvaro Manuel Machado & Daniel-Henri Pageaux (1988). *Da Literatura Comparada à Teoria da Literatura*. Lisboa: Edições 70.

Burns, existiam paralelamente outras adorações de ídolos, o que lhe impedia de assumir um papel de unanimidade e unidade, tendo que concorrer numa constante disputa com os outros. Desta forma, quer os chefes de seitas mais fiéis, quer os profetas, propalam a abnegação pelo estrangeirismo, uma vez que muitas destas devoções vinham de influências de povos vizinhos, não hebreus, incentivando-se assim a humildade e o repúdio do extravagante. No fundo, em particular com os profetas, dava-se início aos fins filosóficos e ético-morais de uma nova religião, um deus único e universal, justo e inculcado do determinismo dos males dos homens:

O mundo é «bom» e o homem é uma *imago dei* [itálico original]; ele habita, tal como o seu Criador e modelo, o Paraíso. Entretanto, como o *Génesis* [itálico original] não tarda a salientar, a vida é penosa, apesar de ter sido abençoada por Deus, e os homens já não habitam o Paraíso. Mas tudo isso é o resultado de uma série de erros e de pecados dos antepassados. Foram eles que modificaram a condição humana. Deus não tem nenhuma responsabilidade nessa deterioração da sua obra-prima. Assim como para o pensamento indiano pós-upanixádico, o homem, mais exactamente a espécie humana, *é o resultado dos seus próprios actos* [itálico original]. (Eliade: [s.d.], 153)

Esta seria, afinal, uma religião que promovia o bem, a democracia e a igualdade, os quais foram vertidos inicialmente no Código Deuteronómico<sup>7</sup>.

Nessas doutrinas estava contido um repúdio categórico de quase tudo o que a religião mais antiga representava. Em outras palavras, sua aceitação envolvia uma revolução religiosa, que apresentava importantes aspectos sociais e políticos. (...) Mas a fé hebraica ainda não era uma religião que apresentasse clara semelhança com o judaísmo moderno. (...) Em lugar de cogitar da vida do além, era orientada para esta vida. (...) Além disso, não havia crença no céu ou no inferno, ou em Satã como um poderoso opositor a Deus. As sombras dos mortos subiam ao Sheol, onde demoravam algum tempo no pó e na obscuridade, e depois desapareciam. (Burns: 1977, 118-19)

O período do chamado Cativo da Babilónia (586 a 539 a. C.), ao qual McNall Burns atribui como sendo o quarto estágio de evolução da concepção religiosa hebraica, põe em causa estas ambicionadas premissas:

Como resultado do contacto com os neobabilónios, os judeus adotaram as ideias do pessimismo, do fatalismo e do carácter transcendental de Deus. Não mais conceberam Iavé como relacionado intimamente com os problemas sociais do seu povo, mas como um ser onipotente e inacessível cujo característico essencial era a santidade. Seus pensamentos não eram pensamentos de homem, nem seus hábitos os dos mortais. O dever principal do homem era submeter-se completamente à sua vontade inescrutável. (119)

Não obstante o facto de serem muitas as contrariedades, elas vão subsistir, embora sofram um forte revés:

<sup>7</sup> Pode ser lido na parte do Velho Testamento (11, 29-26, 15) que compõe a Bíblia Sagrada.

---

Numa tentativa desesperada para preservar a identidade dos judeus como nação, seus chefes adotaram ou restauraram costumes e ditames que serviriam para distingui-los como um povo particular. A instituição do sábado, as formas de adoração na sinagoga, a prática da circuncisão e complicadas distinções entre alimentos puros e impuros assumiram, então, importância fundamental. Conquanto seja verdade que muitas dessas práticas tinham tido origem antes do exílio, por muitos anos não foram consideradas como elementos essenciais da religião. Além disso, os profetas tinham negado energicamente sua importância. O desenvolvimento de extensas regulamentações para a conduta do ritual aumentou inevitavelmente o poder dos sacerdotes, dando como resultado a transformação gradual do judaísmo numa religião eclesiástica. (120)

Por fim, o último período (539 a 300 a. C.) alude ao pós-exílio, durante o qual os hebreus se libertam do povo caldaico. Contudo, rapidamente se veem sob o domínio e influência persa, por sua vez do zoroastrismo, e de toda uma panóplia de traços identitários idiossincráticos a eles inerentes. Com efeito, os judeus absorvem e integram na sua doutrina tais princípios:

No período que se seguiu ao exílio, essas mesmas ideias ganharam uma aceitação mais ampla entre os judeus. Adotaram a crença em Satã como o Grande Inimigo e o autor do mal. Desenvolveram uma escatologia, inclusive certas concepções como a da vinda do redentor espiritual, a da ressurreição dos mortos e a do julgamento final. Voltaram sua atenção para a salvação num mundo extraterreno, como sendo o mais importante do que o gozo desta vida. Finalmente, adotaram a concepção de uma religião revelada. (*Idem*)

Consideramos que terá sido esta problemática da revelação da palavra de Deus a diferentes mensageiros - epifania/teofania, bem como a sua hermenêutica, que levou à emergência de inúmeras religiões e a divergentes vertentes de uma mesma filosofia religiosa, como por exemplo as ulteriores diversas ramificações do Cristianismo.

Por fim, conclui o autor que temos vindo a citar, num passo que, embora extenso, vertemos pela sua relevância para a análise que propomos desenvolver:

Pouco antes da era cristã a nação judaica se dividira em três seitas principais: uma seita de maioria – a dos fariseus, e duas outras de minoria – a dos saduceus e a dos essênios. Os fariseus representavam a classe média e a parte mais instruída do povo comum. Acreditavam na ressurreição, em recompensas e punições depois da morte e na vinda de um messias político. Ardentemente nacionalistas, advogavam a participação no governo e a fiel observância do ritual antigo. Infelizmente, consideravam todas as partes da lei como tendo a mesma importância virtual, quer se referissem a assuntos de cerimonial quer a obrigações de ética social.

Representando uma camada social completamente diferente, as seitas minoritárias discordavam dos fariseus tanto nas questões religiosas como nas políticas. Os saduceus, que incluíam os sacerdotes e as classes mais ricas, eram famosos por negar a ressurreição e as recompensas e punições na vida extraterrena. Ainda que, ao menos temporariamente, tenham favorecido a aceitação da ordem romana, a sua atitude em relação à lei antiga era ainda mais inflexível do que a dos fariseus. A seita dos essênios, a menor delas, foi talvez a mais influente. Seus membros, que eram tirados das classes mais baixas, praticavam o asceticismo e pregavam o misticismo como meios de protesto

---

contra a riqueza e o poder dos sacerdotes e dos governantes. Comiam e bebiam apenas o suficiente para se manterem vivos, possuíam todos os seus bens em comum e consideravam o casamento um mal necessário. Longe de serem patriotas fanáticos, encaravam o governo com indiferença e se recusavam a prestar juramento em qualquer contingência. Acentuavam mais os aspectos espirituais da religião do que o ritual e insistiam particularmente na imortalidade da alma, na vinda de um messias religioso e na iminente destruição do mundo.

Todos os ramos do judaísmo, com exceção dos saduceus, exerceram forte influência sobre o desenvolvimento do cristianismo. Na verdade, muitos cristãos encaram a sua religião como o próprio judaísmo completado e aperfeiçoado. Foi às fontes judaicas que o cristianismo foi buscar a sua cosmogonia, os Dez Mandamentos e uma boa parte da sua teologia. (126-27)

Na sequência desta sua reflexão, o autor esclarece: “[i]sso não significa, por certo, que o cristianismo fosse uma simples adaptação de crenças e práticas emanadas do judaísmo.”

Tentando elaborar uma síntese desta reflexão histórica, pode-se aventar que se privilegiam: o tempo linear cujos primeiros passos haviam sido dados pelos zoroastres<sup>8</sup>; e a cronologia da história sagrada em detrimento do mito, fornecendo as bases da religião cristã, nacionalismo/universalismo, contendo referências a princípios de origem egípcia e mesopotâmica.

Inicialmente, embora tenda a purificar uma dada linha de pensamento e ainda que não se pudesse chamar Judaísmo, orienta os seus preceitos para a vida terrena, não existindo a crença no céu ou no inferno, ou em Satã em oposição a um Deus onipotente. Todavia, este pensamento vai alterar-se ao longo dos tempos, essencialmente com a assimilação dos paradigmas mesopotâmicos e persas. Os seus

---

<sup>8</sup> Uma religião monoteísta, ainda que o monoteísmo não fosse o seu principal preceito, e escatológica - zoroastrismo: “[s]omos levados a crer que ele [Zoroastro] concebera a missão de purificar as crenças tradicionais de seu povo, eliminando o politeísmo, o sacrifício de animais, a magia, e elevando a adoração a um plano mais espiritual e ético” (Burns: 1977, 104). Terá contribuído para a purificação de uma religião, mais espiritual e ética, a vinda de um *Messias*, a ressurreição dos mortos, o julgamento final e ascensão ao paraíso para os redimidos, dependendo das livres escolhas e condutas do Homem, ainda que alguns usufríssem do pressuposto imanente da predestinação, tema este, que apesar ser transversal à história da Igreja Romana, o será de igual modo aos Reformistas. Infere-se deste modo a ideia da existência de dois grupos, segundo as suas condições de nascença ou pertença, (quem seriam os predestinados?), provavelmente os do costume - o clero, se assim se pode designar. A lista das boas ações e virtudes recomendadas a desenvolver era extensa, tal como as restrições e abominações, mas, como se retira do pensamento de McNall Burns (1977), muitas delas eram voltadas para o relacionamento pessoal diário e suas atividades. De não somenos importância é, o facto de entre essas esconjurações, se encontrarem os *Sete Pecados Capitais* do Cristianismo. Funda-se ainda no postulado dualístico do universo - uma força boa e outra má, que se contrapõe ao carácter monístico, sobretudo dos primeiros povos da civilização mesopotâmica, isto é, um deus capaz do bem e do mal.

---

objetivos são, então, a vida eterna num além extraterreno e transcendental, como recompensa de uma vida ascética e mortificada, com vista à recompensa e o acesso a um lugar no paraíso, cuja soteriologia dá a conhecer.

O homem deixa de fazer parte do todo para se destacar nele e para o dominar - talvez umas pequenas raízes remotas daquele que muitos séculos depois será o pensamento iluminista e o início de uma longa disputa Divino vs. Natureza. Como se salientou, é essencialmente no Judaísmo, fim da gênese mítica da criação humana, que o Cristianismo se vai imbuir e imiscuir na perseguição e prossecução dos seus preceitos doutrinários e cosmogónicos - revelação divina e início de uma História Sagrada.

De enorme importância será a dispersão dos judeus, cuja *Diáspora* assumirá um papel fundamental na difusão das crenças orientais:

Em consequência da conquista da Palestina por Alexandre, em 332 a. C., e da conquista romana, aproximadamente três séculos depois, milhares de judeus emigraram para várias partes do mundo mediterrâneo. (...) Desempenharam, ao mesmo tempo, um papel saliente na difusão das crenças orientais. Sua própria religião, graças à influência persa, havia já assumido um carácter espiritual e messiânico. (...) Muitos judeus helenizados converteram-se por fim ao cristianismo e constituíram poderoso instrumento de propagação dessa religião fora da Palestina. (*Ibidem*, 209)

Por seu turno, a sociedade romana:

Foi no período inicial da república [~séc. V a. C.] que a religião romana assumiu o carácter que estava destinada a conservar durante a maior parte da história da nação. Em muitos aspectos, essa religião assemelhava-se à dos gregos, possivelmente por se derivar da mesma fonte a cultura de ambos os povos. Ambas as religiões eram terrenas e práticas, sem qualquer conteúdo espiritual ou ético. As relações entre o homem e os deuses eram externas e mecânicas, constituindo uma espécie de negócio ou contrato entre as duas partes, a fim de obter proveitos mútuos. As divindades das duas religiões tinham funções semelhantes: Júpiter correspondia mais ou menos, no seu carácter de deus dos céus, a Zeus; Minerva, como padroeira dos artesãos, a Atena; Vénus, a Afrodite, como deusa do amor; Netuno, a Poseidon, como deus do mar, e assim por diante. Tal como a grega, a religião romana não possuía dogmas, sacramentos ou qualquer crença em recompensas e punições numa vida futura.

Havia, contudo, diferenças significativas. A religião romana era nitidamente mais política e menos humanística em seus objetivos. Servia, não para glorificar o homem ou fazê-lo sentir-se à vontade neste mundo, mas sim para proteger o estado contra seus inimigos e para aumentar-lhe o poder e a prosperidade. Os deuses eram menos antropomórficos. Com efeito, somente em resultado das influências gregas e etruscas é que se apresentavam como divindades pessoais, tendo sido anteriormente adorados como "numes" ou espíritos animísticos. Os romanos jamais conceberam seus deuses em disputas entre si ou envolvendo-se com seres humanos, como acontecia com as divindades homéricas. Por fim, a religião romana continha um elemento muito mais forte de sacerdotalismo do que a grega. Os sacerdotes ou pontífices, como se chamavam, formavam uma classe organizada, um ramo do próprio governo. Não

---

somente dirigiam as cerimônias sacrificiais, mas também eram depositários de um complicado conjunto de tradições sagradas e de leis que somente eles podiam interpretar. Deve ficar claro, no entanto, que tais pontífices não eram sacerdotes no sentido de intermediários entre os romanos e seus deuses; não confessavam, não perdoavam pecados nem administravam sacramentos.

A moral dos romanos, nesse período como nos posteriores, não tinha quase nenhuma relação com a religião. Os romanos não pediam a seus deuses que os fizessem bons, mas que concedessem favores materiais à comunidade e à família. A moral era um assunto de patriotismo e de respeito à autoridade e à tradição. As virtudes cardeais eram: a bravura, a honra, a autodisciplina, a reverência pelos deuses e pelos antepassados e o cumprimento dos deveres para com o país e a família. A lealdade para com o estado precedia tudo mais. Para o bem do estado os cidadãos deviam estar prontos a sacrificar não somente sua própria vida, mas, se necessário, as vidas das pessoas de sua família e as de seus amigos. Era motivo de profunda admiração a coragem com que certos cônsules obedientemente mandavam matar os próprios filhos, por infringirem estes a disciplina militar. Poucos povos na história europeia, com exceção dos espartanos e talvez dos alemães contemporâneos, tomaram tão a sério o problema da segurança nacional ou subordinaram de modo tão completo o indivíduo aos interesses do estado. (217-19)

Ao longo desta extensa mas relevante reflexão, salienta-se a faceta supersticiosa e o grande conservadorismo dos romanos, funcionando este último como um código de conduta - *mos maiorum* - “[n]ão se estranhe, por esta razão, que em Roma se encontrem cultos e rituais que denunciam uma **grande antiguidade** [negrito original], que evocam a **herança indo-europeia** [negrito original] de uma forma mais ou menos evidente, e que perduram quase imutáveis até fases muito tardias” (Guerra: 1997, 114); ainda que não acreditem/aceitem o destino preestabelecido/fatalismo, respeitando, no entanto a esfera do sagrado para com a qual a individual tem obrigações e cumprimentos – *pax deum*.

Paradoxalmente: “[e]mbora aparentemente contraditória com o tradicionalismo, uma marca evidente desde o primeiro momento da atitude religiosa dos Romanos é a permanente **abertura a divindades e ritos estrangeiros**. (...) Chamar a si as divindades estrangeiras, tê-las do seu lado, dando-lhes uma morada em Roma e um nome latinizado, é a garantia de mais uma protecção divina, cujo poder não se pode negligenciar.” ([negrito original] 115) Contudo, com o fim das guerras púnicas<sup>9</sup>, em meados do século II a. C., a situação social e económica de muitos romanos alterou-se consideravelmente no sentido favorável, em particular no que diz respeito à posse dos

---

<sup>9</sup> Para um maior conhecimento nesta matéria Cf.: Donald Kagan (1995). *Sobre as Origens da Guerra e a Preservação da Paz*. 1.º volume, Tradução de Luís Serrão, Lisboa: Temas da Actualidade; Ross Leckie (1998). *Aníbal*. Tradução de Maria de Lourdes Medeiros, Mem-Martins: Lyon Edições e Adrian Goldsworthy (2009). *A Queda de Cartago*. Tradução de Miguel Mata, Lisboa: Edições 70.

---

despojos das sucessivas batalhas. Face à quimera, os romanos tomam os bens terrenos e prazeres físicos como novas idolatrias:

As crenças religiosas dos romanos tinham-se alterado de várias maneiras nos últimos dois séculos da república, devido primordialmente à extensão do poderio romano sobre a maior parte dos estados helenísticos. Primeiro surgiu a tendência das classes superiores a abandonar a religião tradicional e abraçar as filosofias do estoicismo e do epicurismo. Mas muitos indivíduos do povo também acharam que não mais os satisfazia a adoração dos antigos deuses. Era muito formal e mecânica, e exigia demasiado no tocante ao dever e ao auto-sacrifício para preencher as necessidades das massas, cujas vidas se tinham tornado vazias e sem sentido. Além disso, a Itália atraía uma onda de imigrantes do Oriente, grande parte dos quais tinham uma formação religiosa totalmente diversa da dos romanos. Resultou daí uma rápida propagação dos mistérios orientais, que satisfiziam aos anseios de uma religião mais emotiva e ofereciam a recompensa de uma imortalidade bem-aventurada aos miseráveis e humilhados da terra. Do Egito veio o culto de Ísis e de Osíris (ou Sarápis, como era então chamado comumente o deus), ao mesmo tempo que era trazida da Frigia a adoração da Deusa-Mãe, com seus sacerdotes eunucos e suas orgias selvagens e simbólicas. A atração exercida por esses cultos era tão forte que os decretos do senado contra eles se tornaram impotentes. No último século a.C. penetrou na Itália o culto persa do mitraísmo, destinado a sobrepujar mais tarde todos os outros em popularidade. (Burns: 1977, 229)

É toda esta miscelânea que o Judaísmo vai encontrar na sociedade romana. No entanto:

A mensagem evangélica faz surgir uma ordem completamente diferente, transforma radicalmente a concepção anterior da divindade: um deus único, perfeito, transcendente, infinito, criador, substitui-se ao cosmos povoado por deuses da Antiguidade greco-latina. Criação, revelação, transcendência divina, ressurreição, ideia de história orientada e linear, são categorias inéditas que vão transformar a visão do mundo e o pensamento. Cristo, o Homem-Deus, aliança de Carne e de Luz, estabelece uma ponte entre o homem e o Absoluto; ele garante uma mediação entre as duas ordens e, pelo seu sacrifício, resgata a humanidade. É a Boa Nova que se anuncia. (Russ: 1998, 51)

Neste caldo de cultos e religiões, o Cristianismo não só consegue arranjar o seu próprio espaço - uma vez que não se revia nem na moral escrupulosa dos Fariseus nem nos preceitos revoltosos de Zelotas, como também adquire um considerável grupo de seguidores, essencialmente helenistas judeus, que se recusavam a prestar culto às divindades oficiais. Esta nova seita vê nos pagãos o seu alvo de “evangelização”, tendo o seu epicentro essencialmente na cidade de Antioquia, na Síria, onde se organiza a primeira comunidade de convertidos. Aí recebe o epíteto de cristãos, ainda que os seus primeiros passos sejam dados em Jerusalém. Muito deve a João Baptista, como refere Mircea Eliade no segundo volume da obra que temos vindo a citar “[d]e facto, era João Baptista um verdadeiro profeta, iluminado, irascível e veemente, em revolta declarada contra as hierarquias política e religiosa judaicas” (Eliade: [s.d.], 280).

---

Semelhante propaganda despertou a preocupação, sobretudo, de fariseus e saduceus, que viam nesta nova ceita uma ameaça ao poder. Como se não bastasse num momento em que Roma tenta purificar alguns cultos e religiões, estava em causa o rei dos reis. É, deste modo, considerada uma religião clandestina, culpada de todos os males da sociedade, preconizando uma hostilidade social pública, embora ao longo dos tempos se fosse desvanecendo, permitindo a sua aproximação e infiltração junto dos governadores romanos:

Aproximadamente em 40 d.C., apareceram em Roma os primeiros cristãos. A nova seita cresceu rapidamente e conseguiu por fim derrubar o mitraísmo de sua posição de mais popular dos cultos. Durante algum tempo o governo romano não se mostrou mais hostil em relação ao cristianismo do que o fora com as outras religiões místicas. Embora seja verdade que Nero mandou matar alguns membros da seita, pois necessitava de um bode expiatório para o desastroso incêndio de 64 d.C., não houve qualquer perseguição sistemática dos cristãos até o reinado de Décio, aproximadamente duzentos anos depois. Mesmo nessa época, a perseguição foi inspirada mais por considerações políticas e sociais do que por motivos religiosos. Devido ao seu interesse pelas coisas extraterrenas e a sua recusa aos juramentos costumeiros nos tribunais ou a participar da religião cívica, os cristãos eram considerados como cidadãos desleais e elementos perigosos. Além disso, seus ideais de humildade e de não resistência, sua pregação contra os ricos e o costume de celebrar reuniões que pareciam secretas fizeram com que os romanos suspeitassem deles como inimigos da ordem estabelecida. Por fim a perseguição tornou-se contraproducente. Intensificou o zelo dos que sobreviveram, resultando daí que a nova fé se espalhou mais rapidamente do que nunca. (Burns: 1977, 239-40)

Esclareça-se:

Constantino é mais conhecido por ter fundado uma nova capital, chamada Constantinopla, no lugar da antiga Bizâncio, e pela sua política de tolerância religiosa para com os cristãos. Contrariamente à crença comum, não fez do cristianismo a religião oficial do Império; seus vários editos, expedidos em 313, davam simplesmente ao cristianismo uma igualdade de situação com os cultos pagãos, pondo fim desse modo à política de perseguição. Posteriormente, concedeu certos privilégios ao clero cristão e determinou que seus filhos fossem educados na nova fé, mas continuou a manter o culto imperial. Embora tenha sido aclamado pelos historiadores da Igreja como Constantino o Grande, sua ação favorável ao cristianismo foi originalmente ditada por motivos políticos. Uma geração após a morte de Constantino, o imperador Juliano tentou estimular uma reação pagã. Sofrera a influência da filosofia neoplatônica e considerava o cristianismo um produto de superstições judaicas. Como último dos grandes imperadores pagãos, foi estigmatizado pelos historiadores cristãos com o nome de Juliano, o Apóstata. Outro soberano proeminente de Roma, nesse período de declínio, foi Teodósio I que, a despeito da carnificina de milhares de cidadãos inocentes, por causa de imaginárias acusações de conspiração, também é conhecido pelo cognome de "o Grande". A principal importância do reinado de Teodósio reside em seu decreto de 380, ordenando que se tornassem cristãos ortodoxos todos os seus súditos. Alguns anos depois condenou a participação em qualquer dos cultos pagãos como um ato de traição. (243)

Numa época de guerras e medos, em que o Homem recorria a tudo e a todos para se proteger e salvar, tentando alcançar um sentido para a vida, o Cristianismo emerge como uma religião de esperança, que prometia uma vida para além da morte - a ressurreição. A sua função missionária dá uma nova luz no meio das trevas que os romanos, e não só, viviam. Apoiava-se nos mais desprotegidos e nos mais vulneráveis e temerários, devido ao facto de problematizar radicalmente a noção de alteridade. Com efeito, para esta religião emergente, de acordo com a mensagem de Jesus, todos os Homens são iguais perante Deus - o centro do universo, transcendente, omnipresente e omnipotente.

Com efeito, Ele é a nossa *paz* [itálico original], Ele que, dos dois povos, fez um só e destruiu o muro de separação, a inimizade: na sua carne, anulou a lei, que contém os mandamentos em forma de prescrições, para, a partir do judeu e do pagão, criar em si próprio um só homem novo, fazendo a paz, e para os reconciliar com Deus, num só Corpo, por meio da cruz, matando assim a inimizade. E, na sua vinda, *anunciou a paz* [itálico original] a vós que estáveis *longe* [itálico original] e paz àqueles que estavam *perto* [itálico original]. Porque, é por Ele que uns e outros, num só Espírito, temos acesso ao Pai. (Ef 2, 14-18)

Sobrepõe-se, deste modo, à própria natureza que passa a ser dominada pelo Homem: “[n]o princípio, quando Deus criou os céus e a terra, (...) Abençoando-os, Deus disse-lhes: «Crescei e multiplicai-vos, enchei e dominai a terra. Dominai sobre os peixes do mar, sobre as aves dos céus e sobre todos os animais que se movem na terra.»” (Gn 1, 1, 28).

Além da explicação bíblica para a origem do universo, Deus, único Ser criador e Senhor de todas as coisas existenciais: “[t]udo é «Faça-se», tudo é epifania da sua vontade” (Mendonça: 2012, 94), permite ao Homem que domine e disponha sobre a Natureza e tudo o que esse termo possa significar, derrubando o pensamento pagão – oferece-lhes o Paraíso na Terra. No entanto esse poder é circunscrito a determinadas regras e circunstâncias, as quais infringidas são punidas severamente, pois, na realidade, só Deus usufrui da onipotência de tudo construir e destruir: “E o SENHOR disse: «Eliminarei da face da Terra o homem que Eu criei, e, juntamente com o homem, os animais domésticos, os répteis e as aves dos céus, pois estou arrependido de os ter feito. (...) É que Eu vou lançar um dilúvio que, inundando tudo, eliminará debaixo do céu todos os seres vivos. Tudo quanto existe na Terra perecerá» ” (Gn 6, 7, 17).

A Sua palavra extravasa os limites impostos por um, e a um grupo étnico. Jesus, esse *judeu marginal*, como o identificou John P. Meier na sua incontornável biografia,

---

não confinava a sua mensagem a um só povo, muito menos confundia a Sua Lei com a Lei Civil:

«Não penseis que vim revogar a Lei ou os Profetas. Não vim revogá-los, mas levá-los à perfeição. Porque em verdade vos digo: Até que passem o céu e a terra, não passará um só jota ou um só ápice da Lei, sem que tudo se cumpra. (...)» Entretanto, os que se tinham dispersado, devido à perseguição desencadeada por causa de Estêvão, adiantaram-se até à Fenícia, Chipre e Antioquia, mas não anunciavam a palavra senão aos judeus. Houve, porém, alguns deles, homens de Chipre e Cirene que, chegando a Antioquia, falaram também aos gregos, anunciando-lhes a Boa-Nova do Senhor Jesus. A mão do Senhor estava com eles e grande foi o número dos que abraçaram a fé e se converteram ao Senhor. (Mt 5, 17-18, 11, 19-21)

Por outro lado, esta era, contudo, uma religião de aparência submissa, reservada e conformista socialmente. De acordo com muitos dos cânones sociais coevos, reprovava, entre outros aspetos, o politeísmo, o adultério, a homossexualidade, o aborto, o divórcio ou a renovação do casamento, ainda que após a morte de um dos cônjuges: “[é] dentro dos condicionalismos de uma situação religiosa incontrolada, uma progressiva crise de consciências, uma profunda incerteza em relação ao futuro, uma instabilidade económica e social, que o Cristianismo acaba por representar, para uma grande parte da população, a forma de situar neste mundo e de garantir no outro uma salvação que é eterna” (Guerra: 1997, 133).

Após anos de perseguição aos cristãos, no século IV, o imperador Constantino I dá aquele que, na nossa opinião, será o impulso que o Cristianismo necessitava para se tornar numa grande e dominadora religião; referimo-nos, obviamente, à sua conversão e à conseqüente designação do Cristianismo como religião oficial. Esta mudança provocaria, além disso, a queda das restantes religiões/seitas que, por sua vez, salvo uma ou outra, já não gozariam da mesma vitalidade dos primórdios, caminhando-se, no espaço cultural ocidental, para o monoteísmo.

Tendo o Cristianismo sido elevado à condição de religião de Estado, com o imperador Teodósio I dá-se o ataque final às ditas religiões pagãs e um forte corte com a racionalidade da visão grega, a qual só, em certa medida, seria retomada nos séculos que antecederam o Renascimento. A nova religião alterou, portanto, o seu rumo, particularmente no que respeita às suas relações, quer com o Estado quer com a sociedade. O seu ponto alto seria atingido ulteriormente com a cristianização dos sucessivos povos invasores europeus, deslocando-se o seu foco de gravidade de Oriente

---

para Ocidente, culminando com a capacidade ímpar de negociação dos Papas, para com os líderes desses mesmos conquistadores:

Na verdade, nós, Europeus, não somos filhos naturais da Grécia e de Roma, mas filhos dos bárbaros, da sua intrínseca diversidade, turbulência, reinventando-se outros por essa *nostalgia* [itálico original] de um paradigma ideal na ordem da filosofia e da política a que chamam Grécia e Roma. (...) Mas foi *com* [itálico original] e *através* [itálico original] dos bárbaros e do seu choque com Roma que nos constituímos como europeus, isto é, como nostalgia de uma Grécia e de uma Roma que levaríamos séculos a entender e visitar. Mais do que bárbaros cristianizados, com maior ou menor sucesso, o que é próprio da Europa, o que a distingue de todas as outras culturas conhecidas não é esse enraizamento *natural* [itálico original] numa Europa que não era ainda Europa, mas a reciclagem dessa herança mais ou menos mítica de Gregos e de Romanos. (Lourenço: 2001, 237)

Com efeito, no seio do Cristianismo desde cedo foi grande a tensão entre as diferentes alteridades, isto é, entre as diferentes perceções daquela que seria a leitura rigorosa da Palavra, e, conseqüentemente, sobre quem deveria ser considerado seguidor da Palavra de Cristo, e quais as regras que os deviam nortear. Entre estes debates, destacamos, logo no primeiro século, o Concílio de Jerusalém, onde os vultos mais destacados desta nova religião - Apóstolos Paulo e Tiago, decidiram acolher um óbvio espaço de alteridade, os gentios, não os sujeitando às práticas antigas. Assim, a nova Igreja demarca-se das regras da Sinagoga, operando-se, portanto, um afastamento doutrinário formal face ao Judaísmo: [a]lém da afirmação do messianismo de Jesus, o abandono da Torá e da circuncisão provocaram a hostilidade dos Judeus contra Paulo e a sua prisão em Jerusalém” (Lebrun: 1990, 16). Com efeito, as discordâncias no seu seio foram, e são, uma constante, permitindo divergências e convergências de ideias. Se as primeiras levam à criação e ramificação de novas correntes religiosas, já as segundas conduziram a uma maior coesão do tecido Católico Romano.

Devido à tensão entre diferentes perspectivas hermenêuticas, novos movimentos cristãos, e velhas teorias cristãs seriam postas em causa. De igual modo, a própria relação entre o poder régio e clerical evidenciará tensões que perdurarão até aos nossos dias. Perspetivas mais arcaicas deveram-se, sobretudo, ao facto de os primeiros padres da Igreja serem formados pelas correntes inspiradas na cultura helenística, como o neoplatonismo, o gnosticismo e o maniqueísmo, os quais tiveram influência decisiva no pensamento pessimista e fatalista até ao final do feudalismo, proporcionando a continuidade da cultura clássica. Por fim, aparecem novos conceitos, como a crença na Trindade, os Sete Sacramentos, o celibato, etc., numa Igreja mais terrena e

---

hierarquizada que tenta fugir ao jugo da autoridade política. Os sacerdotes (o *Outro*) tornam-se uma extensão na terra de Deus, possuindo novos poderes de coadjuvação e de cooperação com o Todo-Poderoso<sup>10</sup>, perante uma sociedade que se pretende controlar, nem que para isso seja necessário recorrer à confissão ou à excomunhão, vendo-se o visado, independentemente da sua linhagem, privado dos direitos de um cristão e condenado ao infortúnio e à exclusão social, exceto se comprasse a sua absolvição<sup>11</sup>. A este preceito opunham-se os humanistas cristãos: “[e]m suma, o que esses humanistas cristãos desejavam realmente era a superioridade da razão sobre a fé, a primazia da conduta sobre o dogma e a supremacia do indivíduo sobre o sistema organizado” (Burns: 1977, 443).

Outro sistema filosófico deve, entretanto, ser mencionado, a Escolástica<sup>12</sup>. À semelhança de São Tomás de Aquino<sup>13</sup>, a Escolástica pretendia demonstrar a racionalidade do universo e a primazia da razão, isto é, tentava conciliar a fé com a razão, adivinhando tempos onde dominará esta última, preocupando-se ainda com conceções económicas. Deste modo, ela pode justificar uma função social reguladora: uma vez que nada podiam fazer contra os mercadores, essa classe que outrora funcionara como alteridade, assim se justificava a regulação dos negócios, sobretudo aqueles que pusessem em causa a moral religiosa, digamos o que fosse além do razoável – avaréza/usura. Este regulador moral vem na esteira do pensamento de filósofos como Aristóteles ou Santo Agostinho que haviam condenado o aproveitamento da necessidade do consumo e conseqüente obsessão pelo lucro.

---

<sup>10</sup> As funções dos membros clericais têm-se, como seria expectável, desenvolvido e transformado. Ainda assim, nos Decretos *Presbyterorum Ordinis* sobre o ministério e a vida dos sacerdotes e o *Christus Dominus* sobre o múnus pastoral dos Bispos na Igreja, documentos oriundos do Concílio Vaticano II, aos sucessores dos Apóstolos continua-se a pedir-lhes, entre outras funções, a *cura das almas*.

<sup>11</sup> A venda de indulgências, o dízimo, bem como a isenção de pagamento de impostos ao Estado (Constantino I Séc. IV), marcarão desde logo a nova Igreja. No entanto, e no que respeita à compra de indulgências, a mesma não significa o perdão do pecado cometido, mas somente a remissão da pena temporal, total ou parcial. Ainda assim, quase que roça a simonia, isto é, a venda de favores divinos em troca de dinheiro. Dentro do tema da Reconciliação e da Penitência, leia-se a Exortação Apostólica Pós-Sinodal *Reconciliatio Et Paenitentia* de Sua Santidade João Paulo II.

<sup>12</sup> De um modo sucinto: “[a] realização filosófica mais notável da segunda fase da Idade Média foi o famoso sistema conhecido como escolástica: Define-se comumente esse sistema como uma tentativa para harmonizar a razão com a fé, ou para fazer a filosofia servir os interesses da teologia” (Burns, *op. cit.*, 370). A lógica em lugar da experiência, apoiando-se nos postulados socráticos, platónicos e aristotélicos.

<sup>13</sup> “Tomás de Aquino quis fazer a síntese da revelação cristã e da filosofia de Aristóteles, conciliando a fé e a razão à luz de um sentimento religioso íntimo e profundo que lhe valeu o cognome de *Doctor angelicus* [itálico original]. (...) O tomismo é a filosofia oficial da Igreja católica desde 1878 (encíclica *Eterni patris* [itálico original])” (Lebrun: 1990, 98).

---

No sentido oposto às ordens monásticas ascéticas emergem aquelas ordens que veem dar uma nova vitalidade e esperança social, visto terem como objetivo afastar a humanidade do pecado e da ignorância, não se centrando apenas na salvação. Neste âmbito aparecem correntes como o conceitualismo e o nominalismo, que defendiam o primado da razão sobre a intuição.

Por outro lado, revelar-se-á extremamente importante, ainda durante o feudalismo, a origem de uma ideia de Europa como comunidade única, sob a alçada de um soberano geral – Papa, Imperador ou Rei<sup>14</sup>. Esta nova ideia de Europa muito deve ao culminar de uma série de fatores e heranças clássicas; um novo fulgor do uso do latim em oposição à gíria dos escolásticos que cria uma unidade cultural, à qual Petrarca não era de todo alheio e indiferente; florescimento de diversas Universidades<sup>15</sup>, entre elas, a de Coimbra, que estabelecerão comunicação entre si, trocas e fruição de ideias, que de resto, e diga-se de passagem, vêm na esteira das distintas escolas monacais de Yarrow e York, ambas na Inglaterra; invenção da imprensa; entre outras.

O pessimismo dá assim lugar ao otimismo e à esperança, e ao aparecimento da noção de método experimental e científico, devido, nomeadamente à influência árabe. Ao começar a afirmar-se como discurso dominante, a Igreja pretende estabelecer diferenças entre os interesses terrenos e espirituais, desejando que os reis cristãos submetessem o seu poder terreno ao poder espiritual, sujeito, aliás, ao julgamento deste último, o que não será de modo algum pacífico, pois estava em causa saber quem era o centro definidor do discurso dominante, nomeadamente a quem competia a punição dos pecados, ao Papa ou a Deus: “[o] debate principal era sobre se os governantes seriam responsáveis pelos seus atos oficiais diretamente perante Deus, ou indiretamente por intermédio do papa” (Burns: 1977, 362). Esta perspetiva não deixa de ecoar esses tempos em que Constantino havia sido Imperador de Roma. Com efeito, nessa altura o imperador deixa de se considerar um deus para se tornar soberano por direito divino, vindo a culminar com o abandono por Graciano do título de *pontifex maximus*. Ainda

---

<sup>14</sup> “A função dele era somente aplicar a lei e não faze-la ou alterá-la a seu alvitre. Os medievais, na verdade, absolutamente não concebiam a lei como imposição de um soberano, mas como o produto do costume ou da ordem divina da natureza. Por outro lado, os teóricos políticos da Idade Média não eram democratas, pois nenhum deles acreditava no governo da maioria” (Burns, *op. cit.*, 375).

<sup>15</sup> “Muitas dessas instituições foram vigorosamente denunciadas como focos de heresia, paganismo e mundanismo” (*Ibidem*, 380).

---

assim, não se sabe se na mente de alguns membros do clero persistiam perspectivas mais arcaicas. Refere Mircea Eliade:

Como consequência da ocupação hicsa e sobretudo da libertação do Egito por um Faraó de Tebas, os deuses foram convocados a dirigir mais directamente os negócios do Estado. Isso queria dizer que os deuses – em primeiro lugar Ámon-Ré – comunicavam os seus conselhos por intermédio do corpo sacerdotal. O sumo sacerdote de Ámon obteve uma autoridade considerável; situava-se imediatamente depois do Faraó. O Egito estava assim a transformar-se numa teocracia; o que, aliás, não reduzia a luta pelo poder entre o sumo sacerdote e os Faraós. Foi essa excessiva politização da hierarquia sacerdotal que agravou a tenção entre as diferentes orientações teológicas em antagonismos às vezes irreduzíveis. (Eliade: [s.d.], 102)

Por seu turno, acrescenta Burns:

Não havia separação entre o estado e a igreja no Antigo Império [~ 3200 a 2300 a. C.]. (...) Exceto no reinado de Ikhнатon, sempre existiu uma aliança aviltante entre os faraós do Novo Império [~ 1580 a 1090 a. C.] e os sacerdotes. Levados pela cobiça do poder e dos proveitos materiais, os membros da hierarquia eclesiástica apoiavam os imperadores em suas ambições de domínio despótico. Como recompensa era-lhes concedida isenção de tributos e uma grande parcela de riqueza nacional. Prisioneiros de guerra lhes eram entregues em tal número que chegaram a ser donos de dois por cento da população do país como escravos do templo. Além disso, recebiam dos seus generosos patronos uma sétima parte da terra arável, centenas de milhares de cabeças de gado e aproximadamente uma centena de navios. Empregavam grande número de artífices na manufatura de amuletos e de objetos funerários, que vendiam com enorme lucro aos devotos iludidos. É indubitável que essas empresas clericais significavam um sério desvio de recursos nacionais e, por esse motivo, contribuíram para a decadência económica e social. Uma parte desproporcionada da riqueza do Egito estava sendo desperdiçada em propósitos estéreis da igreja e do estado, em preparativos para o alémtúmulo e na conquista de um império. (Burns: 1977, 46 e 72)

Como se vê, a intromissão do clero no poder político tem raízes remotas, tendo desde sempre refletido tensões entre discursos distintos. Se com o culto pagão já se revelava esta aspiração, com o Cristianismo ela acentuar-se-á, em particular, na chamada Idade Média. Também neste âmbito deve ser entendida a investidura do representante na terra do deus celeste, cujo predicado já advém, pelo menos, da civilização egípcia, pois o divino estava sempre representado no seio dos homens, nomeadamente devido às correntes animistas<sup>16</sup>.

Estamos quase no final de um longo período onde persistiu uma Igreja *extraterrena*, mas muito material no que respeita à sua mensagem figurativa, simbólica

---

<sup>16</sup> Sobre a aplicação do termo animismo e um aprofundamento nesta matéria, leia-se: *Primitive Culture* de Edward Burnet Tylor.

---

e iconográfica<sup>17</sup>, a qual marcará a gênese da arte ocidental. Refere a propósito essa figura incontornável da História da Arte que é Ernst Gombrich. Uma vez mais a citação é extensa; no entanto, ela confirma e ilumina o nosso objeto de análise:

The bishops and nobles who were the new feudal lords of England soon began to assert this power by founding abbeys and minsters. The style in which these buildings were erected is known as the Norman style in England, and as the Romanesque style on the Continent. (...) The church was often the only stone building anywhere in the neighbourhood; it was the only considerable structure for miles around, and its steeple was a landmark to all who approached from afar. On Sundays and during services all the inhabitants of the town might meet there, and the contrast between the lofty building and the primitive and humble dwellings in which these people spent their lives must have been overwhelming. Small wonder that the whole community was interested in the building of these churches and took pride in their decoration. Even from the economic point of view the building of a minster, which took years, must have transformed a whole town. The quarrying and transport of stone, the erection of suitable scaffolding, the employment of itinerant craftsmen, who brought tales from distant lands, all this was a real event in those far-off days. (...) These powerful and almost defiant piles of stone erected by the Church in lands of peasants and warriors who had only recently been converted from their heathen way of life seem to express the very idea of the Church Militant – the idea, that is, that here on earth it is the task of the Church to fight the powers of darkness till the hour of triumph dawns on doomsday, (...). Everything that belonged to the church had its definite function and expressed a definite idea connected with the teaching of the Church. (...) These images lived on in the minds of the people even more powerfully than did the words of the preacher's sermon. (Gombrich: 1995, 171,173, 176 e 177)

À imponente imagem de robustez compacta e intransponível arquitetônica, que tanto satisfazia os ideais propalados pelo discurso religioso, associava-se uma escultura e pintura de uma filosofia de ensinamento e de caminho de luz perante as trevas que, perdurava ou deveria perdurar no espírito dos fiéis, desempenhando sempre um papel de catequização, quer para o então analfabeto, quer mais tarde, por altura do *barroco*, para os demais esclarecidos, passando assim, a Igreja, a influenciar a cultura como forma de espalhar a palavra divina – aquilo que se poderia designar um teocentrismo cultural - a cultura subordinada às leis de Deus. Assim emerge um discurso dominante que, por um lado, afirma uma cultura e um *ethos*, e que, por outro, confina os que se lhe opõem a espaços laterais de alteridade. Os teólogos, por seu turno, assumem uma função normativa junto dos artistas, lembrando que, em tudo o que era elaborado, deveria estar presente a ideia fulcral da salvação e o *pathos* pretendido.

---

<sup>17</sup> Liturgia faustosa, que de resto e embora se inicie com Constantino I, marcará toda uma história cristã. Com este imperador, inicia-se ainda, as famigeradas peregrinações cristãs e os Concílios ecumênicos, que de igual modo, servirão como paradigmas de uma outridade pretendida. Refira-se ainda, e dentro destes parâmetros de alteridade, a música sacra (ex. Angelus) e a iconodulia (uso de imagens litúrgicas sacras como veículos para chegar ao seu representante), cujo intuito será sempre o da oração e a da divulgação da palavra divina - evangelização.

No entanto, também no plano artístico o diálogo com a alteridade não pode ser esquecido. Já no século XII - conhecido como o século das Cruzadas<sup>18</sup>, houvera um maior contacto com a arte dos grandes artistas de Bizâncio, para onde as referências europeias se haviam refugiado após a queda do Império Romano. Deste modo, denunciavam-se tentativas de imitar a arte sacra oriental, atingindo, então, o estilo românico o seu natural apogeu. Contudo, a par de artefactos onde se podem observar imagens mais *naturais*, mais serenas e majestosas, continuamos a constatar a existência de esculturas, iluminuras e pinturas nas quais os signos evidenciam uma disposição rígida, estática e solene. O cenário era geralmente descaracterizado e pouco relevante; por seu turno, as figuras pareciam intemporais, como que pairando na tela, sem elementos do mundo real a dar-lhes suporte. A imagem datada de 1150, denominada *Anunciação de um Evangelho*, pertencente a um manuscrito suábio<sup>19</sup> que está patente na Stuttgart Landesbibliothek, na Alemanha, é um bom exemplo destas peculiaridades. O artista, com o uso do dourado brilhante e um azul luminoso, aplica uma sublime rigidez a par de uma imaculada simbologia sagrada, que ilustra de um modo consentâneo o que pretendia revelar – *O Mistério da Anunciação*. Não existe qualquer intenção de imitar o natural, mas sim de explicar os eventuais símbolos sagrados, que tanto marcam a ideologia da época – a conversão do pagão e os ensinamentos do catolicismo mediante formas visíveis.

Mas uma Europa intelectualmente irrequieta, em busca de novas formas de expressão estéticas e espirituais, permite que, em meados do século XII, apareça uma nova ideia arquitetural oriunda de França. Mesclada com traços muçulmanos, ela ofusca com a sua ousadia a pesada, obsoleta e austera arquitetura românica. Referimo-nos, concretamente, ao estilo Gótico.

A substituição do chamado arco redondo pelo arco ogival, assim, como o uso de grandes aberturas nos edifícios, por vezes com a utilização do vidro, demonstra uma nova preocupação do artista que, como acima referimos, é estética e espiritual, e que se reflete no arrojo criativo. A Igreja *militante* dava agora lugar à Igreja *triumfante*; as

---

<sup>18</sup> “Não será, talvez, inexato considerar as Cruzadas como a principal expressão do imperialismo medieval. (...) Se bem que as Cruzadas não fossem de nenhum modo um movimento exclusivamente religioso, não se pode negar a importância do fator religioso como uma de suas causas. O século em que elas foram lançadas era uma época em que a religião ocupava lugar predominante no pensamento dos homens” (*Ibidem*, 363).

<sup>19</sup> Região histórica alemã.

---

trevas eram substituídas pela contemplação do metafísico e do transcendente. As figuras continuam a transmitir os ensinamentos de um clero mecenas de escultores e pintores, mas agora ganham vida, deixam de ser apenas símbolos. A preocupação em dar volume às representações, personalizando-as e individualizando-as, denota um aumento da preocupação pela estética, pelo modo como se representa.

Só no século seguinte (XIII), *século das grandes catedrais*, aparecem as primeiras representações medievais do natural, pois até então ninguém se havia preocupado com a *mimesis* da natureza, muito menos com o problema das proporcionalidades. Na segunda metade deste século, Giotto, um grande mestre pintor italiano, usufruindo dos conhecimentos helenísticos bizantinos, vai impregnar a sua obra com predicados que já há algumas décadas distinguia a escultura gótica. Para além de outros atributos, descobre a arte de criar ilusão de profundidade numa superfície plana.

Por seu turno, outros espaços culturais da alteridade, as civilizações teocráticas bizantinas e sarracenas, apoiadas por uma cultura cristã e muçulmana, respetivamente, em finais do feudalismo transmitirão notáveis contributos para a identidade europeia. Os primeiros revelam-se pela sua importância na arte e pelo seu trabalho de conservação de inúmeras conquistas culturais dos gregos e dos romanos; os segundos pelos seus contributos para a filosofia e para a ciência.

Embora correndo o risco de nos desviarmos um pouco do objetivo central do nosso trabalho, não podemos deixar de, ainda que elipticamente, referir a música Sacra. Neste âmbito devemos recordar o Papa Gregório Magno a quem se deve a introdução daquele que ficaria conhecido como Canto Gregoriano (século VI). Caracterizado por uma melodia simples e suave, cantada por várias vozes em uníssono, não deixa de ser importante na identidade da própria construção da Europa. A sua presença será única na celebração da liturgia até finais do período medieval, altura em que se permitirá a entoação de melodias polifónicas.

Também participando da construção da identidade europeia, agora já na época Moderna, devemos assinalar o mural do século XV existente no refeitório do Mosteiro de Santa Maria delle Grazie, em Milão, da autoria de Leonardo Da Vinci – *A Última Ceia*. Embora não fosse a primeira pintura referente à passagem bíblica que os

---

diferentes apóstolos referem, pois já no século anterior Duccio o havia feito, é com toda a certeza a obra que mais polémica tem provocado nos últimos anos e muito por culpa das interpretações ou protagonismos que se lhe atribui. Pois se dúvidas houvessem quanto ao diálogo entre a palavra e o objeto, eis aqui o exemplo da *enargeia* desta substancial realidade.

“O Renascimento inicia-se não só com a consciência de uma crise religiosa, mas também a braços com a desmoralização. O século XVI é, com frequência, corroído pela angústia da morte e do tempo, que espreitam, neste mundo, todas as coisas e realidades” (Russ: 1998, 101). Inspirado na cultura greco-romana trará otimismo e crença nas capacidades do Homem - exige-se menos teocentrismo cultural e mais humanismo - alterações na noção da ética, fundamentada na dignidade e na pessoa humana - forte pendor humanista, o qual se afirmará através da razão, da experiência e da ação, oposição ao divino, assumindo uma atitude cética perante os fenómenos - dessacralização da natureza e uma nova “Reforma” nos conceitos da Igreja.

Surgem igualmente novos discursos religiosos - Lutero, Calvino e Erasmo - consagrando uma oposição do indivíduo à Igreja de Roma. Questiona-se, igualmente, a noção da terra como centro do mundo e da teoria finita - modelo heliocêntrico<sup>20</sup> do cosmos, através de uma conceção de ciência “ativa” que se opõe à contemplativa da escolástica. Na filosofia Bacon contribuirá com o seu método indutivo, observação direta da natureza para chegar ao conhecimento das leis que a governam. Estamos, portanto, perante nova mundividência.

Também relevante será o conceito moderno de Estado baseado num poder político institucionalizado. De salientar que a Renascença não atinge toda a Europa com a mesma intensidade e fulgor com que atingiu o seu epicentro - a Itália. Outros estados começavam a assumir um caráter de unidade social e nacional, dificultando a permeabilidade de novas conceções. Portugal e Espanha, submissos face à Igreja Católica Romana, envolviam-se em projetos que iriam alterar a perceção do mundo coevo, os descobrimentos. Também a este nível a religião católica seria confrontada

---

<sup>20</sup> A teoria heliocêntrica não era de todo uma novidade, pois, tudo leva a crer ter sido o astrónomo helenístico Aristarco, no século III a.C., o pai de tal feito, vindo a ser suplantado poucos séculos depois, já no início da era cristã, pela explicação geocêntrica de Ptolomeu. Este, por sua vez, conseguiu levar a sua convicção até inícios do século XVII, altura em que o alemão Kepler desmitifica e derruba o último vestígio de uma teoria errónea.

---

com uma nova alteridade, a dos espaços e a das gentes desvendados pela novidade das descobertas:

*Não só o missionário europeu, fosse ele católico, protestante ou ortodoxo, desembarca na maior parte das vezes sob a capa de colonizador como também, e salvo raras exceções – como Ricci na China no início do século XVII -, não faz praticamente qualquer esforço para «deseuropeizar» a mensagem evangélica e tentar adaptá-la aos povos dos outros continentes [itálico original]. (Lebrun: 1990, 8)*

Chegados ao fim do Renascimento<sup>21</sup>, prevalecem dois registos significativos a nível da alteridade: aqueles que, na sequência da Reforma, emergem no seio do Cristianismo; e aqueles que se desvendam nos “novos mundos”, com práticas religiosas radicalmente estranhas.

O Iluminismo de Descartes, Espinosa, Hobes, Newton e Locke tentará dar respostas baseadas no exercício da razão, distintas daquelas que o discurso religioso tinha vindo a propor. Aparece, deste modo, o deísmo<sup>22</sup> como filosofia religiosa, condenando os elementos irracionais da religião e denunciando todas as formas de fé organizada, em particular o Cristianismo. Se solução houvesse para os males da sociedade, eles estariam na Terra/Natureza (*hic et nunc*) - fonte da verdade, e não na fé por eles considerada ilusória e supersticiosa, visto ser baseada na revelação de um Deus “sobrenatural” Cristão, Todo-Poderoso/Deus-Providência e onisciente. Meslier, Voltaire, Montesquieu<sup>23</sup>, Helvétius, Diderot, entre outros, para os quais, as religiões não passam de fraudes e os seus membros de oportunistas, destacam-se como arautos desta perspetiva. No entanto, não podemos considerar que se esteja perante uma atitude antirreligião, até porque desponta aquilo que podemos considerar um tipo de religião naturalista e racionalista (baseada naquilo que defendiam ser a exclusão de qualquer tipo de revelações e dogmas), não ateuista: agora Deus está inserido na Natureza e na Razão. A Igreja deverá esperar pelos autores românticos, como Chateaubriand, para que o Deus Cristão volte a ser o centro das atenções e fonte de inspiração.

Emerge, entretanto, a ideia de uma Europa Una e Universal – União dos Homens -, a qual, em meados do século XX, será concretizada com a criação da Comunidade

---

<sup>21</sup> “O Renascimento designa geralmente um movimento de renovação artística e científica que se produziu na Europa a partir do século XV e durante o século XVI” (Russ: 1998, 84).

<sup>22</sup> “Apesar das múltiplas variantes, chamemos deísmo à posição filosófica daqueles que admitem a existência de um Deus concebido como Ser supremo, com atributos indeterminados e com propriedades inconhecíveis, e que repudiam a revelação” (*Ibidem*, 184).

<sup>23</sup> Montesquieu é particularmente conhecido pela sua teoria da separação dos poderes: poder legislativo, poder executivo e poder judiciário.

---

Económica Europeia – como ficariam felizes Leibniz, Rousseau ou Saint-Simon! Impõe-se, como integrantes do discurso dominante, o método empírico em substituição do metafísico e teológico, o Estado exercendo funções antes atribuídas à Igreja, a filosofia assume um papel primordial no primado da razão. Como refere Jacqueline Russ: “[e]mbora esta razão do século XVIII prolongue, em parte, o racionalismo da filosofia clássica, apresenta uma diferença fundamental: é uma razão crítica, que rejeita a razão metafísica e que se apoia na experiência” (Russ: 1998, 161). Estamos perante um discurso que, na sequência do Iluminismo, vê na razão humana um novo conceito de história linear e progressiva, instrumento “libertador das correntes da ignorância e da superstição”, ao mesmo tempo que oferecia ao Homem a autonomia necessária para administrar e construir o próprio destino, como dono e senhor da natureza, na persecução da felicidade terrena – herança, ainda que com algumas subtilezas, do Judaísmo.

A modernidade herdou, deste modo, um *ethos* e uma mentalidade profundamente entranhados nestes paradigmas, sustentando o desenvolvimento tecnológico e industrial, subordinando o culto à ciência, como garantia de uma nova salvação. Ainda no século XIX, Darwin, com a sua *Teoria Evolucionista*<sup>24</sup> das espécies, mais uma vez colocará a Igreja em sobressalto, colidindo com a visão fixista mítica da *Teoria Criacionista* por esta defendida, que, de resto, e a par de temas como o *Dilúvio*, é transversal a outros cultos, praticamente desde os começos das Culturas<sup>25</sup>. Engenhosamente, a Igreja soube esperar, pois alguns dos filósofos do século XIX que defendiam a teoria do evolucionismo eram cristãos, destarte, a sua esperança não seria em vão. Ainda assim, doravante, a reflexão metafísica deverá dialogar com outros factos e alternativas, evoluindo a sua própria conceção para um criacionismo evolutivo.

---

<sup>24</sup> De salientar que a génese desta teoria já há muito havia desabrochado, pois tanto Anaximandro (séculos VII-VI a. C.) como Empédocles (século V a. C.), ou ainda Lamarck (século XVIII-XIX), haviam aflorado o tema.

<sup>25</sup> A título de curiosidade leia-se: Pedro Tamen (1979). *A Epopeia de Gilgamesh*. col. «Páginas de sempre», Lisboa, Edições António Ramos. Poder-se-á ainda ler *Enuma Elish* e *Avesta*, este último, escritos sacrossantos do zoroastrismo. Recorda Mircea Eliade que também os gregos, ainda que não de uma forma hegemónica e conceptual, se preocuparam com a criação do mundo. Dever-se-ão destacar as obras de Hesíodo (século VIII a. C.) *Teogonia* e *Os Trabalhos e os Dias*, percecionando-se neste último, uma origem comum entre homens e deuses (Géia), ambos, *stricto sensu*, com as mesmas virtudes e defeitos, mas em que os primeiros ao longo dos seus estágios de evolução foram perdendo em favor dos segundos e por castigo destes, criando-se consequentemente um antagonismo entre as partes.

---

No fundo, nada mais é do que uma visão panteísta, em que uma não exclui a outra, embora na sua génese esteja Deus:

Antropólogos, filósofos, cientistas e escritores, todos eles tiveram ideias divergentes no que concerne à natureza do homem, assim como todas as religiões têm a sua percepção da humanidade. Para um cristão, o aspecto vital é o facto de o homem não ter sido criado aleatoriamente, como se fosse um subproduto. Até mesmo as narrativas da criação realçam que a humanidade é o resultado da vontade e do poder de Deus. Isso dá-nos uma indicação acerca da crença cristã no valor do indivíduo. Nós não estamos à deriva no espaço. A humanidade tem um pai comum em Deus, e em virtude de cada um de nós ter sido criado por Ele, somos todos, igualmente, preciosos. (Gaarder, Hellern & Notaker: 2002, 152)

Com efeito, “[a]pesar dos progressos do cientismo e do racionalismo, a Europa continua a ser terra de cristandade” (Russ: 1998, 265).

No âmbito de um discurso racionalista secular que se foi sedimentando nas sociedades ocidentais, que parecia tornar acessível e superar a própria noção de alteridade, dever-se-á referir o contributo de Freud que destrói a conceção clássica do indivíduo. Seguem-se-lhe, Bohr, Heisenberg, Einstein, Godel, Bergson, entre outros, que, não devemos ignorá-lo, também contribuirão para uma crise profunda de uma razão determinista, mecânica e uma política “sem rumo” da primeira metade do século XX.

O discurso e o *ethos* otimistas inicialmente veiculados pelo Iluminismo, darão lugar à desilusão. Com efeito, durante as primeiras décadas do século XX assiste-se continuamente ao oposto do progresso pretendido, guerras, revoluções sociais, e o nascimento de um capitalismo desenfreado apoiado pelas novas tecnologias. A par desta disforia, eventualmente como reação a ela, renasce a crença em Deus e no sobrenatural na tentativa de obter respostas, pois, “[p]aradoxalmente, porém, a construção da modernidade produziu sofrimento e miséria (...) oprimidos pela industrialização capitalista (...) genocídio da colonização imperialista” (Pires: 2004, 71).

O Pós-Modernismo, adotando uma postura crítica em relação à fé incondicional nos postulados da razão humana, abandona alguns conceitos: a ideia de natureza humana, a noção de sujeito, o homem como categoria universal, o homem como senhor da natureza, a crença humanista no progresso epistemológico e sócio histórico, o aumento da produtividade e os movimentos de emancipação, etc. Num tempo em que a razão parece tornar transparente o mundo e em que a alteridade parece ter sido definitivamente rasurada, em toda a parte emergiram conflitos, regimes totalitários,

também eles substituindo-se ao próprio transcendente, o que não deixaria de recordar os limites desse mesmo discurso racionalista quando o ser humano, o indivíduo, estava em causa. Consequentemente, “[n]o mundo pós-moderno, o Cristianismo é intelectualmente relevante pois, com a morte dos absolutos da razão humana e da ciência, o sobrenatural, que não é empírico, é de novo considerado” (*Ibidem*, 96).

Em suma:

Revelação, fé, salvação, infinito, etc.: noções originais que vão fundamentar o pensamento ocidental. O Deus judaico-cristão revela-se aos homens de uma maneira sobrenatural; apela à fé, à adesão profunda do espírito e do coração que se sobrepõe à certeza; salva do estado natural de pecado e da condenação, sua consequência. Cristo, o Homem-Deus, estabelece uma ponte entre Deus e o homem, ao qual traz a salvação, enquanto, nas outras religiões monoteístas, se afirma uma separação radical. A partir de então, Deus existe, na sua singularidade irreduzível, e a comunidade cristã está em condições de o encontrar.

Finalmente, com a doutrina cristã, a Infinitude do Verbo define-se na sua positividade, enquanto os pensadores gregos privilegiavam, com frequência, a finitude. Uma metafísica do infinito, já parcialmente presente na Bíblia, forma a nova perspectiva do pensamento. (Russ: 1998, 56)

Tendo por base territorial a Cidade do Vaticano, à soberana Santa Sé, cujo Sumo Pontífice é o chefe máximo, é-lhe reconhecido personalidade e papel internacional, pelo que goza do privilégio de sujeito do Direito Internacional, o que lhe confere praticamente os mesmos direitos dos demais Estados. Isto é, a sua singularidade moral e espiritual, reservam-lhe uma capacidade jurídica limitada. Logo: ”(...) a natureza especial da Santa Sé dita uma particularidade da sua condição jurídica internacional que é a *não intervenção nos conflitos temporais entre Estados* [itálico original]” (Pereira & Quadros: 1997, 376)<sup>26</sup>. Ainda assim, a mesma pode ser chamada a dirimir conflitos, se esse for o desejo das partes envolvidas. Afinal, “[a] moralidade é o instinto gregário no indivíduo” (Nietzsche: 1996, 135).

### 1.3 – Agnósticos e Ateus

Toda a pessoa tem direito à liberdade de pensamento, de consciência e de religião; este direito implica a liberdade de mudar de religião ou de convicção, assim como a liberdade de manifestar a religião ou convicção, sozinho ou em comum, tanto em público como em privado, pelo ensino, pela prática, pelo culto e pelos ritos. (DUDH, art.º 18)

<sup>26</sup> Cf. André Gonçalves Pereira & Fausto de Quadros: *Manual de Direito Internacional Público*.

---

Como temos vindo a observar, a história da cultura europeia não se faz somente da influência religiosa-cristã ou da *communicatio in sacris*. Também outros diálogos, que não acreditando ou não comungando destes ensinamentos e padrões, contribuem para uma essência eclética e reflexão interior das fórmulas dogmáticas<sup>27</sup>. O respeito pela diversidade de valores, eventualmente universais e, transversais a toda a humanidade está bem patente nas duas principais Constituições da União Europeia. Aludimos concretamente ao Tratado da União Europeia e ao Tratado sobre o Funcionamento da União, aos quais regressaremos na segunda parte deste estudo.

Também uma Igreja consciente da real existência de uma diversidade religiosa universal promulgou, em sede de Concílio Vaticano II, alguns documentos demonstrando essa presença e o necessário respeito mútuo. Embora todo o acervo daí resultante seja um sopro da mundividência, a título de exemplo fazemos menção à Declaração *Nostra Aetate* sobre a Igreja e as religiões não-cristãs, mas outros diplomas poderiam ser reclamados como a Declaração *Dignitatis Humanae*<sup>28</sup> sobre a liberdade religiosa e o Decreto *Orientalium Ecclesiarum* sobre as Igrejas orientais católicas, ou ainda o Decreto *Unitatis Redintegratio* sobre o ecumenismo, nutrindo o diálogo fraternal. Embora, e como assevera Enzo Bianchi na sua obra intitulada *Para uma ética partilhada*:

Afirme-se, ademais, que, para alguns cristãos, persiste a tentação de impor as suas ideias aos outros, contradizendo assim o autêntico estilo cristão, que «propõe» sempre a sua mensagem através do evangelho, a oferece como «boa-nova» proposta sempre à liberdade dos interlocutores, tidos por capazes de reflectir, dignos da confiança necessária a todo o confronto e diálogo. (Bianchi: 2009, 85)

No fundo, o que acabámos de constatar nestes dois últimos parágrafos, foi a importância e o valor humano de uma responsabilidade ética partilhada, pois, como diz o autor atrás referenciado: “(...) a ideia de que a ética é apenas uma superestrutura individual que cada qual pode por si construir e gerir em total liberdade, sem ter a

---

<sup>27</sup> Para um maior conhecimento das inúmeras correntes religiosas e cultos, Cf., entre outros: <http://worldchristiandatabase.org/wcd/>

<sup>28</sup> Sobre esta Declaração escreve o bispo D. Carlos A. Moreira Azevedo num texto intitulado: “Constantino: persistência de um paradigma na Igreja de hoje”, in *Didaskalia*, revista da faculdade de Teologia/Lisboa: *A herança do Concílio Vaticano II em Avaliação* (pp. 177-93): “[p]assou-se de uma conceção da liberdade religiosa como direito apenas reivindicado pela única religião verdadeira, a uma conceção de liberdade religiosa como direito da pessoa humana, livre de qualquer coerção, independente do tipo de convicção. O cristianismo passa a compreender-se como religião da liberdade e não como religião da polis, apoiada nas leis mundanas” (Azevedo: 2012, 182).

---

preocupação de moldar, com exigências éticas, a vida pública social ou política é, de facto, uma ideia desumanizante” (Bianchi: 2009, 87).

As dúvidas quanto à existência de uma entidade que nos transcende – Deus – até porque a mesma não é passível de ser conhecida, levaram a que muitos pensadores se afastassem dos dogmas do Cristianismo, sem, no entanto, o repudiarem<sup>29</sup>. Com efeito:

O homem não foi apenas criado para viver com Deus. Também fomos feitos para levarmos uma existência em comunhão com os nossos semelhantes. Quer o Antigo, quer o Novo Testamento realçam que nos deveríamos amar uns aos outros como Deus nos amou. Cada uma à sua maneira, as duas narrativas da criação sublinham igualmente a nossa criação como homem e mulher. Podemos dizer que o casamento e a família fazem parte da ordem da criação. É devido a este factor que muitas comunidades eclesiais encaram o casamento como uma instituição sagrada. (...) Foi dado ao Homem um duplo papel, cabendo-lhe as funções de povoar o mundo e estimar a criação de Deus. A criação é obra divina, mas ao Homem foi-lhe atribuída a tarefa de governar sobre tudo aquilo que foi criado. Devido a isto, a Bíblia encara o trabalho de uma forma positiva. O Homem foi criado para se realizar e para cumprir a vontade de Deus pelo esforço criador. Assim, a história não se faz puramente das acções de Deus, mas também das acções do homem, uma vez que somos parceiros de Deus, no que concerne a criação e a colaboração. (...) Outro dom do homem é a competência para distinguir o bem do mal. Uma das ideias fundamentais da Bíblia é que o homem é responsável pelos seus actos. O homem tem a capacidade de ir contra a vontade de Deus. Nós podemos abusar do estatuto que nos foi concedido por Deus. A Bíblia denomina este abuso pecado. (Gaarder, Hellern & Notaker: 2002, 154)

“Deus criou o ser humano à sua imagem, criou-o à imagem de Deus; Ele os criou homem e mulher” (Gn 1, 27). Ainda que assim seja, ao Homem foi-lhe dado a faculdade do livre arbítrio do raciocínio, pensamento e acção, a fim de poder intervir e interferir com os demais e com o mundo.

Conclui-se, assim, que: “[a] pesar de a Europa nunca ter estado politicamente unida, é a sua configuração espiritual que lhe confere a sua tão procurada coesão. (...) Antes de ser um projecto político, a Europa é uma ideia, nascida das difíceis mesclas que contribuem para a sua beleza” (Russ: 1998, 7).

Veremos, nos capítulos seguintes, de que forma a Igreja toma estes ensinamentos e princípios pragmáticos, e os transforma em dogmas a serem desenvolvidos como paradigmas solucionais, numa sociedade mergulhada em crises oriundas dos mais diferentes setores da sociedade atual. Observaremos, portanto, esse instante fundamental para uma mudança de paradigma que ainda hoje se faz sentir e que dá pelo nome de Concílio Vaticano II.

---

<sup>29</sup> Thomas Henry Huxley (1825-95) considerado o responsável pelo termo *agnosticismo*.

---

## PARTE II

### VATICANO II

O Vaticano II foi um Concílio Ecuménico da Igreja Católica, que decorreu entre outubro de 1962 e dezembro de 1965 na Santa Sé. Convocado pelo Papa João XXIII termina, por morte deste, sob o papado de Paulo VI. Veremos, no presente capítulo, para que realidade sociopolítica a Igreja despertou, vertendo nos seus dezasseis documentos, extraídos das inúmeras sessões, os mais variados temas versados, antevendo desde logo um corte das amarras com o passado, aspirando-se a um *aggiornamento* da Igreja face ao contexto social hodierno movido por uma avidez mórbida. Concomitantemente, faremos ainda alusão ao facto, e no nosso entender, de a Igreja ser uma alternativa espiritual ao materialismo pretendido pela mórula, do que mais tarde viria a chamar-se União Europeia.

Este seu papel determinante na sociedade contemporânea, em particular naquilo que o Concílio significou em termos de um diálogo com as alteridades, é sintetizado por Gaarder, Hellern e Notaker da seguinte forma:

Desde os anos 60 a Igreja Católica tem empreendido uma renovação marcante. O Papa João XXIII foi, em parte, o inspirador deste movimento quando, em 1962, convocou um Conselho ou Concílio no Vaticano.

Uma das decisões cruciais tomadas foi a de os cultos deixarem de ser celebrados em latim [situação que perdurava desde o Séc. III, altura em que substitui o grego oficial], passando a sê-lo na língua de cada país: italiano, alemão, norueguês, etc.

Paralelamente a esta questão, foi feito o apelo à leitura da Bíblia, de preferência na tradução moderna, e foram formados grupos de estudo da Bíblia para os leigos. Depois da Reforma, a Igreja não encorajava a leitura da Bíblia entre os leigos, com receio de que isso pudesse conduzir a uma doutrina errónea e a tendências heréticas.

O seu relacionamento com outras Igrejas tem vindo igualmente a modificar-se ao longo dos últimos anos. A Igreja Católica deixou de rejeitar o contacto com outras Igrejas, participando já em muitas actividades interconfessionais. A Igreja Católica Romana não é membro do Conselho Mundial de Igrejas, no entanto, envia observadores às suas reuniões. Tem participado em imensas conversações com outras Igrejas e religiões, sobre assuntos humanos comuns, tais como o casamento, trabalhadores imigrantes, países pobres e países ricos. (Gaarder, Hellern & Notaker: 2002, 200)

Com efeito, a Igreja foi desde sempre um membro institucional ativo no desenvolvimento das ações sociopolíticas no seio das sociedades, embrenhando-se e interferindo no desfecho das mesmas. Desde os primórdios que soube caminhar e

---

desbravar terreno por entre as encruzilhadas que se iam opondo e levantando, colocando por vezes em risco a sua existência. Assim, desde cedo, ganhou a experiência necessária para a deixar num patamar de todo superior e privilegiado, no que concerne à sua suscetibilidade para discernir, quando necessário, que o dito normal desenrolar da vida das populações está a ser alterado, logo, afetando também a sua assembleia - trata-se de uma dádiva de Deus. Percebeu há muito, tal como Nietzsche o faria no seu tempo, que a vida social estava a mudar, o que não seria propriamente uma novidade, visto muitos dos sinais serem já perceptíveis em tempos mais remotos, como se de premonições se tratassem. Recordemos McNall Burns, no seu estudo sobre a herança da civilização romana, ao penetrar no legado transmitido para a posteridade civilizacional mundial. Trata-se de uma citação extensa, mas, todavia, relevante por sintetizar a dimensão que temos vindo a referir:

Somos tentados a acreditar que o mundo moderno deve muitíssimo aos romanos: em primeiro lugar, porque Roma está mais perto de nós no tempo do que qualquer outra civilização da antiguidade; em segundo, porque Roma parece mostrar um parentesco muito íntimo com o temperamento moderno. Muitas vezes se têm salientado as semelhanças entre a história romana e a história da Grã-Bretanha ou da América, nos séculos XIX e XX. A evolução económica romana cobriu todo o caminho que vai do ruralismo simples até um sistema urbano complexo, com problemas de desemprego, monopólio, enormes diferenças de fortuna e crises financeiras. Do mesmo modo, a sociedade romana teve seus fenómenos "modernos" de divórcio, baixa do nível da natalidade e predileção por divertimentos espetaculares. O Império Romano, à semelhança do que aconteceu com a Inglaterra e os Estados Unidos da América, fundou-se na conquista e em visões de um Destino Manifesto. Não se deve esquecer, no entanto, que o espírito de Roma era o do homem clássico e, conseqüentemente, as semelhanças entre a civilização romana e as modernas não são tão importantes como parecem. Como já salientamos, os romanos desprezavam as atividades industriais e eram incrivelmente ingênuos em assuntos científicos. Não tinham também qualquer ideia do estado nacional moderno; as províncias eram meros apêndices, não sendo consideradas como partes integrantes do organismo político. Foi em grande parte por esta razão que os romanos nunca desenvolveram um sistema adequado de governo representativo. Finalmente, a concepção romana de religião era muitíssimo diferente da nossa. Seu sistema de culto, como o dos gregos, era externo e mecânico, e não íntimo ou espiritual em qualquer sentido. O que o cristão considera como o mais alto ideal de piedade - uma atitude emocional de amor para com o divino - era olhado pelo romano como grosseira superstição.

Não obstante, a civilização romana não deixou de exercer uma influência definida sobre as culturas posteriores. A forma, senão o espírito, da arquitetura romana conservou-se na arquitetura eclesiástica da Idade Média e sobrevive até o presente nas linhas da maioria de nossos edifícios públicos. A escultura do tempo de Augusto vive também nas estátuas equestres, nos arcos e colunas comemorativos e nos retratos em pedra dos estadistas e generais que adornam os bulevares e os parques. Embora sujeito a novas interpretações, o direito dos grandes juristas tornou-se parte importante do Código de Justiniano e assim comunicou-se posteriormente à Idade Média. Os advogados modernos e especialmente os juizes americanos citam, amiúde, máximas criadas por

---

Gaio ou Ulpiano. Além disso, os códigos de quase todos os países contemporâneos do Continente Europeu incorporaram muito do direito romano. Esse direito teve notáveis repercussões no fortalecimento do direito de propriedade privada. Não deve ser esquecido, ainda, que as obras literárias romanas inspiraram em grande parte o florescimento do saber que se espalhou pela Europa no século XII e atingiu seu zénite na Renascença. Talvez não seja bastante conhecido o fato de ter sido a organização da igreja católica, para não falarmos em boa parte de seu ritual, adaptada da estrutura do estado romano e do complexo da religião romana. Por exemplo, o Papa ainda hoje ostenta o título de Sumo Pontífice (*Pontifex Maximus*), que era usado para designar a autoridade do imperador como chefe da religião cívica. O elemento mais importante, porém, da influência romana, foi provavelmente a ideia da autoridade absoluta do estado. No juízo de quase todos os romanos, com exceção de alguns filósofos como Cícero e Sêneca, o estado era legalmente onipotente. Apesar de muitos romanos terem possivelmente detestado a tirania, o que na realidade temiam era apenas a tirania *pessoal* [itálico original], considerando perfeitamente legítimo o despotismo do senado como órgão da soberania popular. Tal concepção sobrevive até os nossos dias na convicção popular de que o estado não pode errar e, particularmente, nas doutrinas dos filósofos políticos absolutistas que dizem não ter o indivíduo direitos além dos que o estado lhe confere. (Burns: 1977, 247-48)

Como é perceptível, a sua maior particularidade está mormente na forma de governo e estratificação social, cujas consequências, e por ironia do destino, parecem um pressentimento e uma advertência dos tempos atuais - problemas de desemprego, monopólio, forte estratificação social, crises económicas, divórcios, baixa taxa de natalidade, etc. Semelhante situação renovar-se-á noutras épocas, o que deixa a ideia de um determinado ciclo repetitivo que, de quando em vez, face a um determinado culminar contextual de fatores, desponta em grandes crises. Considera Jacqueline Russ:

Se o século XVII se encontra ligado à ordem clássica, uma das suas noções essenciais, se aspira ao equilíbrio de uma razão organizadora e reguladora, não deixa, porém, de ser uma época de dúvida e de crise: uma crise global, que afecta todos os sectores da vida humana, atinge então a totalidade da Europa. Uma crise económica de grande amplitude afecta o mundo ocidental, com descida de salários, desemprego e fome: todos estes factores contribuem para um estado permanente de instabilidade. Em todos os países da Europa ocidental, levantam-se os mesmos problemas e, apesar de todas as medidas tomadas, aumenta a pobreza. A crise política não é menos acentuada. (Russ: 1998, 112)

Contudo, como defende Maria Laura Bettencourt Pires: “[d]esde o tempo dos gregos que se sabe que a sociedade está em constante mudança” (Pires: 2004, 61). Veremos até onde se estenderá essa mudança, pois se a primeira levou à queda do Império Romano, talvez agora seja o futuro da própria União Europeia que possa estar em causa.

De certo modo, foi esta percepção de metamorfose, ainda que com outros ingredientes e contornos, conforme alguns movimentos teológicos, litúrgicos e missionários que se iam fazendo sentir desde os finais do século anterior, que de algum

---

modo contribuíam para uma mudança de imagem da Igreja, que o Papa João XXIII teve aquando da sua decisão e *coragem*, como apelidou Emília Nadal<sup>30</sup>, de convocar um novo concílio ecuménico em 25 de janeiro de 1959.

Após uma breve leitura do documento em causa - *Humanae Salutis*, datado de 25 de dezembro de 1961, constatamos que, logo no seu início, é descortinada a sua função primordial, evangelizadora, de que a Igreja está incumbida, pois é sempre com esse fito que a mesma se deve orientar: “[i]de, pois, fazei discípulos de todos os povos, baptizando-os em nome do Pai, do Filho e do Espírito Santo, ensinando-os a cumprir tudo quanto vos tenho mandado” (Mt 28, 19-20). Imergindo no conteúdo, apercebemo-nos que o Papa tinha a noção que os tempos eram de mudança e que estava perante uma nova realidade social - *problemas da idade moderna*, exigindo-se uma nova atitude, essencialmente uma mensagem de esperança e de salvação, isto é, o epíteto identitário do Cristianismo, perante o obscurantismo e as trevas, mas também ir contra as “cercas” da Igreja e o seu fechamento. Era premente ver, julgar e agir, sobretudo uma renovação bíblica, diante de uma rápida dessacralização e descristianização eclesiástica generalizada:

A Igreja assiste, hoje, à grave crise da sociedade. Enquanto para a humanidade surge uma era nova, obrigações de uma gravidade e amplitude imensas pesam sobre a Igreja, como nas épocas mais trágicas da sua história. Trata-se, na verdade, de pôr em contacto com as energias vivificadoras e perenes do evangelho o mundo moderno: mundo que se exalta por suas conquistas no campo da técnica e da ciência, mas que carrega também as consequências de uma ordem temporal que alguns quiseram reorganizar prescindindo de Deus. Por isso, a sociedade moderna se caracteriza por um grande progresso material a que não corresponde igual progresso no campo moral. Daí, enfraquecer-se o anseio pelos valores do espírito e crescer o impulso para a procura quase exclusiva dos gozos terrenos, que o avanço da técnica põe, com tanta facilidade, ao alcance de todos; e mais ainda - um fato inteiramente novo e desconcertante - a existência do ateísmo militante, operando em plano mundial. (HS, n.º 3)

Estava em causa uma nova reorganização de toda a ação católica, incluindo todos os intervenientes, a fim de fazer face à catadupa de problemas e desafios que iam surgindo, muitos deles vindo de Leste. Anos mais tarde, a eleição de um Papa polaco<sup>31</sup>, conspícuo e altruísta, não será inocente e muito menos alheia a esta realidade,

---

<sup>30</sup> Relevante pintora plástica portuguesa, contemporânea de formação católica, que esteve envolvida em movimentos no seio da Igreja portuguesa, no período pós-conciliar da segunda metade da década de 1960.

<sup>31</sup> João Paulo II foi o primeiro Papa cujo pontificado decorreu na sua totalidade dentro do espírito *aggiornamentista* pretendido pelo Concílio Vaticano II, tornando-se deste modo um dos seus grandes impulsionadores e mensageiro.

---

nomeadamente as suas diversas viagens dialogais a pontos nunca dantes idos, bem como o seu esforço voraz de intercomunhão e intercâmbio cultural e religioso, não olhando à filiação carismática. Era agora necessário levar a Igreja até junto da comunidade, ao encontro das múltiplas alteridades, mas, principalmente, fazer uma reflexão interior, indo ao âmago da fé para transpor uma nova esperança e credo.

Décadas depois, podem-se ainda elencar exemplos sobre os quais o papado continua a recusar-se abrir, como o caso dos casamentos entre indivíduos do mesmo sexo, a questão da fecundação *in vitro*, o aborto, o casamento após o divórcio, o casamento do clero, o direito das mulheres ao sacerdócio, a utilização de contraceptivos, entre outros temas polémicos, no fundo, partículas que personalizam e individualizam a carismática Igreja Católica.

Nesse campo, o Concílio Vaticano II pouco modificou, salientando e reforçando por vezes a sua necessidade, como no caso do celibato sacerdotal brotado do Decreto *Presbyterorum Ordinis* sobre o ministério e a vida dos sacerdotes, que por sua vez, pouco se altera em relação à visão funcional terrena medieval – *in persona Christi* (Cf. *Reconciliatio Et Paenitentia*, n.º 29), que já tivemos oportunidade de referir na primeira parte desta exposição. No entanto, esta visão celibatária tão coartada, não é extensível de forma homogénea a toda sociedade católica. Ainda que existam diferenças na sua expressão de opiniões de pessoas de continentes diferentes, como por exemplo entre o Europeu e o Americano, sobretudo no Brasil, a presença a uma maior abertura a determinados temas é mais aceitável e até mesmo praticado, onde em regra, a manifestação pública para uma maior abertura aos sinais dos tempos e realidade social é reivindicada, particularmente pelos praticantes mais novos. Esta perspetiva factual é de igual modo observável e paradigmática a nível da Comunidade Europeia, refletindo-se sobretudo nas Constituições Nacionais e no Direito Civil, chocando por vezes com o Direito Canónico, como por exemplo no caso do casamento entre indivíduos do mesmo sexo<sup>32</sup>, assim como na adoção por esses mesmos casais, ou ainda na reprodução clinicamente assistida. Com todo este ascetismo, presenciamos uma Igreja com inúmeros problemas internos e a diferentes velocidades, que nada dignificam a sua função espiritual, cujo Vaticano se furta comentar, ignorando-os, apelidando-os

---

<sup>32</sup> O Continente Europeu é o único, cujo conjunto dos cinquenta países constituintes, não criminaliza o casamento entre indivíduos do mesmo sexo, ainda que os direitos e obrigações sejam matéria discutível. Somente a título de curiosidade, a Holanda já reconhece os casamentos polígamos.

somente de comportamentos desviantes, ficando uma parte da vida social contemporânea por entender e compreender, ainda que D. José Policarpo diga “[a] mudança na Igreja não pode ter o ritmo da mutação cultural e sociológica” (Policarpo: 2004, 81).

Mas, mais uma vez, vê-se no caos “(...) não pouco indícios que dão sólida esperança de tempos melhores para a Igreja e a humanidade” (HS, n.º 4), sem que primeiro tenha passado pelo contínuo desenrolar de inúmeros e sucessivos acontecimentos afrontadores, humilhadores e sofredores, onde se inclui a famigerada dialética Razão vs. Divino, no fundo, uma verdadeira *diáspora*. Resumindo: “[a]ssim, se o mundo aparece profundamente mudado, também a comunidade cristã está em grande parte transformada e renovada: isto é, socialmente fortalecida na unidade, intelectualmente revigorada, interiormente purificada, pronta, desta forma, a enfrentar todos os combates da fé” (HS, n.º 5). É esta unidade rejuvenescedora protelada, mas propalada, tendo como gênese a fé, que vai ser regateada através da divulgação da palavra. Para isso, a *Humanae Salutis* convida: “(...) os que têm direito e dever de intervir no concílio” (HS, n.º 19). O propósito é muito claro:

Ao mundo, enfim, perplexo, confuso, ansioso sob a contínua ameaça de novos e assustadores conflitos, o próximo concílio é chamado a oferecer uma possibilidade de suscitar, em todos os homens de boa vontade, pensamentos e propósitos de paz: paz que pode e deve vir sobretudo das realidades espirituais e sobrenaturais da inteligência e da consciência humana, iluminadas e guiadas por Deus, criador e redentor da humanidade. (HS, n.º 9)

Conclui-se que, com a nova realidade mundial, as palavras de Jacqueline Russ deixam de ser pertinentes:

No fim do Império romano, o cristianismo tornou-se na religião oficial: pouco a pouco, o seu projecto impõe-se a todos, pela palavra missionária mas também pela força e pela violência.

Os mil anos da Idade Média vão mais ou menos encarnar a vitória da concepção transcendente do mundo. O poder do papado impõe-se aos reis e aos imperadores. É durante este período que nasce, graças ao latim dos clérigos, a Europa das ideias, a única a unir, durante séculos, os povos, tantas vezes em guerra, do Ocidente. (Russ: 1998, 12-13)

No mesmo intuito:

*Mas a partir de então [conversão de Constantino e as invasões bárbaras] ela [mensagem de Cristo] confundia-se muitas vezes com a conquista militar: o Evangelho é pregado, de espada na mão, aos pagãos e aos infiéis. (...) Desde o século XIII que Francisco de*

---

*Assis defende que o Evangelho deve ser pregado de mãos nuas* [itálico original]. (Lebrun: 1990, 7)

Não é mais possível a emissão de *Éditos* ou o recurso à *Inquisição* para a conversão da alteridade, do pagão/herexe, muito menos a obrigação do cultivo da fé cristã, agora o diálogo é a via alternativa a uma sociedade que se apelida de livre arbítrio e escolha dos seus ícones.

Mas será que é legítimo perguntar se a Igreja põe fim à dicotomia Razão vs. Fé, isto é, a Santa Sé não estaria hipoteticamente e de algum modo a idealizar um modelo, ainda que baseado em pressupostos diferentes, algo semelhante ao do democrata-cristão Robert Schuman, aquando da idealização do que mais tarde viria a ser a Comunidade Europeia?

Pensamos que, de certo modo, existem algumas semelhanças, pois, embora pese o facto da União se basear sobretudo numa forte componente economicista e política, por enquanto, o desígnio e o *topoi* da Igreja era e é a via espiritual e transcendental, mas ambas pretendem atingir o bem-estar social - imanente vs. transcendente. Deste modo, ainda que de uma forma não intencional, e na persecução dos seus intentos, a Igreja torna-se num complemento ascético de atingir um fim, oferecendo uma alternativa diferente à política terrena. Consideramos ser lícito e crível afirmar que ambos projetos são profundamente determinados por um mesmo acontecimento recente, a 2.<sup>a</sup> Guerra Mundial.

A tensão entre a instituição religiosa – Igreja, e a secular – União Europeia, tem, contudo, persistido. Aquando da elaboração do Tratado que estabelecia uma Constituição para a Europa<sup>33</sup>, mais tarde substituído pelo Tratado de Lisboa,

---

<sup>33</sup> O Tratado que Institui uma Constituição para a Europa foi preparado pela Convenção europeia, que foi convocada pelo Conselho Europeu, reunido em Laeken a 14 e 15 de dezembro de 2001, para preparar um novo Tratado para a União Europeia. O Conselho Europeu designou Valéry Giscard d'Estaing como presidente da Convenção, que também era composta por vários representantes dos Estados Membros, dos países candidatos, assim como dos Parlamentos nacionais e da Comissão. Mas, apesar de assinado em 29 de outubro de 2004 na cidade de Roma, acabou por nunca ter entrado em vigor por dificuldades de ratificação, uma vez que colidia com algumas constituições nacionais de países signatários. Dada a falta de consenso sobre o assunto, o Preâmbulo que foi adotado tanto para o Tratado que Institui uma Constituição para a Europa como para o Tratado de Lisboa guardou a formulação original proposta pela Convenção Europeia presidida por Giscard d'Estaing.

A maior parte das emendas sugeria introduzir uma referência à herança cultural judaico-cristã, mas algumas faziam referência explicitamente a Deus, nomeadamente a emenda proposta por Peter Serracino Inglott, Michael Frenco e John Inguanez que sugeria inserir o parágrafo seguinte: "(...) the central role of the human person and his inviolable and inalienable rights, and of respect for law, freedom of conscience and belief in God,". A emenda proposta por Joachim Wuermeling, Edmund

---

impuseram-se propostas para incluir e mencionar o termo Cristianismo ou Deus no Preâmbulo do texto, o que foi profundamente contestado. Todavia, achamos que os esforços não foram de todo em vão, porquanto, tanto o Preâmbulo do Tratado da União Europeia "(...) INSPIRANDO-SE no património cultural, religioso e humanista da Europa, de que emanaram os valores universais que são os direitos invioláveis e inalienáveis da pessoa humana, bem como a liberdade, a democracia, a igualdade e o Estado de direito, (...)”, como o art.º 17 do Tratado sobre o Funcionamento da União Europeia, ambos ratificados pelo Tratado de Lisboa assinado a 13 de dezembro de 2007 e entrado em vigor a 01 de dezembro de 2009, incluem a menção generalizada à religião e ao credo.

#### Artigo 17.º

1. A União respeita e não interfere no estatuto de que gozam, ao abrigo do direito nacional, as igrejas e associações ou comunidades religiosas nos Estados-Membros.
2. A União respeita igualmente o estatuto de que gozam, ao abrigo do direito nacional, as organizações filosóficas e não confessionais.
3. Reconhecendo a sua identidade e o seu contributo específico, a União mantém um diálogo aberto, transparente e regular com as referidas igrejas e organizações. (TFUE)

Estas introduções nos textos basilares da União Europeia constituem uma novidade, porque tais princípios de deferência, se assim se podem chamar, são de todo inéditos, uma vez que o velho Tratado que estabelece a Comunidade Europeia assinado pelos Altos Signatários dos países contratantes a 25 de março de 1957 em Roma e, agora renomeado de Tratado sobre o Funcionamento da União Europeia pelo Tratado de Lisboa, bem como o Tratado de Maastricht datado de 07 de fevereiro de 1992, também renomeado de Trado da União Europeia pelo mesmo documento que o anterior, a nada aludiam.

---

Wittbrodt, Marta Fogler, Gerhard Tusek e Jan Figel propunha: "(...) respecting conscience and belief in God,". Por último, a proposta de emenda de Erwin Teufel que sugeria: "(...) aus der griechischen und der römischen Zivilisation sowie aus dem Gottesglauben des Christentums und anderer Religionen (...)".

O segundo parágrafo do preâmbulo encontra-se assim formulado:

"Inspirando-se nas heranças culturais, religiosas e humanistas da Europa, cujos valores, ainda presentes no seu património, enraizaram na vida da sociedade o papel central da pessoa humana e dos seus direitos invioláveis e inalienáveis, bem como o respeito pelo direito,"

Composição da Convenção:

<http://european-convention.eu.int/PT/organisation/organisationf7f9.html?lang=PT>

Texto proposto pela Convenção:

<http://european-convention.eu.int/docs/Treaty/cv00850.pt03.pdf>

Emendas propostas para o preâmbulo:

<http://european-convention.eu.int/PT/amendments/amendments485e.html?content=1000&lang=PT>

---

Mas será que se pode designar de uma inovação? Não cremos. Consideramos que se trate, talvez, de um aceitar das evidências e da História, ainda que não concretamente de um aceitar do Cristianismo:

O cristianismo certamente constitui o núcleo central das culturas européias [*sic*] atuais. Embora, nas suas origens seja uma religião nascida nos desertos do Oriente Médio. O cristianismo está atualmente quase extinto em sua região de origem onde floresce o Islã [*sic*], outra religião monoteísta. A cultura evolui sem parar. Desvincular o que é próprio a uma cultura como conteúdo, purificado de influências estrangeira, é um esforço vão: é como descascar uma cebola, ao tirar todas as peles não sobra nada. (Kozakai & Wolter: 2007, 18)

Num pressuposto da existência de uma identidade europeia:

Com toda a evidência, a Europa unida depende, desde as suas origens, de um pluralismo de facto: diversidade linguística e diversidade cultural (nacionais e regionais, maioritárias e minoritárias); e diversidade institucional, no seio da qual cada forma específica exhibe uma carga de fortes tradições culturais e políticas. O projecto político europeu não pode ignorar esta pluralidade, em que se exprimem e se impõem as diferentes culturas nacionais. (Kastoryano: 2004, 15)

Por outro lado e, ao lermos a Constituição Dogmática *Lumen Gentium* Sobre a Igreja, facilmente nos apercebemos do perfume de um aroma secular, que em tempos já constatámos, isto é, a velha dicotomia poder espiritual *vs.* poder temporal está lá impregnada:

(...)

Devido à própria economia da salvação, devem os fiéis aprender a distinguir cuidadosamente entre os direitos e deveres que lhes competem como membros da Igreja e os que lhe dizem respeito enquanto fazem parte da sociedade humana. Procurem harmonizar entre si uns e outros, lembrando-se que se devem guiar em todas as coisas temporais pela consciência cristã, já que nenhuma actividade humana, nem mesmo em assuntos temporais, se pode subtrair ao domínio de Deus. É muito necessário em nossos dias que esta distinção e harmonia se manifestem claramente nas atitudes dos fiéis, que a missão da Igreja possa corresponder mais plenamente às condições particulares do mundo actual. Assim como se deve reconhecer que a cidade terrena se consagra a justo título aos assuntos temporais e se rege por princípios próprios, assim com razão se deve rejeitar a nefasta doutrina que pretende construir a sociedade sem ter para nada em conta a religião, atacando e destruindo a liberdade religiosa dos cidadãos. (LG, n.º 36)

Contudo, como tivemos oportunidade de observar, não foi propriamente do passado com o qual este sínodo viveu. Estava-se, então, a entrar naquela que seria a excitada e vertiginosa década de 60:

(...) um mundo a entrar na década alucinante de 60, com Kennedy, Luther King, a tenção em Cuba, o afastamento sino-soviético, as descolonizações, a emergência do Terceiro Mundo, o crescimento da televisão e do turismo, as sagas da igualdade racial e da libertação da mulher, os debates europeus sobre os marxismos e o cristianismo, o

---

início da autonomização da juventude como categoria social, a crise na família ampla e na escola, os utopismos voluntaristas e cada vez mais radicais de gerações que começaram por ser sobretudo de filhos de família ou privilegiados contestando o *statu quo* [itálico original] para se converterem em processo de democratização escolar e social. (Sousa: 2012, 31)

Mais uma vez, o Concílio não foi alheio a tais acontecimentos, tendo elaborado um dos mais importantes documentos de entre os 16 dimanados - a Constituição *Gaudium et Spes* - a qual se dedica à sensibilidade da Igreja no mundo atual. Este documento será melhor escamoteado no capítulo seguinte, servindo de base à terceira parte do presente trabalho, no entanto, adianta-se, desde já, que é composto por duas partes, e conforme nota de rodapé do mesmo que se passa a citar:

Na primeira parte, a Igreja expõe a sua própria doutrina acerca do homem, do mundo no qual o homem está integrado e da sua relação para com eles. Na segunda, considera mais expressamente vários aspectos da vida e da sociedade contemporâneas, e sobretudo as questões e os problemas que, nesses domínios, padecem hoje de maior urgência. (GS, n.º 1)

Aludimos ainda ao epíteto *Ecuménico*, o qual compõe o título da convocatória e que, por norma, acompanha estes eventos. Não sendo de todo inocente e desprezioso, pois, além do facto de se referir à *convocação de todos os prelados da cristandade*, conforme podemos ler na definição do dicionário, entendemos também ser plausível afirmar que existe inerente uma determinada vertente universalista, quer em termos geográficos, quer em termos culturais, políticos, sociais ou raciais, o que caracteriza este areópago. Um intento de reunir num mesmo lugar/espaco pessoas e ideias diferentes, numa busca incessante do prazer físico, mas sobretudo espiritual, onde a miscigenação da *Dei Verbum* e da *Verbum Domini* é fonte de inspiração e de poder, como de uma centelha se tratasse – o *eu* só se justifica se o *outro* existir. Em suma:

Idealizado por João XXIII, sensível aos sinais dos tempos, e redinamizado por Paulo VI, o Concílio suscitou elementos fundamentais para a renovação da Igreja, como um novo modo de agir, mais voltado para o mundo e para as suas necessidades; o diálogo com a sociedade, a cultura e com as outras Igrejas e crenças; a consciência de que não é fugindo do mundo que se resolvem os problemas que têm origem nele; a valorização e a centralidade da Sagrada Escritura e da Liturgia na vida de fé; e a concessão de que a Igreja são todos os batizados, clero e leigos, pois são todos membros do mesmo Corpo de Cristo, todos formamos o Povo de Deus e somos Templo do Espírito. (Zanon: 2012, 7)

Importa, neste momento, convocar outros documentos importantes que tiveram a sua origem neste evento, se assim se pode apelidar, alterando quer o rumo dos

---

acontecimentos espirituais e suas estruturas, quer o relacionamento do poder espiritual com os diferentes intervenientes sociais.

Da Constituição Dogmática *Dei Verbum* sobre a Revelação Divina, retira-se, entre outros factos, a necessidade de um mesmo comungar e partilhar de ideias na profissão da fé. A concordância dos múltiplos como de um uno se tratasse, o que não deixa de ser uma evolução na abertura ao rebanho de Deus e valorização das ovelhas, que agora estão num mesmo patamar de importância do seu pastor. Este patamar, no entanto, mostrasse-nos em declive, pois somente ao magistério da Igreja é possível interpretar e achar como autênticas as palavras do seu líder, sendo vedado esse direito aos demais, reservando-se-lhes, praticamente e somente, o papel de seguidores, podendo expressar a sua opinião quando lhes permitido, ainda que lhes seja dado o livre acesso à Sagrada Escritura. No fundo, é como se o direito de veto estivesse reservado a uma determinada classe eclesial.

A exortação do saber do texto bíblico assume agora uma relevância inigualável na história da Igreja. Além do incitamento eucarístico para a sua posse e incremento nos lares, múnus do sacerdote a quem compete apascentar o seu rebanho, ela é também uma aquisição obrigatória para os catequizandos. Compete aos respetivos responsáveis pela difusão da palavra – *os arautos da fé*, o estímulo para a sua leitura e respetiva explicação, a fim de evitar traduções e aceções erróneas na penetração e absorção do seu espírito.

Como é do conhecimento geral, muitas são as interpretações dos textos bíblicos, dando origem a inúmeras bibliografias. A título de exemplo, sem pretendermos ser exaustivos, e na contemporaneidade mencionamos alguns, embora com géneses e propósitos distintos: *O Código Da Vinci* do escritor norte-americano Dan Brown; *A Comenda Secreta* dos portugueses Maria João Martins Pardal e Ezequiel Passos Marinho; *O Segredo do 13.º Apóstolo* do francês Michel Benoît; *O Códice Secreto* do norte-americano Lev Grossman; *O Anel: A herança do Último Templário* do espanhol Jorge Molist; *A Irmandade do Santo Sudário* da espanhola Julia Navarro; *A Quarta Aliança* do espanhol Gonzalo Giner; *Qumrân: O Enigma dos Manuscritos do Mar Morto* da francesa Eliette Abécassis; *O Diário Secreto de Da Vinci* dos espanhóis David Zurdo e Angel Gutiérrez; *A Sombra do Templário* da espanhola Núria Masot; *A Regra*

---

de *Quatro* dos norte-americanos Ian Caldwell e Dustin Thomason; *A Mentira Sagrada* do português Luís Miguel Rocha; entre tantos outros.

Um outro facto a ter em atenção neste testemunho é as palavras exaradas sobre a fonte de inspiração da Igreja Católica Apostólica Romana e a sua interpretação - a Bíblia Sagrada. Com efeito,

A Bíblia é o livro mais lido em todo o mundo, nos nossos dias, assim como o foi em toda a história da humanidade. Nenhuma outra obra teve maior influência literária. Até mesmo os escritores não-cristãos reconheceram a Bíblia como a sua mais importante fonte de inspiração. (Gaarder, Hellern & Notaker: 2002, 148)

Seria presunção nossa e falta de humildade, discriminar com toda a coerência e conhecimento da palavra que a mesma encerra. No entanto, e mesmo correndo o risco de uma fácil contra-argumentação, e de este momento poder parecer uma digressão face ao seu propósito central, considerámos ser esta evocação relevante para uma compreensão mais profunda do tema em análise. Além disso, não quisemos deixar de saborear a doçura das suas inúmeras palavras e parábolas. Para nós, jamais houve e dificilmente haverá uma outra fonte, onde inúmeros artífices de diferentes artes foram imbuir-se com as mais variadas intenções num intuito de inspiração, quer da pregação da palavra doutrinal, quer da revelação fílmica, quer ainda da panóplia de díspares escritas, assim como da pintura, da escultura, da arquitetura, da música, etc.

Poderíamos dizer que se trata de um conjunto de textos, históricos, sapienciais e proféticos, conforme o género literário que neles predomina<sup>34</sup>, cujas narrativas e alteridades permitem as mais variadas interpretações e exegeses, e os quais já renderam *per se* milhares de reproduções e histórias dos mais variados quadrantes da sociedade. Trata-se de um livro, ou se preferirmos conjunto de livros, onde a aceção da palavra cristã é primordial, pois é uma obra que representa toda uma comunidade de milhões de seguidores com determinados princípios que, quer queiramos ou não, é a maior do mundo, possuindo uma história duo-milenar com forte responsabilidade na formação identitária cultural europeia. Não menos importante é perceber como é constituída a Sagrada Escritura.

---

<sup>34</sup> Pode ser consultado um resumo dos mesmos nas páginas 2135-2136 em ALVES, H. (Coord.) (2006). *Bíblia Sagrada*. 5.ª ed., Lisboa/Fátima, Difusora Bíblica.

---

Podemos dizer que estamos a falar de um díptico, possuindo um primeiro acervo de textos ao qual é dado o nome de Antigo Testamento, que de uma forma lata, se pode caracterizar como sendo um conjunto de escritos, que contém a revelação ou anúncio feito por Deus antes da vinda do Messias – Jesus Cristo. Uma segunda parte compõe esta obra, e à qual foi dado o nome de Novo Testamento. Como facilmente se deduz é organizada por textos após a chegada de Jesus, mas, escritos depois da sua morte, e ao que tudo indica por escritas que tentavam verter a palavra dos apóstolos, provavelmente de fontes indiretas, conferindo-lhes a sua autoria, uma vez que naquele tempo, e para a situação em concreto, seria de todo aconselhável a atribuição da criação a uma autoridade do credo.

*Para a escrita da mensagem de Jesus e para a formação destas coleções muito contribuiu a autoridade dos Apóstolos, em nome dos quais esses textos foram escritos. Grande parte dos livros da Bíblia são pseudónimos, isto é, atribuídos a uma personagem importante, para terem melhor aceitação perante o público [itálico original]. (Alves: 2006, 1558)*

A Bíblia é transversal a diferentes gerações e perene, permitindo a sua interpretação conforme o momento literário, estético e o pensamento do livre arbítrio do leitor e do reproduzidor. Fazemos ênfase às palavras existentes na Introdução Geral da Bíblia Sagrada, da Coordenação Geral de Herculano Alves da Ordem dos frades menores Capuchinhos, o qual faz as pertinentes ressalvas para a sua correta leitura, ou condicionamentos da mesma. Considera este ensaísta que devemos ter o cuidado e a percepção de tempo, de espaço, de raça e de cultura.

***Condicionamentos de tempo*** [negrito original] *Os livros da Bíblia são fruto do seu tempo. Por isso, se quisermos entender a mensagem de Deus, temos de conhecer o tempo e as circunstâncias históricas em que foi escrito cada um deles [itálico original].*

***Condicionamentos de espaço*** [negrito original] *Os livros da Bíblia nasceram em vários lugares geográficos, cada qual com o seu ambiente próprio: uns na Palestina, outros no mundo helénico e outros no Império Romano. E um livro também é filho do meio em que nasceu [itálico original].*

***Condicionamentos de raça*** [negrito original] *Os livros da Bíblia procedem quase todos do povo semita, mais concretamente do povo judeu, que tem um modo de pensar e de se exprimir muito diferente do nosso. É preciso conhecê-lo, para entender a Palavra de Deus [itálico original].*

***Condicionamentos de cultura*** [negrito original] *Os livros da Bíblia são obra de muitos autores com mentalidade e cultura diferentes, às vezes distanciados entre si por vários séculos. Tudo isso marcou a Bíblia e deve ser tido em conta, pois os autores sagrados, embora escrevessem sob inspiração de Deus, não foram privados da sua personalidade [itálico original]. (Ibidem, p. 8)*

---

Estamos a falar de um dos maiores conjuntos de relatos escatológicos e messiânicos da História da Humanidade, cerca de 1600 anos de relatos *sui generis*, o que significa a necessidade de recorrer (e socorrer de) a uma interpretação sincrónica dos factos, mas a qual também permite a sua revelação e aproveitamento diacrónico, como já aludimos no capítulo anterior. O seu uso e atenção não conheceram fronteiras, cobiçando, espicaçando e cativando o interesse de crentes e céticos, numa luta interminável e constante, cujo fim será utópico.

É este fim imaginário que a Igreja tenta contradizer, permitindo acepções distintas, perante a agitação das palavras derramadas. Se, por um lado, os textos das *coisas reveladas por Deus* foram escritos por *inspiração do Espírito Santo*, por enquanto, e todavia, esses mesmos escritos ocorreram pela mão do Homem segundo as suas *faculdades e capacidades* para o relato divino, logo, passíveis de erro e sujeitos a diversas interpretações, que a própria Igreja teve e continua a ter. Caso assim não fosse, não seriam explicáveis essas suas diferentes interpretações, bem como a necessidade da elaboração de inúmeros Concílios<sup>35</sup>.

Consequentemente, as suas significações não são de todo linear, permitindo uma constante adaptação aos tempos, reservando-se a Igreja a ter uma última palavra sobre as conclusões que os exegetas venham a expressar – a sua palavra não é para se conhecer, mas para se apreender. A efemeridade da sua interpretação contrapõe-se à perenidade daquele que será o seu divino testemunho. Se dúvidas houvesse, eis um documento que mostra as pertenças mudanças na Revelação e partilha da palavra divina, assim como a sua transmissão e exploração, chamando o crente a aprofundar e a comungar o seu conhecimento individual sobre a palavra sagrada. É como de um tridente se tratasse, Revelação, Palavra de Deus e Igreja.

Sintetize-se:

A Bíblia passou paulatinamente a ser vista, não só como o livro da Igreja e a sua Escritura canónica, mas também como o Livro dos livros, que influenciou de forma matricial a cultura, a vida e o pensamento do Ocidente. É que o universo bíblico, sem ser historiografia em sentido moderno, conta a história que se tornou marca original da narrativa fundadora da fé cristã ocidental: é a voz transcendente, absoluta, incontestável,

---

<sup>35</sup> Contam-se em 21 os Concílios da História da Igreja. No dia 11 de outubro de 2012, na Santa Sé, aquando da celebração dos 50 anos do último Concílio Ecuménico, discutiu-se a realização de um novo, dividindo-se as opiniões quanto à sua necessidade. Se para uns os seus preceitos já se encontram esgotados, para outros muito há a fazer.

---

que paira ao longo de toda ela e lhe dá profundidade superior à de qualquer outro livro. Assim, a Bíblia, já considerada depósito de imagens, símbolos, inspiração literária para escritores e artistas, fez agora crescer o interesse pelo estudo de diversos aspetos seus, como o da riqueza antropológica e o da capacidade incomparável de dar sentido radical à vida humana. (Vaz: 2012, 56-57)

Com efeito, o diálogo com a alteridade em diferentes tópicos dos agentes sociais é fonte infindável bíblica, provocando por vezes uma distorção da realidade dos factos devido à sua representação linear, e que mais uma vez se deve a erróneas hermenêuticas: “[o] SENHOR DEUS disse: «Não é conveniente que o homem esteja só; vou dar-lhe uma auxiliar semelhante a ele.» (...) Da costela que retirara do homem, o SENHOR Deus fez a mulher e conduziu-a até ao homem. (...) Vendo a mulher que o fruto da árvore devia ser bom para comer, pois era de atraente aspecto e precioso para esclarecer a inteligência, agarrou do fruto, comeu, deu dele também a seu marido, que estava junto dela, e ele também comeu” (Gn 2, 18, 22; 3, 6). Nesta parábola bíblica temos aquilo que se pode chamar *dois princípios concorrentes na ordem da criação, o Bem e o Mal* (Cf. Mendonça: 2012, 149-50). Deus viu que a presença do homem só tinha valor se um outro semelhante existisse, assim, resolveu criar um Ser idêntico, o qual havia mais tarde, e por não resistir à tentação, cometer e levar a cometer o pecado.

De igual modo, também já tivemos oportunidade no presente trabalho, aquando da exposição sobre a religião, na Primeira Parte, de constatar a preocupação de uma nova seita que via nos gentios, miseráveis e outros, uma das suas razões de existência. Alteridades diferentes, que não se reviam nas doutrinas vulgarizadas coevas, mas, sendo causa de vida e subsistência de semelhantes até tempos presentes, conforme se constata através das constantes intervenções da Igreja. Grande preocupação humanista e social, onde por vezes o diálogo entre a boca e o estômago serve para chegar à alma.

Poder-se-iam referir ainda outros diálogos, como a justiça, o adultério, a lei, o amor, e outros, cuja Bíblia é manancial pródigo e profícuo de tais relatos e testemunhos.

De realçar, por último, a oração que o SENHOR nos ensinou – Pai-nosso<sup>36</sup> (Mt 6, 9-13) e (Lc 11, 2-4), para nós o maior ícone do diálogo de alteridades, cuja essência tem sido fonte de inspiração para este trabalho académico. A relação entre toda uma comunidade com o Esse *Outro*, incorpóreo, é demonstrativa da necessidade de um

---

<sup>36</sup> Para um aprofundamento deste tema e uma outra visão, leia-se de José Tolentino Mendonça: *Pai-nosso que estais na Terra*. Prior Velho, Paulinas Editora.

---

ponto de referência que justifique a minha vida, enquanto Ser Humano, que interage com toda uma sociedade, também ela reflexo de mim próprio.

Ao debruçarmo-nos, ainda que de modo superficial, sobre a Constituição Conciliar *Sacrosanctum Concilium* sobre a Sagrada Liturgia, constata-se que, além da sua forte preocupação do ritual da realização e celebração litúrgica e seu mistério, agora na língua vernácula, dá-nos a conhecer a perpetuação do forte incremento e preocupação da Santa Sé, em relação à música e à arte sacra, bem como à arquitetura que servem de *alfaias* a esta Instituição, permitindo levar o espírito do Homem até Deus, recebendo Dele a humanidade e a fraternidade, corroborando o que oportunamente aludimos, no que diz respeito a estas áreas.

“Jesus disse-lhes: «Deixai as criancinhas e não as impeçais de vir ter comigo, pois delas é o Reino do Céu» ” (Mt 19, 14). É da educação cristã que se preocupa a Declaração *Gravissimum Educationis*, em particular a das crianças. Nela, exige-se ao poder público, os meios necessários para que às mesmas nada lhes falte, a fim do seu desenvolvimento sadio e, especialmente, a regência da educação moral nas escolas, ainda que esta instrução tenha em conta a relevância do sexo na família e na sociedade.

Esta Declaração do direito à educação, a par de outras civis e políticas como a Declaração Universal dos Direitos Humanos e a própria Constituição da República, Portuguesa, reveste-se de alguma importância, nomeadamente porque apresenta dois aspetos pertinentes que não devem passar em claro e que, mais uma vez, caracterizam, por um lado, uma Igreja conservadora no que concerne à diferenciação do sexo e, por outro, um diálogo ativo e reivindicativo exemplar de uma instituição que não se ofusca nem se intimida perante um poder laicizado, que se pretenda afastar dos seus deveres sociais, muito menos se furta a novas questões *nascidas do progresso da ciência* como se tratasse de um dever de cidadania.

“E disse-lhes: «Ide pelo mundo inteiro, proclamai o Evangelho a toda a criatura» (Mc 16, 15). Esta ordem, além de demonstrar que Jesus pretendia que a sua Palavra transborda-se os muros da comunidade judaica e se derramasse pelo mundo, tem também uma conotação alegórica missionária, isto é, existe uma necessidade premente de difundir um determinado ensinamento. No entanto, a evangelização e pregação que

---

se encontrava a cargo dos Apóstolos, não se encontrava limitada aos meios orais ou escritos, embora ao tempo dos factos, pouco mais se poderia aspirar.

O Concílio Vaticano II, além de uma *proposta moral*<sup>37</sup>, foi também inovador no que toca à defesa e possibilidades do diálogo através do uso das *maravilhosas invenções da técnica* - meios de comunicação social, perspetivando e antevendo desde logo as novas e sofisticadas práticas (com a ajuda de Deus, Cf. IM, n.º 1), as quais começavam a dar os primeiros passos, particularmente no que respeita ao consumo e fruição das mesmas, por parte de uma sociedade ávida de conhecimento global, pondo cobro à desconfiança que alimentava, particularmente pela sua possibilidade de desvirtuar a verdade:

Os meios de comunicação social, portanto, prestam um tríplice serviço à Igreja: possibilitam a sua manifestação ao Mundo; promovem, no seio da mesma Igreja, o diálogo; finalmente, põem-na ao corrente da mentalidade dos homens de hoje, aos quais ela deve anunciar o Evangelho, mas usando uma linguagem compreensível ao mundo e partindo da problemática que agita o género humano. (CP, n.º 125)

Referencia-se, assim, o Decreto *Inter Mirifica* sobre os meios de comunicação social e a Instrução *Communio et Progressio* sobre os mesmos, cujo conteúdo do primeiro é um reconhecimento e valorização, e porque não?, um apelo ao uso dos novos meios tecnológicos, com o fim de levar a mensagem evangélica a todo o povo, crente ou não crente, aproximando uns e outros de um mesmo fim – o diálogo; e o segundo, uma espécie de Código Deontológico para todos os intervenientes da esfera dos *media*.

Na União Europeia movem-se mais de quinhentos milhões de cidadãos de 27 Estados-Membros: “[a] possibilidade de efectuar pagamentos com notas e moedas de cunho europeu em diversos contextos nacionais, ou mesmo de viajar por vários países sem necessitar de passaporte, é hoje rosto tangível de duas das mais expressivas realizações que têm feito a Europa” (Martins: 2010, 23).

Além da sua visão económica e monetária, caracteriza-se por uma profunda inter-relação social geoespacial, multicultural<sup>38</sup>, religiosa, multilingue, migratória, etc.

---

<sup>37</sup> Segundo o pensamento do presbítero José Manuel Pereira de Almeida num texto intitulado: “Percurso da Teologia Moral”, in *Didaskalia*: este Concílio, teve também uma proposta moral, a qual se dirige em cinco vetores diferentes: uma moral teológica; uma moral centrada em Cristo; uma moral em diálogo; uma moral eclesial e uma moral comunitária (Cf. Almeida: 2012, 130-31).

<sup>38</sup> Para aprofundamento desta questão – multiculturalismo – leia-se, entre outros: Philippe Ariès & Georges Duby (1991). *História da vida privada*. Tradução de Armando Luís de Carvalho Homem, Porto, Afrontamento; Riva Kastoryano (Org.), (2004). *Que Identidade para a Europa?* Tradução João Martins,

---

“[u]m dos temas que estrutura hoje a questão da cidadania é a natureza da pertença social em sociedades altamente diferenciadas” (Correia: 2004, 145). Os inúmeros *media* assumem neste meio um papel basilar, quer na formação de uma cidadania europeia, quer como contribuinte para esta mesma cidadania e cultura de imagem. São também as diferentes funcionalidades e valências dos diversos *media*, a televisão, os jornais, a rádio e a internet que contribuem para uma sociedade europeia mais equilibrada, mais próspera e mais justa, onde os cidadãos, independentemente do seu credo, origem ou raça, podem fazer-se ouvir, adquirir conhecimento e organizarem-se.

Leiamos as palavras de Alexis de Tocqueville, ainda que num outro contexto:

Ora, é fácil entender que não há sociedade que possa prosperar sem essas crenças, ou melhor, que possa subsistir dessa forma, pois, sem ideias comuns, não existe acção comum e, sem acção comum, ainda existem homens, mas não um corpo social. Para que uma sociedade exista e, mais ainda, para que ela possa prosperar, é preciso que todos os espíritos dos cidadãos se encontrem sempre ligados e sustentados por algumas ideias principais; e isso não pode acontecer se cada um deles não for por vezes beber as suas opiniões a uma mesma fonte e não consentir em aceitar um certo número de crenças já estabelecidas. (Tocqueville: 2001, 495)

Ora, hoje em dia, uma das fontes de crenças são precisamente os meios de comunicação, os quais, além da permissiva volatilidade da informação, permitem também o seu depósito como de uma extensão social se tratasse:

“Nas últimas duas décadas emergiu uma nova economia à escala global. Chamo-lhe informacional, global e em rede para identificar as suas características diferenciadas fundamentais e para salientar a sua interligação” (Castells: 2011, 95).

O fenómeno da globalização não passa despercebido à comunidade, muito menos a deixa incólume, impávida e serena. É uma enorme mescla de tecnologias e sinergias, “(...) *nado-digitais* [itálico original] e aqueles cuja origem reside numa *migração-digital* [itálico original]” (Cardoso: 2006, 189), que permitem aos cidadãos estarem em tempo real, nos antípodas do mundo, tornando a existência de fronteiras uma utopia e a sua interação uma realidade virtual, não sendo indiferente aos desígnios da Igreja: “[o] nosso mundo é um mundo de comunicação *mediada* [itálico original] por tecnologias como o lápis e o papel, o telefone, a televisão e a Internet. E continua a ser também o mundo da comunicação face a face” (*Ibidem*, 41).

---

Vivemos naquilo a que alguns apelidaram de *Aldeia Global*, ou *Autoestrada da Informação*. Sinais dos tempos, cuja humanidade por inerência da sua própria evolução e necessidades intrínsecas, vai criando e adaptando:

No final do segundo milénio da Era Cristã, foram vários os acontecimentos historicamente importantes que transformaram o cenário social da vida humana. Uma revolução tecnológica, centrada nas tecnologias de informação, começou a remodelar, de forma acelerada, a base material da sociedade. Em todo o mundo as economias tornaram-se globalmente interdependentes, introduzindo-se uma nova forma de relacionamento entre a economia, o Estado e a sociedade, num sistema de geometria variável. (Castells: 2011, 1)

Implícito nas palavras de Manuel Castells está o que se convencionou designar por “*articulação em rede*” (Cardoso: 2006, 29).

(...) o sistema dos *media* [itálico original] se articula cada vez mais em torno de duas redes principais, as quais por sua vez comunicam entre si através de diferentes tecnologias de comunicação e informação. Essas redes constituem-se, respectivamente, em torno da *televisão* [itálico original] e da *Internet* [itálico original], estabelecendo *nós* [itálico original] com diferentes tecnologias de comunicação e informação como o telefone, a rádio, a imprensa escrita, etc. (*Idem*)

Coabitamos numa era completamente diferente daquela em que nascemos, e na qual nos estamos a adaptar. Com menor ou maior grau de dificuldade vamos esgrimindo argumentos, exigindo sempre novas formas de comunicação, de informação e de entretenimento, no fundo uma evolução dos *meta-sistema* (*Ibidem*).

Os cidadãos deparam-se com um conjunto de meios de comunicação, rádio, televisão, jornais, internet, etc., que lhes permite através de fóruns, chats, blogues, redes sociais, debates, intervenções, talkshows, reality shows, sites, cartas abertas, cartas do leitor, entrevistas, manifestações, reivindicações, movimentos solidários, artigos de opinião, emails, etc., fazer uso do direito de voz, e exercer a sua cidadania:

As nossas práticas de participação e o modo como utilizamos os diferentes *media* [itálico original] configuram uma cidadania que se pode denominar de *cidadania entre montras, filtros e notícias* [itálico original]. (...) As nossas práticas com a televisão e a Internet assemelham-se muito mais ao “ver montras” do que ao “ir às compras”. Do mesmo modo que navegamos a maior parte das vezes na Internet sem objectivos concretos, também a nossa visualização televisiva é mais comandada pela descoberta do que “está a dar” do que do programa ou série em concreto que seguimos, produzindo assim fenómenos como o *zapping* [itálico original]. (...) A cidadania na Era da Informação joga-se também entre montras, porque só sabendo o que elas contêm é que podemos escolher o que delas pretendemos. (...) Na relação, que se estabelece entre filtro e fruitor, ocorre uma restrição da liberdade intelectual, mas garante-se que o fruitor e a comunidade acedam ao essencial. E como tal os filtros influenciam a gestão da cidadania. (...) Porque as notícias são um dos espelhos da realidade, elas informam as nossas construções de valores e ajudam-nos a definir como se estruturam as relações

---

de poder político, económico, militar, social e cultural. Pelo que, quando algo muda na sua forma e conteúdo, nos modelos de organização redactorial, na gestão empresarial, no seu modelo de distribuição, na forma como as fruímos ou no tempo que lhes concedemos, também estamos a mudar as condições em que exercemos a gestão da nossa cidadania. Notícias e cidadania estão assim intimamente relacionadas. (*Ibidem*, 576-77)

São inúmeros os eventos que as novas tecnologias têm permitido. Eles vão desde a organização de movimentos sociais um pouco por toda a Europa, essencialmente nos últimos tempos com a crise económico-social, passando pela divulgação de atrocidades aos direitos humanos, até ao contributo do derrube de ditaduras, como no Egito. Cabe somente ao usufruidor escolher qual o meio para o fazer, visando os seus objetivos:

Da mesma forma que diferentes gerações constroem diferentes matrizes e dietas de *media* [itálico original] e possuem biografias e memórias de *media* [itálico original] diferenciadas, também a apropriação do espaço simbólico mediado, com o objectivo de mobilizar e protestar, ocorre de forma diferente em diferentes gerações. (...) Num mesmo contexto social e cultural, e partilhando os mesmos objectivos de cidadania, os mesmos *media* [itálico original] são utilizados de forma diferente em diferentes contextos geracionais. (*Ibidem*, 445)

Os *media* caracterizam-se sobretudo por um aspeto de entretenimento e um outro de informação, além da sua principal função de mediadores da comunicação (Cardoso: 2006). “A Era da Informação está a introduzir uma nova forma urbana, a cidade informacional. (...) As redes constituem a nova morfologia das sociedades e a difusão da sua lógica modifica substancialmente as operações e os resultados dos processos de produção, experiência, poder e cultura” (Castells: 2011, 520; 605).

A nossa maneira de pensar, de agir e até o nosso léxico estão a ser modificados pelos novos meios tecnológicos comunicacionais, ou pelo menos, e nas palavras de Elihu Katz aquando de um estudo eleitoral de 1940 “(...) os meios de comunicação têm mais frequentemente um papel de reforço das predisposições existentes e das decisões já tomadas” (Esteves: 2002, 71) . De qualquer modo existe uma nova visão do mundo através do fácil acesso à informação, sem barreiras nem sanções – *sociedade informacional e tecnocultural* (Cardoso: 2006):

A nossa sociedade é hoje uma sociedade onde a televisão e a Internet (no acesso à diversidade de fontes e instantaneidades das mesmas) representam um factor de mudança nas nossas vidas, através da partilha de um mesmo ambiente informativo entre eleitos e eleitores e de um papel cada vez maior conferido à reflexividade enquanto instrumento de escolha.

Há assim lugar a uma alteração das nossas dimensões temporais e espaciais da vida social. (Cardoso: 2006, 182)

Outro ponto importante a definir é a chamada *literacia informacional*:

(...) pode ser definida como um conjunto de capacidades requeridas aos indivíduos no sentido de reconhecerem quando uma informação é necessária e de possuírem a capacidade de a localizar, avaliar e utilizar eficientemente.

Em Suma, um indivíduo literato deve ser capaz de determinar o tipo de informação que lhe é necessária e útil, aceder-lhe de forma eficaz e eficiente, avaliar a informação e as suas fontes de uma forma crítica, incorporar essa informação na sua base de conhecimento, utilizá-la para atingir os seus objectivos específicos e compreender as dimensões económicas, legais e sociais, éticas que condicionam o seu uso. (*Ibidem*, 401)

Ao usuário exige-se o discernimento de saber destringir todo o manancial que os *media* lhe proporciona, isto é, metaforicamente deve ser o seu próprio *gatekeeper*.

Embora a confissão e rendição ao incremento destes meios seja realçado em diferentes documentos coetâneos, como por exemplo no Decreto *Ad Gentes* bem como noutros ulteriores, o seu recurso ponderado e racional é na realidade objeto de estudo do *Inter Mirifica*, onde a Igreja na verdade mostra um interesse apeteçível pela sua utilização, mecenatismo e domínio:

Procurem, de comum acordo, todos os filhos da Igreja que os meios de comunicação social se utilizem, sem demora e com o máximo empenho nas mais variadas formas de apostolado, tal como o exigem as realidades e as circunstâncias do nosso tempo, adiantando-se assim às más iniciativas, especialmente naquelas regiões em que o progresso moral e religioso reclama uma maior atenção.

(...) (IM, n.º 13)

Como não convém absolutamente aos filhos da Igreja suportar insensivelmente que a doutrina da salvação seja obstruída e impedida por dificuldades técnicas ou por gastos, certamente volumosos, que são próprios destes meios, este sagrado Concílio chama a atenção para a obrigação de sustentar e auxiliar os diários católicos, as revistas e iniciativas cinematográficas, as estações e transmissões radiofónicas e televisivas, cujo fim principal é divulgar e defender a verdade, e prover à formação cristã da sociedade humana. Igualmente convida insistentemente as associações e os particulares, que gozam de uma grande autoridade nas questões económicas e técnicas, a sustentar com largueza e de bom grado, com os seus bens económicos e a sua perícia, estes meios, enquanto servem o apostolado e a verdadeira cultura. (IM, n.º 17)

No entanto, também se indicia o medo pelo abuso e perigo na difusão do conteúdo maléfico, apelando à sociedade civil para o seu uso razoável, especialmente aos jovens, como às autoridades civis para a sua fiscalização e promoção de teor comedido e moderado, mas útil ao progresso social e não à promiscuidade, de forma a responder a uma das maiores reivindicações à data da realização do Concílio Vaticano II – abertura e difusão. A Igreja preocupa-se ainda quer com o destinatário, quer com a

---

fonte e seus responsáveis, e fá-lo com a implementação nas suas escolas de cursos que permitam a formação de uma capacidade de uso, criação e crítica dos temas em questão:

É evidente portanto que os meios de comunicação muito podem contribuir para a união entre os homens. Onde, no entanto, há falta de consciência e boa vontade, o emprego destes meios é capaz de produzir precisamente o efeito contrário: poderá agravar os factores de desinteligência e discórdia, com as suas tristes consequências; é frequente com efeito verificarmos, que determinados valores humanos são negados ou adulterados pelos meios de comunicação. Ao ver estes abusos, a consciência cristã não pode deixar de sentir a necessidade que o homem tem de ser liberto do pecado, que entrou no mundo desde a origem da humanidade. (CM, n.º 9)

Existe interdependência entre o consumidor e os produtores de comunicação, logo a interinfluência é notória nos conteúdos veiculados, assim como a sua posse, pois a escolha programática destes *gatekeeping* levam a alterações de consumo:

As relações entre o indivíduo e a sociedade tornaram-se o alvo de uma mediatização generalizada no decurso da qual a construção de imaginários, a formulação de normas e a consolidação de visões do mundo dependem cada vez mais da presença de órgãos de comunicação social. O aceleramento desta mediatização tem vindo a comportar consequências que se fazem sentir, nomeadamente, ao nível das relações entre público e privado.

Diminuído o poder da Religião, da Família e da Escola, e das formas de mediação que as acompanhavam enquanto mecanismos que asseguravam a regularidade nas dinâmicas sociais, os *medias* [itálico original] – incluindo nestes os meios de comunicação de massa e os novos *media* [itálico original] – exercem uma capacidade de controlo que não pode ser considerada apenas sob o ponto de vista da sua presumível influência numa campanha eleitoral ou na vigilância democrática do poder público. Os sistemas de relação social tornaram-se inseparáveis da formação de um imaginário, pelo que a actividade dos *media* [itálico original] faz parte do cerne do seu funcionamento. A acção política, em particular é, de modo crescente, povoada de crenças, de convenções e de símbolos. (Correia: 2004, 9)

Perante uma população cada vez mais exigente, emergem novas estratégias, fora dos tradicionais canais de comunicação, por parte de governantes, de Organizações e Instituições, vivemos assim numa *sociedade em rede* (Cardoso: 2006), à qual a Igreja não é alheia. Por outro lado, o apelo clerical ao uso tecnológico não se limita, muito menos se circunscreve, aos meios audiovisuais convencionais, isto é, a invocação e preocupação da Igreja vai mais longe. Pois, além da sua intromissão nos diferentes *media*, cuja lista seria por demais extensa descrever, exorta para a mensagem cuidada e profética do teatro e do cinema, bem como de outras artes que se destinem às *massas*, na promoção dos valores humanos e dos bons costumes – no fundo uma liberdade de expressão controlada.

---

Vive-se um sentimento de partilha e ao mesmo tempo de coletividade e solidariedade. Pretende-se contribuir e intervir em áreas como, a ecológica, monetária, cívica, política, cultural, entre tantas outras:

Se a mediação como problema e a comunicação como experiência se tornaram cada vez mais evidentes, com o aparecimento da indústria jornalística essa evidência ganhou em pertinência e visibilidade acrescidas. Finalmente, com os novos *media* [itálico original], é toda a concepção de política, de cidadania e de relação entre público e privado que conhece uma nova e profunda transformação estrutural. (...) afirmando-se como os principais canais de distribuição e produção de cultura (...) O modo de estruturar o pensamento ultrapassa os conceitos convencionais de ideologia, vinculados às práticas científicas e políticas e associa-se, também, ao agir quotidiano. (...) A construção de sentido para a conduta social; a perpetuação e reprodução de enquadramentos axiológicos e normativos que permitem a formação de identidades sociais e colectivas; a construção e o reforço da imagem que essas identidades fornecem de si próprias e das outras, seja a nível individual seja ao nível colectivo; a conquista da visibilidade que permite a luta pelo reconhecimento estão, cada vez mais, dependentes dos *media* [itálico original]. (...) O uso dos meios de comunicação transformou, de forma fundamental, a organização espacial e temporal da vida social, criando novas formas de acção, de interacção e de exercício do poder. (Correia: 2004, 32-33)

A participação social é uma iniciativa que cabe a cada um, cujos *media* vieram facilitar e valorar, mais que não seja pelo seu próprio mediatismo e sentimento de pertença. Cooperam de igual forma para uma educação, política, económica, social, cultural, etc., de uma sociedade sedenta de participação e expressão, deixando ao livre arbítrio o seu uso, contribuindo para um *empowerment individual* (Cardoso: 2006, 92).

Toda esta nova realidade virtual, exigida por uma sociedade, leva a que os diferentes operadores de comunicação também produzam os seus próprios arranjos empresariais, num intuito de fazer face a uma concorrência voraz inter-dialogal:

As nossas sociedades são assim informacionais, pelo facto de a produção da informação, o seu processamento e transmissão se tornarem nas fontes principais da produtividade e do poder, mas também em rede porque, da mesma forma que a organização hierarquizada do modelo industrial permeou toda a sociedade industrial, também o modelo descentralizado e flexível da rede permeia as nossas sociedades contemporâneas.

Uma estrutura social com base em redes é assim um sistema altamente dinâmico, aberto, susceptível de inovação e com reduzidas ameaças ao seu equilíbrio. As redes são os instrumentos apropriados para a economia, trabalho, política e organização social da nossa época. (*Ibidem*, 103)

Com efeito, “[s]endo hoje a televisão a tecnologia de *mediação* [itálico original] mais difundida no nosso planeta, é também sobre ela que a maioria das análises sobre cidadania e *mediação* [itálico original] tendem a incorrer” (Cardoso: 2006, 406). Aliás, como defende Castells: “[c]omo a informação e a comunicação circulam basicamente

---

pelo sistema dos *media* [itálico original], diversificado ainda que abrangente, a prática política é crescente no espaço dos *media* [itálico original]. A liderança personaliza-se e a produção de imagem é produção de poder” (Castells: 2011, 613).

Esta frase de Manuel Castells, ainda que não de uma forma direta se refira à televisão, representa *per se* a realidade deste expoente dos *media*, sobretudo no que respeita à escolha preferencial pelos diferentes polos de interesses instalados, na divulgação dos seus preceitos. Essa presença e seleção não são de todo desprezíveis, pois sabe-se que, pelas suas características intrínsecas e imanentes, podem difundir os seus ideais propalados, atingindo uma mais vasta área populacional. É deste modo que em Portugal, entre outros programas, temos a missa dominical, quer nos canais públicos quer nos canais privados.

É pois desta forma que a Igreja vê um novo veículo para alimentar o seu rebanho, por vezes tresmalhado na vinha do Senhor, colocando de uma nova maneira a Palavra Sagrada na mesa do seu laicado. Este, por sua vez, tem à sua disposição todo um conjunto de tecnologias, abençoadas, que lhe permite por um lado beber essa mesma Palavra, por outro, expressar-se e comunicar com o *Outro*. Ainda assim, difere-se das palavras de José Tolentino: “[a]o contrário dos juízos apressadamente rasos, nos quais todos caímos, é preciso dizer que os instrumentos que temos para chegar ao coração uns dos outros, e ao nosso próprio coração, são inquietamente limitados” (Mendonça: 2012, 22).

Em suma:

O surgimento do Decreto *Inter mirifica* [itálico original] (IM) foi como que uma necessidade para orientar os cristãos e convocá-los ao reto uso dos meios de comunicação. Foi uma maneira de reconhecer a importância da comunicação de massa como meio capaz de movimentar indivíduos e sociedades e o seu valioso auxílio para o desenvolvimento do ser humano e para a evangelização. (Zanon: 2012, 65)

Conclui-se que, no que concerne à apreciação documental<sup>39</sup> concertada na *magna* reunião, Carlo Maria Martini, ao descrever o espírito assertivo e arbitrário de alguns participantes, o qual também demonstra o nosso, escreve: “[o]s documentos

---

<sup>39</sup> Toda a documentação referente ao Concílio Vaticano II, assim como outros documentos mencionados, cujo título, em regra, se encontra em latim, servindo de referência e pesquisa para a elaboração do presente trabalho, pode ser consultada digitalmente, entre outros sítios da web, em: <http://www.vatican.va/>

---

aprovados pelos padres conciliares demonstravam no seu conjunto a vontade da Igreja de entrar em contacto com todos os homens de boa vontade e de se porem em atitude de respeitosa escuta das vozes e dos desejos de todos” (Martini: 2012, 49-50).

Uma Igreja fértil que pretende abrir parte do seu couro ao mundo; uma Igreja silenciosa que deseja quebrar o solilóquio sórdido e animosidades vividas; uma Igreja de imagem absurda e tétrica cuja vida errante dos seus seguidores obtinha a falácia como resposta; uma Igreja ...

Relativamente à participação da delegação portuguesa no Concílio Vaticano II, cita-se na íntegra uma carta de Dom Eurico Dias Nogueira, a qual, apesar de longa, é para nós demonstrativa, quer da participação débil do Episcopado nacional, quer do sentimento luso em redor do evento, influenciando-o:

Quase a encerrar-se o Concílio Ecuménico, que constituiu sem dúvida o maior acontecimento religioso do século, não será inoportuno um breve comentário ao contributo que lhe levou a Igreja de Portugal.

Quando o Concílio se iniciou, em 11 de Outubro de 1962, os Prelados portugueses com direito a tomarem nele assento eram 42, assim distribuídos:

2 Cardeais, um dos quais Patriarca e Arcebispo metropolitano;

9 Arcebispos, um dos quais Patriarca e outro Primaz, sendo 4 dos restantes simplesmente titulares;

31 Bispos, sendo 23 residenciais e 8 titulares.

Representavam menos de 2% da Assembleia conciliar que era constituída por cerca de 2.500 Padres. (Recordemos que o Brasil, com perto de 250 Bispos, representava quase 10% do Concílio, o que fazia garantir neste, para a língua portuguesa, um lugar de relevo.)

No decorrer do Concílio faleceram quatro Prelados, 2 dos quais não chegaram a tomar parte em nenhuma *Congregação geral* [itálico original].

Foram nomeados 11 Bispos novos que já participaram nalgumas *Sessões* [itálico original]: 4 titulares e 7 residenciais, estes destinados sobretudo para novas Dioceses no Ultramar.

Tornou-se Padre conciliar o novo Prefeito Apostólico da Guiné que logo se impôs pela sua actividade, mas já não esteve presente na última fase do Concílio, por entretanto ter pedido a resignação do cargo.

Na altura do encerramento devem ser pois 49 os Padres conciliares de nacionalidade portuguesa.

Destes houve dois que fizeram parte das Comissões preparatórias do Concílio (a que deve juntar-se um outro sacerdote português).

---

Quatro foram escolhidos para diversas Comissões conciliares.

Dois fazem parte de Comissões post-conciliares já constituídas (bem como dois sacerdotes portugueses).

No decurso do Concílio verificou-se um trabalho intenso dos Prelados portugueses em ordem a prestarem o seu contributo para o esclarecimento dos assuntos discutidos. Houve cerca de 35 intervenções orais na Aula Conciliar a cargo de 17 Prelados (só um destes falou nada menos de 10 vezes).

Se lhes acrescentarmos as intervenções preparadas que não houve oportunidade de serem lidas nas *Congregações gerais* [itálico original], porque as respectivas discussões foram entretanto encerradas após consulta à Assembleia, mas entregues posteriormente por escrito na Secretaria Geral, temos mais de meio cento de intervenções ou comunicações. A estas devem juntar-se muitas dezenas de observações por escritos e *modos* [itálico original] na ocasião dos escrutínios.

Apesar desta razoável actividade, reveladora de um esforço meritório, não pode afirmar-se que a contribuição portuguesa para o Vaticano II fosse muito brilhante. Exige a verdade que o confessemos.

Vários motivos podem apontar-se como determinantes de um facto de que facilmente [*sic*] nos apercebemos.

O ambiente eclesiástico de Portugal, conservador e tradicionalista, e o nosso próprio temperamento determinaram um estado de espírito que levou a reagir, no início, contra uma orientação que se delineou rapidamente [*sic*] como sendo a da maioria da Assembleia conciliar. Certas ideias e correntes de pensamento, já bem divulgadas e aceites em várias regiões da Europa, ainda se não tinham imposto em Portugal. Daí o teor de certas intervenções.

Encontramo-nos muito longe do centro da Europa e as ideias novas – apesar da aviação, rádio e televisão... - demoram a chegar ao extremo ocidental da Península. Têm de transpor uma agreste cordilheira de neves eternas e a seguir uma infinita planura antes de chegarem às nossas fronteiras. E quantas se perdem pelo caminho, enregeladas por aquelas neves ou estioladas pela canícula desta...

Daí que se olhassem a princípio quase com escândalo certas proposições que com o tempo acabaram por ser aceites sem grandes reservas.

Acrescentando a isto a precária saúde de alguns Padres conciliares – que pelo seu prestígio e posição melhor podiam representar o Episcopado português – e que por isso tiveram de reduzir a sua actividade no Concílio, encontra-se parte da explicação para a modéstia da nossa participação.

Mas há um outro factor que não se pode deixar de apontar, pois revela uma deficiente organização em que houve culpa e de que urge tirar lição. Refiro-me à falta de um Secretariado permanente junto do Episcopado português.

Se, como fizeram outras Nações, se tivesse organizado a tempo e trazido para Roma durante todo o período conciliar um Secretariado constituído ao menos por meia dúzia de teólogos, canonistas e sociólogos, sentir-se-iam em breve os benéficos efeitos de tal iniciativa.

O Episcopado poderia acompanhar melhor o andamento dos trabalhos, sobretudo informando-se das múltiplas actividades desenvolvidas por detrás dos «bastidores», que só esses peritos poderiam acompanhar devidamente. Eles ajudariam a preparar

intervenções no momento oportuno e forneceriam para isso preciosos elementos. Não esqueçamos que boa parte das intervenções ouvidas no Concílio não eram apenas de quem as proferia, mas sim de uma equipa em que tinham lugar preponderante os peritos privativos dos Episcopados de cada Nação. As portuguesas tinham quase sempre cunho e responsabilidade individual.

Mas há mais: tais sacerdotes constituiriam, no post-Concílio, os melhores agentes de divulgação das ideias conciliares. Eles, tendo acompanhado dia a dia o gradual desenvolvimento dos Documentos conciliares, estariam como ninguém em ótimas condições para prepararem em Portugal o indispensável ambiente para a eficaz aplicação dos mesmos, através de conferências e lições, cursos, artigos e todos os outros meios de comunicação social.

Assim, é de rezear que a divulgação das ideias do Concílio se torne extremamente difícil – dado que os Bispos têm a sua atenção constantemente repartida por milhentas solicitações em todos os campos – e se corra o perigo de continuarmos a marcar um passo muito atrasado em relação ao resto da Cristandade. Ou mesmo de alguns cederem à tentação fácil e pecaminosa de voltar ao *statu quo ante* [itálico original], convencidos de que o Concílio foi uma trovoada que se suportou por não poder evitar-se, mas cujos vestígios importa atenuar, se não mesmo reparar as ruínas, por meio de uma espécie de *restitutio in integrum* [itálico original].

No meio de tudo isto faz-se sentir bem vivamente a falta de uma Universidade Católica em Portugal, ou ao menos de uma Faculdade de Teologia, sem a qual jamais deixaremos de sofrer desta penúria cultural no campo teológico que nos inferioriza perante o resto da Cristandade.

Oxalá o clero português e o laicado católico mais esclarecido consigam atenuar as consequências de todas estas graves faltas e realizem no post-Concílio aquilo que não puderam ir fazendo no decorrer deste: impregnar a comunidade cristã de Portugal do sopro de renovação e esperança que o Espírito Santo trouxe à Igreja através do Vaticano II.

Roma, 28-XI-1925.

(Nogueira: 1970, 398-401)

Se uma Universidade Católica era um desejo deste Teólogo, ele foi realizado, uma vez que em 1967 teve início a primeira do género em Portugal conforme se pode constatar pelo Decreto *Lusitanorum nobilissima gens*<sup>40</sup>. No entanto, as suas raízes são mais longínquas, pois em 1921 e 1922 já se reclama aquilo a que se pode designar por prelúdio do ensino eclesiástico independente, sendo mesmo votado pelo *Decreto do Concílio Plenário Português* datado de 1926, onde se profetizava ensinar os princípios iniciados por Cassiodorus<sup>41</sup> no século VI da nossa era. Ao ler os atuais Estatutos da

<sup>40</sup> Disponível, este e outros documentos, em:

<http://www.ucp.pt/site/custom/template/ucptplportalpag.asp?sspageID=7&lang=1>

<sup>41</sup> Flavius Magnus Aurelius Cassiodorus Senator, conotado como sendo o primeiro responsável pelos dogmas eclesiásticos no que compete ao ensino religioso universitário, por sua Eminência Cardeal

---

Universidade Católica Portuguesa, datados de 1993, logo no seu art.º 3 al. b) constata-se o desejo da promoção contínua do diálogo entre a fé e a razão, que no fundo vem de encontro ao explanado pela Constituição Apostólica *Ex Corde Ecclesiae* do Sumo Pontífice João Paulo II sobre as Universidades Católicas.

A Universidade Católica, mediante o encontro que estabelece entre a riqueza insondável da mensagem salvífica do Evangelho e a pluralidade e imensidade dos campos do saber em que aquela encarna, permite à Igreja instituir um diálogo de fecundidade incomparável com todos os homens de qualquer cultura. (...) (ECE, n.º 6)

Este e outros diplomas, revelados no art.º 4 n.º 3 do documento em causa, inspirados no Concílio Vaticano II, vão embutir os Estatutos da Universidade Cristã de forma a os enformar fomentando *na sua vida interna um clima de diálogo, de aceitação fraterna dos seus membros, de pleno respeito pela diversidade individual e pela liberdade de consciência de cada pessoa* (art.º 5 n.º 2 dos Estatutos da UCP).

Persiste-se:

A Universidade Católica, a par de qualquer outra Universidade, está inserida na sociedade humana. Para a realização do seu serviço à Igreja, ela é solicitada - sempre no âmbito da competência que lhe é própria - a ser instrumento cada vez mais eficaz de progresso cultural quer para os indivíduos quer para a sociedade. As suas actividades de investigação, portanto, incluirão o estudo dos *graves* [itálico original] problemas *contemporâneos* [itálico original], como a dignidade da vida humana, a promoção da justiça para todos, a qualidade da vida pessoal e familiar, a protecção da natureza, a procura da paz e da estabilidade política, a repartição mais equânime das riquezas do mundo e uma nova ordem económica e política, que sirva melhor a comunidade humana a nível nacional e internacional. A investigação universitária será dirigida a estudar em profundidade as raízes e as causas dos graves problemas do nosso tempo, reservando atenção especial às suas dimensões éticas e religiosas.

Quando for necessário, a Universidade Católica deverá ter a coragem de proclamar verdades incómodas, verdades que não lisonjeiam a opinião pública, mas que no entanto são necessárias para salvaguardar o autêntico bem da sociedade. (ECE, n.º 32)

Resume-se:

O concílio Vaticano II dirigiu-se às mentes; foi na linha da formação e da consciência, mais do que das formalidades; do autêntico, mais do que do aparente; da essência, mais do que do acessório. Daí que se compreenda a tentação do proteger e impedir, aparentemente mais fáceis, mas menos eficazes a longo prazo. Diria que o Concílio Vaticano II é para maduros e mira à maturidade. (Bairos: 2012, 40)

Transitamos para o ensino oral da religião, dos seus mistérios, princípios e símbolos morais de conduta que, a par dos Sacramentos, é um meio que a Igreja tem

para promover a penitência e a reconciliação (Cf. *Reconciliatio Et Paenitentia*, n.º 24) – catecismo/catequese. O seu método de ensino, da passagem da mensagem evangélica e conteúdos proféticos àqueles católicos que se querem comprometer com a fé, também eles prova dialogal de alteridades, embora não somente a estes se destine<sup>42</sup>, foi também ele inovado à custa das sinergias impressas pelo Concílio: “[d]epois da renovação da Liturgia e da nova codificação do Direito Canônico da Igreja Latina e dos cânones das Igrejas Orientais Católicas, este Catecismo trará um contributo muito importante àquela obra de renovação da vida eclesial inteira, querida e iniciada pelo Concílio Vaticano II” (FD, n.º I). O texto definitivo, edição típica latina, após alterações solicitadas pelas diversas componentes do mundo eclesial (Cf. LM), veio a ser publicado em 15 de agosto de 1997 através da Carta Apostólica *Laetamur Magnopere* do Papa João Paulo II, pondo-se termo, de certo modo, a uma dada leviandade e falta de uniformidade a que se vinha assistindo por falta de um texto de referência dogmática, que refletisse a fé dos fieis e a sua própria alteridade matricial haurida<sup>43</sup>.

O Catecismo Romano (Pio V), entre outros, que mais tarde vê a sua forma reduzida pelo Catecismo São Pio X, consigo dissipando-se, fora o catecismo em uso até à tão desejada publicação do novo Catecismo da Igreja Católica:

(...) é uma exposição da fé da Igreja e da doutrina católica, testemunhadas ou iluminadas pela Sagrada Escritura, pela Tradição apostólica e pelo Magistério da Igreja. Vejo-o como um instrumento válido e legítimo a serviço da comunhão eclesial e como uma norma segura para o ensino da fé. Sirva ele para a renovação, à qual o Espírito Santo chama incessantemente a Igreja de Deus, Corpo de Cristo, peregrina rumo à luz sem sombras do Reino! (FD, n.º IV)

Este desejo de uma nova bússola espiritual remonta ao princípio de 1985, altura das comemorações dos vinte anos do Concílio Vaticano II, conforme se pode ler na Constituição Apostólica *Fidei Depositum*, datada do ano de 1992, momento das celebrações do início do Concílio.

<sup>42</sup> Cf. Motu Próprio do Sumo Pontífice Bento XVI para aprovação e publicação do *Compêndio do Catecismo da Igreja Católica*, no qual expressa: “(...) que permita às pessoas, aos crentes e não crentes, abraçar, numa visão de conjunto, todo o panorama da fé católica. (...) dirige-se a todas as pessoas, que, num mundo caracterizado pela dispersão e pelas múltiplas mensagens, desejam conhecer o Caminho da Vida, a Verdade, confiada por Deus à Igreja do Seu Filho.”

<sup>43</sup> Durante um longo período temporal foi possível a convivência de diferentes catecismos, sem que tivessem um texto referência. Agora e embora a pluralidade não se extinga com a publicação do atual Catecismo, ele serve sobretudo como fonte de inspiração padrão. Para muitos, os catecismos tiveram origem num documento datado do I século da era cristã, ao qual é dado o nome de *Didaqué*.

---

O primeiro, oriundo do longínquo Concílio de Trento (século XVI), rege-se por uma certa ortodoxia moral clássica prática e exata, do tipo evangelização e pregação determinada de temas da religião cristã a alteridades inocentes ou pagãs, salvando-as ou curando-as. Reflexo, este, dos tempos vividos e de uma Reforma Protestante, contendo orações básicas da Igreja do tipo pergunta vs. resposta que foi perdurando no tempo, facilitando a memorização, repercutindo-se, também, na formação de uma alteridade rígida e pouco instruída, sem alusões ao Racionalismo. Já o segundo, muito mais fundamentado e baseado na profissão de fé, síntese da doutrina e da ética cristã, não esconde uma maior liberdade de pensamento do discípulo, acesso aos fiéis, abertura e constatação do mundo moderno (apanágio do último Concílio - transformação), ecoando na própria maneira de transmitir os ensinamentos sagrados, testemunho e compromisso de consciência e de formação:

A catequese encontrará nesta genuína e sistemática apresentação da fé e da doutrina católica uma via plenamente segura, para apresentar com renovado impulso ao homem de hoje a mensagem cristã em todas e em cada uma das suas partes. Deste texto cada agente de catequese poderá receber uma válida ajuda para mediar, a nível local, o único e perene depósito da fé, procurando conjugar contemporaneamente, com a ajuda do Espírito Santo, a maravilhosa unidade do mistério cristão com a multiplicidade das exigências e das situações dos destinatários do seu anúncio. A inteira actividade catequética poderá conhecer um novo e difundido impulso junto do Povo de Deus, se souber usar e valorizar de maneira adequada este Catecismo pós-conciliar. (LM)

Um Catecismo que mantém a tradição mas que, agora, está preparado *para responder às interrogações da nossa época* (João Paulo II, na Constituição Apostólica *Fidei Depositum*). Um catecismo que, além da sua escrita característica intrínseca que o liga à Igreja, permite agora o diálogo e até mesmo uma interatividade e maior dinamismo através do uso de imagens (Cf. n.º 3 e segs. da Introdução do Compêndio).

Cada vez mais se exige que a Igreja coloque em prática os princípios doutrinais saídos daquele areópago, ainda que para alguns, cujos rumores vão surgindo, muitos desses propósitos estejam esgotados e não se coadunem com o *zeitgeist* vivido, havendo necessidade de um novo Concílio, desconhecendo-se o verdadeiro pressuposto desse desejo, assim como os seus perigos para o diálogo defendido.

---

Perguntámos a D. Jorge Ortiga<sup>44</sup>, Arcebispo Primaz da Arquidiocese de Braga, em entrevista a nós concedida em 04 de março de 2013, se justificava neste momento um novo Concílio, não somente, e hipoteticamente, por o último se encontrar esgotado, mas também pelos acontecimentos recentemente vividos, como por exemplo a necessidade súbita de eleger um novo Papa. O mesmo, achando que o anterior ainda não estava suficientemente maduro e explorado, proferiu: *...os concílios acontecem por uma graça particular...a aplicação desse mesmo Concílio demora...o que importa neste momento efetivamente é, continuarmos a por em prática as orientações do Concílio Vaticano II...a Igreja ainda não teve tempo de assimilar profundamente, porque há mentalidades, há mudanças a concretizar e que não houve tempo para fazer isso. Insistimos: ...há quem diga que os problemas neste momento da Igreja são mais disciplinares do que propriamente dogmáticos, concorda? Respondeu: ...direi que sim...hoje também me parece que, aquilo que faz falta na Igreja é a grande renovação a continuar da Igreja é, essencialmente uma renovação pastoral. Concluimos: ...depreendo das suas palavras que é contra um novo Concílio. Obtivemos como resposta: ...nem posso dizer que sou contra nem que sou a favor...estou convencido que se a Igreja for capaz de por em prática estas orientações não será necessário um outro Concílio, mas também se o Papa juntamente com os seus conselheiros mais próximos chegar à conclusão de que é oportuno e que é necessário voltar a reunir, porventura de um modo diferente porque já não tem as complicações que há cinquenta anos atrás ainda existiam...perfeitamente.*

Recorremos em seguida às palavras de D. Carlos de Azevedo, então Delegado do Conselho Pontifício da Cultura em Roma, as quais, no nosso entender e apesar de enigmáticas, espelham de certo modo, o sentimento pelo qual, o relacionamento entre crente e magistério da Igreja se deveria catalogar, deixando para uns o que para outros é inescrutável:

Se a consciência do crente é obrigada a orientar-se pelo magistério da Igreja, este não pode deixar de elaborar argumentação válida que justifique as indicações, de modo a serem acolhidas. Quando, em consciência, um grande número de crentes não pudesse acolher estas indicações, a autoridade deveria repensar a interpretação e verificar a necessidade de novas formulações.

[assim]

---

<sup>44</sup> Escolhemos o diálogo com D. Jorge Ortiga, por ele ter sido o rosto da iniciativa *Átrio dos Gentios*.

---

O Magistério de autoridade não implica cega submissão do fiel, mas apela à sua capacidade de juízo. Abre-se para o crente cristão espaço para exercer a razão e a consciência crítica, na dinâmica da obediência. (Azevedo: 2012, 188)

Por vezes, a tendência da progressividade é ofuscada por aqueles que estão *sempre contra tudo* conforme se constatou no Vaticano II, onde a palavra *condenação* foi substituída pela *anunciação*, conforme explicou D. José Policarpo<sup>45</sup>. Se para Bento XVI *os textos deixados em herança pelos Padres Conciliares* (Cf. PF, n.º 5) ainda estão atualizados face ao contexto global vivenciado, conforme se depreende da Carta Apostólica *Porta Fidei*, datada de 11 de outubro de 2011, havendo mesmo muito a fazer, para outros, o esvaziamento das igrejas, os consecutivos escândalos no seu seio, a necessidade de respostas a determinados temas que aqui já aludimos, entre outras questões, são fundamentos suficientes para um novo debate generalizado, sobrepondo-se a uma ténue tentativa de unificação de Igrejas, reestruturação clerical ou abandono do latim na liturgia. É de todo este equilíbrio de acusações e receios, por vezes frágil e difícil de sustentar, que a Igreja atual vive, cujos fantasmas regressivos do Vaticano II vão assombrando e atemorizando a sua ossatura baseada no diálogo de alteridades.

---

<sup>45</sup> Leia-se em: <http://www.agencia.ecclesia.pt/cgi-bin/noticia.pl?id=92778>

---

## CAPÍTULO III

### ÁTRIO DOS GENTIOS

Ainda que para alguns estejamos a falar numa “educação religiosa comprada”, como se percebe das palavras de José Régio na sua obra intitulada *Confissão dum homem religioso*, corroboradas por Eduardo Prado Coelho<sup>46</sup>, consideramos que a coragem do diálogo só está ao alcance de certos Homens, quando se libertam e aliviam de determinadas superstições e crenças, *que não resistiam a qualquer sondagem da Razão*. Neste derradeiro capítulo, analisamos os diálogos com as alteridades no âmbito de uma Igreja ubíqua, observadora, atenta e reinterpretada com a sociedade tenebrosa atual que, pese o facto de não serem de todo inéditas, sê-lo-ão na forma e na estrutura. Daremos especial realce à iniciativa levada a cabo em Portugal no pretérito ano de 2012, onde crentes e não crentes tiveram a hombridade de discutirem diferentes temas, os quais darão mais valor à vida, e sobretudo permitirão alicerçar uma sociedade em novos pilares espirituais. Com efeito:

Com o avanço da industrialização e da ciência ao longo do último século emergiram novas explicações não-religiosas para o curso dos acontecimentos mundiais. Embora as religiões continuem a sobreviver, áreas cada vez maiores da vida social e cultural foram subtraídas à sua influência. Não só as denominações religiosas perderam força na vida social, como também os conceitos éticos existentes no seu seio se afastaram das questões sociais. Este processo é conhecido como secularização.

Esta evolução dos acontecimentos teve efeitos variados nas pessoas. Algumas mantêm a sua crença religiosa, mas estabelecem uma fronteira entre religião e ciência. Outras rejeitam a religião e tornam-se ateias ou agnósticas. Outras ainda incorporam a consciência científica na sua fé religiosa. (Gaarder, Hellern & Notaker: 2002, 269)

Eventualmente, em tempos de abundância, não se questionam outros temas, em particular os de cariz filosóficos, como de onde provém essa riqueza, as suas limitações, o *Outro*, a sua temporalidade e limitação, etc. No fundo, a sociedade torna-se egoísta e fechada, pois não subsiste um outro mundo, uma outra face, uma outra realidade atual ou possível, muito menos a necessidade de pensar em questões extraterrenas/espirituais - o mundo está ao alcance de um simples gesto. Não se pensa nas alteridades que nos rodeiam, nos pobres, nos mais fracos, nos doentes, nos moribundos, nos migrantes,

---

<sup>46</sup> Eduardo Prado Coelho numa troca de correspondência aberta com D. José Policarpo, na obra intitulada *Diálogos sobre a fé*, e num texto denominado “Uma religião por encomenda” pp. 19-30, de certo modo fortalece esta ideia de propensão hereditária da educação cristã, ainda antes de um qualquer chamamento nato.

entre tantos outros, que de igual modo precisam e necessitam que se olhe para eles como uma realidade social que, a qualquer momento, qualquer um de nós, face ao contexto atual económico vivido, particularmente na Europa, pode estar a ser um dos visados. E porque o passado é fácil de descrever, pois já foi constatável, pautando-se essencialmente por uma dada euforia, florescimento e esperança num futuro melhor; porque o presente é incerto vivendo-se numa forte recessão económica, além de uma crise de valores; sendo o futuro por sua vez imaginário e meramente conjectural, necessitando de um enorme impulso e um forte ímpeto europeu é de todo necessário refletir sobre a conduta que nos move diariamente neste jogo de alteridades:

Atenção! Todos vós que tendes sede, vinde beber desta água. Mesmo o que não tendes dinheiro, vinde, comprai trigo para comer sem pagar nada. Levai vinho e leite, que é graça. Porque gastais o vosso dinheiro naquilo que não alimenta? E o vosso salário naquilo que não pode saciar-vos? Se me escutardes, havereis de comer do melhor, e saborear pratos deliciosos. Prestai-me atenção e vinde a mim. Escutai-me e vivereis. Farei convosco uma aliança eterna, e a promessa a David será mantida. (Is 55, 1-3)

Perscrutemos o epigrama de Nietzsche:

- A. – Tereis estado doente? Já estarei curado?  
E quem foi então que me tratou?  
Como me esqueci de tudo isso!
- B. – Só agora acredito que estejas curado.  
Porque estamos de saúde quando esquecemos. (Nietzsche: 1996, 18)

E ainda, do mesmo pensador, o seguinte aforismo:

*A consciência intelectual* [itálico original]. – Nunca mais acabo de refazer a experiência e de recalitrar contra ela, não posso acreditar no facto, mau grado a sua evidência: *falta consciência intelectual à maior parte das pessoas* [itálico original]; pareceu-me até muitas vezes que quando a possuímos, se está tão só no deserto como na cidade mais povoada. Todos olham para nós como se fôssemos estranhos e continuam a fazer funcionar a sua balança, dizendo que isto é bom, que aquilo é mau; ninguém cora de vergonha quando deixais perceber que os pesos são ocos; ninguém se indigna contra vós: talvez se riam das vossas dúvidas. Quero dizer isto: que a maior parte das pessoas não acham desprezível acreditar nisto ou naquilo e agir de acordo com isso *sem* [itálico original] ter pesado o pró e o contra, sem ter tomado consciência profunda das suas supremas razões de agir, sem mesmo se ter incomodado a inquirir essas razões; os homens mais dotados e as mulheres mais nobres também fazem ainda parte desse grande número. Que me importam bondade, e finura, e génio, se o homem dessas virtudes tolera no seu coração a mornice da fé, a mornice do juízo, se a *necessidade* [itálico original] da *certeza* [itálico original] não é o seu mais profundo desejo, a sua mais íntima necessidade! Se não é capaz de ver o que distingue os espíritos superiores dos outros! Encontrei em pessoas piedosas um ódio pela razão pelo qual lhes fiquei agradecido: este ódio traía pelo menos a sua má consciência intelectual! Mas encontrar-se plantado no meio desta *rerum concordia discors* [itálico original], desta maravilhosa incerteza, desta multiplicidade da vida, e *não interrogar* [itálico original] não tremer com o desejo e a voluptuosidade de se interrogar, de nem sequer odiar aquele que o faz,

talvez trocar disso até ficar doente, eis o que eu acho *desprezível* [itálico original] e é esse desprezo que procuro em primeiro lugar em cada um de nós: não sei que loucura me persuade sempre que qualquer homem, sendo homem, a possui. É a minha maneira de ser injusto. (*Ibidem*, 39-40)

A Igreja, *para poder dizer-se plenamente reconciliada*<sup>47</sup>, persiste e insiste neste diálogo com a alteridade através do átrio dos gentios, ou melhor, insta a que a sua comunidade se dissemine e abrace uma nova realidade global de homens e povos, onde a mensagem evangélica não se faz ouvir e onde se pretende que a mesma seja uma alternativa e uma luz no seu caminho, logo, uma referência de vida e porque não para lá da morte. Uma ideia que não é de todo nova, com grande preponderância, particularmente na dita Idade Média, com uma evidência salvífica e preocupação focada no *Outro*:

Enviada por Cristo a manifestar e a comunicar a todos os homens e povos a caridade de Deus, a Igreja reconhece que tem de levar a cabo uma ingente obra missionária. É que, na verdade, dois biliões de homens, número que cresce de dia para dia, em grandes e determinados agrupamentos, unidos por laços estáveis de vida cultural, por antigas tradições religiosas, por estreitos vínculos de relações sociais, ou ainda não receberam a mensagem do Evangelho, ou mal ouviram falar dela; dentre eles, uns seguem alguma das grandes religiões, outros permanecem estranhos ao conhecimento de Deus, outros negam expressamente a sua existência, ou até mesmo a atacam. A fim de poder oferecer a todos o mistério de salvação e a vida trazida por Deus, a Igreja deve inserir-se em todos esses agrupamentos, impelida pelo mesmo movimento que levou o próprio Cristo, na encarnação, a sujeitar-se às condições sociais e culturais dos homens com quem conviveu. (AG, n.º 10)

Falamos concretamente de uma função missionária, a qual cabe, todavia, a todos nós levar a efeito perante as adversidades dos tempos e o *entorpecimento da consciência moral*<sup>48</sup>, não nos limitando a um cruzar de braços, à espera que heróis dotados encontrem soluções para as dificuldades que inventámos, tendo o diálogo lugar nessa cruzada:

Com as múltiplas transformações sociais do último século, todos os países voltaram a ser terra de missão, pois perderam os laços religiosos que os sustentavam, deixaram de ouvir e seguir o Evangelho. Como facilmente podemos constatar em Portugal e no resto da Europa, a fé deixou de ser elemento constitutivo da sociedade. Passou para segundo

<sup>47</sup> Cita-se parte da Exortação Apostólica Pós-Sinodal *Reconciliatio Et Paenitentia*, n.º 8.

<sup>48</sup> Sobre esta questão leia-se a Exortação Apostólica Pós-Sinodal *Reconciliatio Et Paenitentia*, n.º 18, de Sua Santidade João Paulo II ao episcopado, ao clero e aos fiéis, sobre a reconciliação e a penitência na missão da Igreja hoje. Pode a mesma ser conciliada com a Constituição Pastoral *Gaudium Et Spes*, n.º 16 no que diz respeito ao *caráter dialógico da consciência* – bom vs. mal, bem vs. pecado.

Pensamento inferido em Vítor Coutinho, presbítero, num texto intitulado: “Consciência e liberdade à luz da doutrina do Concílio Vaticano II”, in *Didaskalia*, revista da faculdade de Teologia/Lisboa: *A herança do Concílio Vaticano II em Avaliação* (pp. 145-63).

---

plano, ou terceiro. A religião foi deixada de lado, fazendo parte apenas de alguns poucos momentos da vida. Muitos recordam-se de Deus somente nos momentos de desespero, de doença ou de mesmo diante da morte. (Zanon: 2012, 88)

Também a própria integração económica europeia teve o seu átrio, tendo os europeus por gentios e a própria União por exemplo supremo de alteridade, sendo inicialmente necessário recorrer a atos de cooperação comerciais e fatores económicos (capital e trabalho) entre países. Embora se almejasse algo mais para uma completa integração económica internacional, como a liberdade de circulação de bens e fatores de produção e ao mesmo tempo ausência de discriminação, foi todo este processo alcançado paulatinamente, através da criação de zonas de comércio livre, uniões aduaneiras, mercados comuns, uniões económicas e monetárias, e união política, com o fim último de obtenção de inúmeras vantagens com diferentes motivações e derrube de barreiras, visando, principalmente, uma política mais justa, equitativa e igualitária que também a Constituição *Gaudium et Spes* nos fala.

Estava assim criado o tão pretendido mercado único europeu no domínio dos bens e serviços, que depois de implementado potenciou uma enorme transação de bens e a livre circulação de pessoas e capitais num mercado de milhões de potenciais clientes, num objetivo comum do progresso social e económico – consequentemente um forte intercâmbio identitário. Deve-se reter: “[o]s investimentos, por sua parte, devem tender a assegurar suficientes empregos e rendimentos, tanto para a população actual como para a de amanhã” (GS, n.º 70).

Mas:

O bem comum exige por vezes a expropriação, se certos domínios formam obstáculos à prosperidade coletiva, pelo fato da sua extensão, da sua exploração fraca ou nula, da miséria que daí resulta para as populações, do prejuízo considerável causado aos interesses do país. Afirmando-o com clareza, o Concílio também lembrou, não menos claramente, que o rendimento disponível não está entregue ao livre capricho dos homens, e que as especulações egoístas devem ser banidas. Assim, não é admissível que cidadãos com grandes rendimentos, provenientes da atividade e dos recursos nacionais, transfiram uma parte considerável para o estrangeiro, com proveito apenas pessoal, sem se importarem do mal evidente que com isso causam à pátria. (PG, n.º 24)

Para fazer face a muitos destes problemas, o bloco regional europeu foi criando uma série de diplomas visando os diferentes intervenientes, os consumidores, os trabalhadores, as empresas, os bancos, etc. Porque como nos diz a Encíclica *Pacem In Terris*:

---

Creemos sobremaneira oportuno observar a este respeito [equilíbrio entre população, terra e capitais] que, na medida do possível, seja o capital que procure a mão-de-obra, e não a mão-de-obra o capital. Assim se permitirá a tantas pessoas melhorar a própria situação, sem ter que abandonar com tamanha saudade a pátria, para transplantar-se a outras plagas, reajustar-se a uma nova situação e criar-se um novo ambiente social. (PT, n.º 102)

Um outro ponto importante será o futuro alargamento, sobretudo a países de Leste. Não deixa de ser positivo a sua adesão, contribuindo com novas filosofias, pensamentos, culturas, religiões, e particularmente para uma Europa multicultural.

Mas, tal como foi reconhecido na Cúria do Vaticano II, parecendo-nos já existir um apelo à Comunidade Europeia que ia desabrochando:

(...) Não será possível prestar o auxílio material às nações em desenvolvimento, se não se mudarem profundamente no mundo as estruturas do comércio actual. Os países desenvolvidos prestar-lhes-ão ainda ajuda sob outras formas, tais como dons, empréstimos ou investimentos financeiros; os quais se devem prestar generosamente e sem cobiça, por uma das partes, e receber com inteira honestidade, pela outra.

Para se estabelecer uma autêntica ordem económica internacional, é preciso abolir o apetite de lucros excessivos, as ambições nacionais, o desejo de domínio político, os cálculos de ordem militar bem como as manobras para propagar e impor ideologias. Apresentam-se muitos sistemas económicos e sociais; é de desejar que os especialistas encontrem neles as bases comuns dum comércio mundial; o que mais facilmente se conseguirá, se cada um renunciar aos próprios preconceitos e se mostrar disposto a um diálogo sincero. (GS, n.º 85)

Se quando existe abundância as sociedades são egocêntricas, em regra, em tempos de crise são particularmente egoístas. Numa era de globalização, de crise monetária, de crise energética, de crise de valores, de poluição, entre outras, não podemos tomar atitudes levianas que contribuam somente para a desestruturação e desintegração de um trabalho com mais de meio século de existência. À sociedade é-lhe exigido que lute pelo seu bem-estar, mas que o faça numa atitude de cidadania.

O Estado de bem-estar social nasceu da preocupação dos governos garantirem algum apoio em termos sociais aos cidadãos, que, com a crise do capitalismo e devido a um *capitalismo financeiro desenfreado*, conforme proferido (2013) por Bento XVI na habitual homília de ano novo, as receitas fiscais começaram necessariamente a diminuir e o Estado Providência começou a entrar em crise, causando um forte desequilíbrio nas contas públicas.

Contudo a cidadania implica também um sentido de responsabilidade, não só em relação a nós próprios, mas também em relação aos outros; implica, portanto, que haja

---

um equilíbrio entre o indivíduo e a sociedade em que se insere, seja ela uma pequena comunidade local ou, um espaço global.

Para o antigo presidente da República portuguesa, Jorge Sampaio<sup>49</sup>:

A cidadania é responsabilidade perante nós e perante os outros, consciência de deveres e direitos, impulso para a solidariedade e para a participação, é sentido de comunidade e de partilha, é insatisfação perante o que é injusto ou o que está mal, é vontade de aperfeiçoar, de servir, é espírito de inovação, de audácia, de risco, é pensamento que age e acção que se pensa.

Deve-se igualar e seguir as ambições da Igreja, conforme explanado na Encíclica *Populorum Progressio* de Sua Santidade Papa Paulo VI:

O desenvolvimento dos povos, especialmente daqueles que se esforçam por afastar a fome, a miséria, as doenças endêmicas, a ignorância; que procuram uma participação mais ampla nos frutos da civilização, uma valorização mais ativa das suas qualidades humanas; que se orientam com decisão para o seu pleno desenvolvimento, é seguido com atenção pela Igreja. Depois do Concílio Ecumênico Vaticano II, uma renovada conscientização das exigências da mensagem evangélica traz à Igreja a obrigação de se pôr ao serviço dos homens, para os ajudar a aprofundarem todas as dimensões de tão grave problema e para os convencer da urgência de uma ação solidária neste virar decisivo da história da humanidade. (PG, n.º 1)

Em suma:

(...) há que voltar a incutir valores, nomeadamente o respeito pelos outros e pela natureza, a verdade, a justiça, a tolerância, a partilha, e invertendo o espírito consumista e imediatista que impera nas sociedades atuais, de forma transversal, sem medir consequências nem efeitos a nível individual ou coletivo. Valores que são absolutos e não relativos, como tudo parece ser hoje em dia, valores que são a pedra basilar de todas as sociedades e que parecem hoje ter desaparecido, com as consequências à vista (...) Maria Isabel Jonet – Presidente do Banco Alimentar contra a fome.

É de cidadania que se trata, e porque cidadania é já por si só átrio dos gentios, sobretudo numa altura em que cada vez mais se exige que a própria União Europeia passe das palavras aos atos, no fundo reflexos de diferentes alteridades. E, caso os textos basilares da UE, como aqui já os apelidámos não existissem, os mesmos poderiam ser substituídos pelas Cartas Encíclicas *Populorum Progressio* e *Pacem In Terris*, uma vez que a sua mensagem e razão de existência é tão, ou mais, humanista e solidária do que os Tratados em causa.

---

<sup>49</sup> Disponível em:

[http://www.netprof.pt/netprof/servlet/getDocumento?TemalD=NPL070102&id\\_versao=11873](http://www.netprof.pt/netprof/servlet/getDocumento?TemalD=NPL070102&id_versao=11873)

---

Como vimos, a cidadania europeia nasce também das muitas inter-relações vividas, sendo por isso um reforço à condição de cidadão de um Estado-Membro, conforme vertido no Artigo 9.º do Tratado da União Europeia. Uma das suas formas de execução encontra-se plasmada no Artigo 11.º, n.º 4 do mesmo Tratado, e no 24.º do Tratado Sobre o Funcionamento da União Europeia, entre outros Regulamentos. O termo cidadania aparece por diversas vezes, quer no TUE<sup>50</sup>, quer no TFUE<sup>51</sup>, quer ainda na Carta dos Direitos Fundamentais da União Europeia<sup>52</sup>, entre outros documentos de não somenos importância. A cidadania pode também ser exercida pelos cidadãos por intermédio dos diferentes meios de apropriação, essencialmente dos meios de comunicação com cobertura de grandes massas, cuja Igreja deu especial atenção conforme já tivemos oportunidade de expor nesta nossa explanação.

Hoje nas nossas sociedades, e também previsivelmente num futuro próximo, vivemos uma condição histórica ímpar que formou um novo paradigma da participação dos indivíduos na sociedade. Esse novo paradigma traduz-se no facto de, pela primeira vez, serem idênticas as condições que tornam um sujeito economicamente mais valioso na esfera do trabalho e as que permitem uma participação cívica plena. (Cardoso: 2006, 573)

Sobre a simbiose entre a sociedade e a plataforma dos *media*:

As recentes transformações verificadas ao nível dos *media* e os debates exacerbados sobre a sua substância, trajectória e efeitos colocam dois desafios para uma teoria crítica: como teorizar as mudanças dramáticas em todos os aspectos da vida que as mudanças relacionadas com a transmissão de informação e a generalização da comunicação estão a produzir; e como utilizar essas transformações para promover mudanças sociais que originem uma sociedade mais igualitária e democrática, aberta à pluralidade e ao respeito pela diferença. (Correia: 2004, 217)

Os *media* transformaram de uma vez por todas as nossas vidas sociais e sua organização. Dão-nos uma panóplia de oportunidades, apanágio das suas inerentes características, e as quais se vão moldando aos interesses, que se vão revelando numa sociedade cada vez mais exigente, crítica e, interessada em arreigar-se nas diferentes atividades nacionais e internacionais.

Em suma, como se relata na Instrução Pastoral *Communio Et Progressio*:

---

<sup>50</sup> Tratado da União Europeia, veja-se os Artigos 2.º, 3.º, 9.º, 10.º e 11.º.

<sup>51</sup> Tratado Sobre o Funcionamento da União Europeia, veja-se os Artigos 18.º a 25.º, isto é, toda a Parte II, intitulada *Não Discriminação e Cidadania da União*.

<sup>52</sup> Veja-se particularmente o Título V, embora toda a Carta seja um Hino, quer à cidadania, quer à proteção da dignidade do Ser Humano.

---

Os modernos meios de comunicação reúnem os homens do nosso tempo, como que em mesa redonda, para o convívio fraterno e a acção comum. Na verdade, estes meios suscitam e difundem por toda a parte relações entre os homens e promovem diálogo público e universal. A torrente de informação e opinião, assim movimentada, faz de cada homem um participante no drama, nos problemas e dificuldades do género humano; participação que cria, por sua vez, as condições necessárias para a compreensão mútua, que conduz ao progresso de todos. (CP, n.º 19)

Não deixa de ser importante todo este vínculo, pois desta forma se processa a dualidade de funções, por um lado os *media* contribuem para uma cidadania europeia, por outro os próprios cidadãos encontram um espaço onde podem intervir e expor as suas opiniões, dúvidas e iniciativas, embebendo-se num leito magistral de informação.

Importa, todavia, recuar um pouco no tempo. Referindo-se ao tempo pré-conciliar e ao seio da Igreja, Emília Nadal considera que faltava liberdade de pensamento e a faculdade de questionar à comunidade cristã. Estávamos perante uma comunidade cristã à qual era vedada a leitura da Bíblia, e eventuais “más interpretações” (resquícios de um pensamento humanista renascentista, aquando da invenção da imprensa); uma comunidade cristã onde não raro persistia um espírito algo obscurantista; onde, por vezes, tudo o que era justiça social, era considerado comunismo. Predominava, então, de uma forma muito intensa, uma concepção espiritualista e ritualista da Igreja. A Igreja institucional e como instituição reunia as pessoas fisicamente nas celebrações litúrgicas, não estando tão próxima delas no sentido lato e abrangente geograficamente, o que hoje a comunicação social permite e a *Sacrosanctum Concilium* exige, quando alude ao uso dos meios de comunicação, particularmente os *media* radiofónicos e televisivos.

Mas, “[s]er europeu é tentar negociar, moralmente, intelectualmente e existencialmente, os ideais, afirmações, *praxis* [itálico original] rivais da cidade de Sócrates e da cidade de Isaías” (Steiner: 2007, 36). Pois:

A «ideia de Europa» está entretecida das doutrinas e da história da Cristandade ocidental. A nossa arquitectura, arte, música, literatura e pensamento filosófico encontram-se saturados de referências e valores cristãos. A literatura europeia desenvolveu-se a partir do ensino cristão. As guerras religiosas entre católicos e protestantes deram forma ao destino europeu e ao mapa político do continente. (*Ibidem*, 50-51)

Em suma: “[é] entre os filhos frequentemente cansados, divididos e confundidos de Atenas e de Jerusalém que poderíamos regressar à convicção de que «a vida não reflectida» não é efectivamente digna de ser vivida” (*Ibidem*, 55).

---

Como temos vindo a verificar, do Concílio vaticano II, ou, se preferirmos, como consequência do mesmo, a malha do pescador alargou-se substancial e consideravelmente, permitindo a aquisição de novos valores e ideais, e abrangendo uma nova franja das sociedades contemporâneas, as quais estavam sedentas de novos desafios, ou pelo menos uma outra porta, por onde as suas preces pudessem entrar e ser ouvidas sem radicalismos ou fundamentalismos, mas num abraço de enorme disponibilidade espiritual. Segundo esta conceção, dilui-se a alteridade, pois todos são crentes, porque acreditam ser possível a comunhão de um lugar-comum. Emerge, assim, o debate e o confronto de argumentos universalistas, sem autismo ou preconceitos ideológicos preformados, mas antes com humildade, privilegiando-se um único canal - a comunicação. Afinal, “[n]o mundo moderno a religião é uma força central, talvez *a* [tático original] força central que motiva e mobiliza as pessoas” (Huntington, 1999, 75).

Paradoxalmente, a Igreja Católica ainda não via esta força no Conselho Mundial de Igrejas, à qual, e teimosamente, recusaria fazer parte, limitando-se a ser testemunha, não contribuindo para uma desejada união ecuménica, ou fazendo-o de uma forma muito tímida, preferindo perder tempo a discutir termos morfológicos, em detrimento do interdiálogo e da unidade dogmática e religiosa que todos desejam.

O *Átrio dos Gentios*, parábola ao espaço sagrado existente no templo de Jerusalém no tempo de vida de Jesus Cristo, aberto não somente aos fiéis hebreus, mas a todos os povos que não podiam celebrar plenamente o *Mistério da Fé*, constitui um contributo determinante para a abertura à alteridade iniciada pelo Concílio Vaticano II – um novo catolicismo e o fim paulatino de uma rigidez purgatória enquadrado com a modernidade, que permitem uma outra eclesiologia; o momento em que a Igreja apologeticamente abandona o baluarte das quatro paredes e liberta-se dos encantos surreais.

O *Átrio dos Gentios* surge em 2011 por iniciativa do Conselho Pontifício da Cultura, em desafio ao repto lançado pelo grande hierofante Bento XVI, no *discurso de felicitações natalícias à Cúria Romana* em 21 de dezembro de 2009<sup>53</sup>, tratando-se de certo modo do epílogo de pequenos *átrios* que a Igreja vai desenvolvendo e

---

<sup>53</sup> O *discurso de felicitações natalícias à Cúria Romana* pode ser acedido digitalmente através do sítio: [http://www.vatican.va/holy\\_father/benedict\\_xvi/speeches/2009/december/documents/hf\\_ben-xvi\\_spe\\_20091221\\_curia-auguri\\_po.html#](http://www.vatican.va/holy_father/benedict_xvi/speeches/2009/december/documents/hf_ben-xvi_spe_20091221_curia-auguri_po.html#)

promovendo hoje entre crentes e entre estes e os não crentes – a exploração do diálogo intercultural, portanto. Tendo por pano de fundo Deus, pretende tornar-se num convite para um novo lugar onde diferentes espíritos e razões possam dialogar. Permitindo uma interreligiosidade universal numa pluralidade vasta, sem medos, ritos, mitos ou deuses, e abrindo portas ao desmoronar do muro da indiferença, leva-nos a interrogar sobre o que diria o iniciático dogmático Tertuliano<sup>54</sup>. Mas é mais do que isso: ...o *Átrio dos Gentios...é um estilo; é a Igreja que hoje não se fecha na sua doutrina e nos seus comportamentos mas se abre ao diálogo com as diversas correntes de pensamento nos variados setores da vida humana, da política, da economia, da arte, da escultura...*<sup>55</sup>

O seu objetivo é o de derrubar, ou, pelo menos, atenuar muitas barreiras, essencialmente o de permitir um diálogo entre crentes e não crentes, partindo de uma mesma plataforma de ignorância, mas com um objetivo comum - dar uma nova esperança e fundamentos a esta sociedade fustigada pelos anseios de uma vida melhor, sem que para tal, cada um, tenha que abdicar, quer do seu credo quer das suas crenças, ou princípios éticos e morais, muito menos a necessidade de se converterem - se isso acontecer tanto melhor (Cf. *Reconciliatio Et Paenitentia*, n.º 26), mas “[n]ão se querem ver objecto de missão, nem renunciar à sua liberdade de pensamento e de vontade” (Papa Bento XVI). Foi no trilha desta reflexão, e corroborando-a, que o presidente do Conselho Pontifício da Cultura proferiu num editorial explanado numa brochura alusiva a esta iniciativa e difundida na apresentação da mesma, entre outras, as seguintes palavras:

Na esteira desta imagem, evocada também pelo Papa Bento XVI num importante discurso, o Conselho Pontifício da Cultura pensou em colaborar na demolição de um muro que nestes últimos tempos se elevou até impedir o cruzar dos olhares e das palavras entre os dois diferentes “átrios” simbólicos. O desejo é o de tecer um diálogo, apesar de cada um ter os pés postos no seu território, isto é respeitando a própria identidade.

Um diálogo que se desenvolva à volta de interrogações radicais que tocam os grandes temas como a vida e a morte, o verdadeiro e o falso, o amor e a dor, o bem e o mal,

<sup>54</sup> Quintus Septimius Florens Tertullianus, carismático sacerdote cristão das primeiras fases do Cristianismo, nascido em Cartago, e conhecido como Tertuliano (160 a 220 d.C.). Para ele, as leis de Deus eram inquestionáveis e integralmente cumpridas. Em oposição surgem os filósofos cristãos Clemente de Alexandria e Orígenes de Cesareia com um forte pendor racionalista. Em intermeio poderíamos referir o erudito Santo Agostinho que, no fundo, concilia o radicalismo de uns com a total abertura de outros, tornando-se, de certo modo, um modelo a seguir por esta renovada Igreja, tal como foi outrora pelo Cristianismo, assim como pelos Reformadores, sem que tenha posto fim às dissensões existentes.

<sup>55</sup> Palavras proferidas por D. Jorge Ortiga aquando da nossa entrevista em 04 de março de 2013.

---

liberdade e solidariedade, palavra e silêncio. Um diálogo que não hesite também em aventurar-se nas altas veredas da transcendência e do mistério, onde surge a questão extrema sobre o Ignorado, o Desconhecido, o Deus que “é conhecido em Judá”, ou seja para o crente, como diz a Bíblia.

(Cardeal Gianfranco Ravasi)

Ainda assim, esta iniciativa não será radicalmente inédita no que concerne ao seu pressuposto dialogante, muito menos estamos perante um noviciado em terra hostil, pois já algumas personalidades da nossa praça pública, civil e religiosa, haviam esboçado uma réplica deste discurso público de forma aberta e acessível à comunidade. Falamos concretamente de *Diálogos sobre a Fé*, correspondência livre trocada entre D. José Policarpo e Eduardo Prado Coelho. De modo semelhante o fizeram Carlo Maria Martini e Umberto Eco *Em que creem os que não creem?* Mas, desde sempre, ainda que noutros moldes, a Igreja conviveu de muito perto com o *Outro*, pois não são raros os pensadores da História da Humanidade que, apesar de contribuírem para a ciência e a filosofia, eram de igual modo cristãos, ficando para sempre a sua obra ligada à religião; pensamos, por exemplo, em Santo Agostinho, Abelardo, Alberto Magno ou de São Tomás de Aquino, entre outros.

Outras iniciativas poderiam ser elencadas, pese o facto de serem outros os interlocutores, tais como as *Jornadas de Taizé* ou a *Aldeia das Religiões*, onde a vida da comunidade e em comunidade, tendo por centro o Deus de cada um, é discutida de uma forma aberta e livre aos diferentes espíritos, sendo a reconciliação multicultural e a tolerância religiosa as palavras-chave numa confiança mútua que derrube o *naturalismo sectário* (Cf. *Quanta Cura*, n.º 3). No fundo, agora somente com crentes e não crentes, trata-se de um *desarmamento bilateral*, com o fim último de cuidar o espírito social.

Concluimos este ponto com as palavras de Eduardo Lourenço vertidas no Prefácio do livro *Diálogos sobre a Fé*, as quais no nosso entender, encerram o espírito desta iniciativa católica:

Não sei se, por bem ou por mal, a nossa cultura só em raros momentos foi campo de discussões ou querelas que tivessem como objecto a crença, ou melhor dito, em tradição portuguesa, a Fé, nos termos em que o catolicismo a define e o cristão, cultivado ou não, a vive e compreende. (...) Deus nunca foi objecto de discussão teoricamente muito empenhada entre nós e no terreno onde o devia ser, o da Teologia e da Filosofia. «Perder a fé», em português, era um tal desastre – mesmo para os que assumiam essa tragédia como Antero, que dela viveu e sobretudo morreu – que a distância cultural para a tratar com mero interesse especulativo nunca nos foi permitida. Foi suprimida ou

---

substituída por uma espécie de «silêncio», por uma espécie de acordo tácito entre os possíveis contendores. (Lourenço: 2004, 12)

### 3.1 – *Gaudium et Spes*

A leitura dos diferentes testemunhos emanados do Vaticano II, cujo conteúdo de alguns constatamos essencialmente na Parte II, leva-nos a uma exortação e ênfase da alteridade enamorada pela Igreja, bem como pelo seu séquito; a qual se pretendeu ser o fio condutor da nossa pesquisa. Tal outridade e ecumenismo, com os inúmeros agentes sociais e religiosos, em busca de um relato construtivo, transporta-nos desde os primórdios até tempos hodiernos, permitindo-nos a descrição de uma parte da História Sagrada e Humana.

Se documentos existem indicando o desejo desse diálogo, a Constituição Pastoral *Gaudium et Spes* (alegrias e esperanças), sobre a Igreja no mundo atual, durante algum tempo designada por “Esquema XIII”, parece-nos ser o cordão umbilical, que estabelece a ligação entre o Concílio Vaticano II e esta nova ação de todo louvável – o diálogo entre crentes e não crentes. “[o] nosso respeito e amor devem estender-se também àqueles que pensam ou actuam diferentemente de nós em matéria social, política ou até religiosa. Aliás, quanto mais intimamente compreendermos, com delicadeza e caridade, a sua maneira de ver, tanto mais facilmente [*sic*] poderemos com eles dialogar” (GS, n.º 28).

Mas ela vai mais longe ao tornar-se a *base da doutrina social da Igreja* (Cf. Zanon: 2012, 27), uma espécie de dicionário virado para a análise dos problemas extra-Igreja. Um “ (...) estudo dos problemas sociais e da relação da Igreja com o mundo contemporâneo” (*Idem*); mundo contemporâneo esse que, segundo Darlei Zanon, não é assim tão diferente do momento vivido: “[a]o analisarmos com cuidado a situação da sociedade atual, em clima de crise económica e principalmente de crise de valores, constatamos que os problemas não são muito diferentes, assumindo apenas uma nova face, mais moderna” (*Ibidem*, 30).

Observando mais atentamente o documento em questão, particularmente no âmbito dos parâmetros que interessam para o nosso estudo, constata-se logo na introdução do Proêmio: “[*í*]ntima união da Igreja com toda a família humana [itálico

---

original] ” é de União e Comunhão que se trata e se pretende. União no sentido de todo o Homem ser um só aos olhos de Deus, independentemente das suas origens - universalismo; Comunhão porque o objetivo é a partilha dos males, das agonias, das tristezas, das amarguras que o agoniza - transversalidade. Mas também é de Partilha, das alegrias, das esperanças, das dádivas numa só comunidade, como de uma só família se tratasse, indiferente ao credo, mas empenhada em levar a palavra do Altíssimo até junto de si - unidade; mundo esse que Deus imaginou e criou, ainda que assim não funcione, mas o qual obterá a salvação, pois será esse o desígnio de Deus.

A Igreja continua a falar e a oferecer um futuro de salvação pela *cruz e ressurreição de Cristo* (Cf. GS, n.º 2). Fá-lo num sentido subjetivo e transversal a toda a humanidade, pois, no fim, todos os Homens se converterão, e o bem vencerá o mal e surgirá a Revelação Divina/apocalipse. A Igreja colocará todas as suas sinergias à disposição desta salvação espiritual e focar-se-á na mesma: “(...) Trata-se, com efeito, de salvar a pessoa do homem e de restaurar a sociedade humana. Por isso, o homem será o fulcro de toda a nossa exposição: o homem na sua unidade e integridade: corpo e alma, coração e consciência, inteligência e vontade” (GS, n.º 3).

A presente Constituição Pastoral vai mais longe, tornando-a ímpar em relação às suas congéneres oriundas de outros Concílios, notando-se um corte substancial desejado com o passado<sup>56</sup>. A mesma procede a uma radiografia e a um diagnóstico social. No entanto, agora esta sociedade é aquela que com ela, Igreja comprometida, coabita e na qual pretende implantar e envidar esforços, sem se alhear da realidade. Pretende, acima de tudo, ser parte da solução e não obstáculo à verdade, não contribuindo para o obscurantismo e conseqüente afastamento dos leigos. Num sentido lato podemos considerar que é mais *realista e terrena*, procedendo a um estudo constante das diferentes alteridades, e comportando-se como uma bússola espiritual, deste modo permitindo o derrube de barreiras face à contrastante e desigual panóplia de bens que o desafio exigente do desenvolvimento social lhe oferece. Idêntica leitura foi feita por José Manuel Pereira de Almeida, presbítero, num texto intitulado *Percursos da Teologia Moral*: “[a] Igreja é apresentada em íntima solidariedade com o género

---

<sup>56</sup> A este respeito leia-se os seguintes documentos: *Quanta Cura* e *Syllabus Errorum*, ambos de Pio IX, exarados pouco antes do Concílio Vaticano I, os quais mostram de uma forma clara o conservadorismo vivido e pretendido, manifestado numa Igreja de costas voltadas para a sociedade agreste de então.

---

humano oferecendo-lhe a sua colaboração para instaurar a fraternidade universal por meio do diálogo” (Almeida: 2012, 129).

A evolução da ciência levou ao desenvolvimento, estrutural, de um Homem dinâmico e dotado de estratégias que lhe permitem uma maior ação e ingerência sobre o meio onde vive, causando-lhe por vezes dúvida e desorientação, sendo necessário a intervenção de algo superior a si mesmo, no intuito de uma reinterpretação dos acontecimentos paradoxais das sociedades hodiernas. Desenvolvimento que nem sempre foi acompanhado num mesmo ritmo equilibrado por parte de toda a estrutura de suporte social, contribuindo assim para perturbações e conflitos interiores, mas também de relacionamento para com o próximo num mundo *surreal*, conduzindo em último caso ao suicídio.

Semelhantes interrogações e monólogos internos consubstanciam-se em questões como: “(...) Que é o homem? Qual o sentido da dor, do mal, e da morte, que, apesar do enorme progresso alcançado, continuam a existir? Para que servem essas vitórias, ganhas a tão grande preço? Que pode o homem dar à sociedade, e que coisas pode dela receber? Que há para além desta vida terrena?” (GS, n.º 10). Através dela tenta a Igreja responder, convidando para tal a sociedade civil em geral e através do *átrio dos gentios*. Como se verá no próximo subcapítulo, colocará em discussão os diferentes pontos de vista de outras alteridades de um trilho possível para chegar à mesma preocupação, sem que um se sobreponha ao outro. Com efeito, até porque como proferiu Nietzsche: *Tudo evolui; não há realidades eternas: tal como não há verdades absolutas*<sup>57</sup>, logo, nem o poder divino consegue responder a todas as dúvidas existenciais, nem a ciência é capaz de uma resposta cabal. Perscrutemos em forma de síntese as palavras vertidas na *Gaudium et Spes*, as quais, de um modo geral, encerram os desígnios almejados dos dois lados de uma mesma barricada que acabamos de descrever e que já havíamos aflorado no final da Parte I:

(...) Com a palavra «ateísmo», designam-se fenómenos muito diversos entre si. Com efeito, enquanto alguns negam expressamente Deus, outros pensam que o homem não pode afirmar seja o que for a seu respeito; outros ainda, tratam o problema de Deus de tal maneira que ele parece não ter significado. Muitos, ultrapassando indevidamente os limites das ciências positivas, ou pretendem explicar todas as coisas só com os recursos da ciência, ou, pelo contrário, já não admitem nenhuma verdade absoluta. Alguns, exaltam de tal modo o homem, que a fé em Deus perde toda a força, e parecem mais

---

<sup>57</sup> Paulo Neves da Silva (Org.) (2009). *Citações e pensamentos de Friedrich Nietzsche*. (1.ª ed.). Alfragide, Casa das Letras.

---

inclinados a afirmar o homem do que a negar Deus. Outros, concebem Deus de uma tal maneira, que aquilo que rejeitam não é de modo algum o Deus do Evangelho. Outros há que nem sequer abordam o problema de Deus: parecem alheios a qualquer inquietação religiosa e não percebem por que se devem ainda preocupar com a religião. Além disso, o ateísmo nasce muitas vezes dum protesto violento contra o mal que existe no mundo, ou de se ter atribuído indevidamente o carácter de absoluto a certos valores humanos que passam a ocupar o lugar de Deus. A própria civilização actual, não por si mesma mas pelo facto de estar muito ligada com as realidades terrestres, torna muitas vezes mais difícil o acesso a Deus. (...) (GS, n.º 19)

O quase extermínio do campesinato/tradição e a criação das sociedades industriais/modernismo, criando novos pontos georreferenciais, leva agora à proliferação de outros diálogos, havendo necessidade de novas estratégias de interpretação de um *Outro*, também ele inquieto e instável, face à velocidade vertiginosa com que se processa a vida e a falta de pontos de apoio com que se depara, os quais deixaram de surgir dos tradicionais seios, vendo-se a Igreja, de certo modo, obrigada a colmatar essa falha, preenchendo o espaço vazio que sobeja.

A *Gaudium et Spes* (Cf. n.º 9) preocupa-se também com a problemática causada com o desequilíbrio das pretensões legítimas que diferentes realidades nacionais aspiram, aumentando o fosso visível entre ricos e pobres. Afinal, o Homem deve ser responsável por repor uma maior justiça e solidariedade de uma distribuição equitativa de bens e recursos, não ofuscando alteridades que pretendem emergir e afirmar-se, num mundo cada vez mais competitivo. No fundo, nada mais do que *superação da ética individualista*:

A profundidade e rapidez das transformações reclamam com maior urgência que ninguém se contente, por não atender à evolução das coisas ou por inércia, com uma ética puramente individualística. O dever de justiça e caridade cumpre-se cada vez mais com a contribuição de cada um em favor do bem comum, segundo as próprias possibilidades e as necessidades dos outros, promovendo instituições públicas ou privadas e ajudando as que servem para melhorar as condições de vida dos homens. Mas há pessoas que, fazendo profissão de ideias amplas e generosas, vivem sempre, no entanto, de tal modo como se nenhum caso fizessem das necessidades sociais. E até, em vários países, muitos desprezam as leis e prescrições sociais. Não poucos atrevem-se a eximir-se, com várias fraudes e enganar, aos impostos e outras obrigações sociais. Outros desprezam certas normas da vida social, como por exemplo as estabelecidas para defender a saúde ou para regularizar o trânsito de veículos, sem repararem que esse seu descuido põe em perigo a vida própria e alheia.

Todos tomem a peito considerar e respeitar as relações sociais como um dos principais deveres do homem de hoje. Com efeito, quanto mais o mundo se unifica, tanto mais as obrigações dos homens transcendem os grupos particulares e se estendem progressivamente a todo o mundo. O que só se poderá fazer se os indivíduos e grupos cultivarem em si mesmos e difundirem na sociedade as virtudes morais e sociais, de

---

maneira a tornarem-se realmente, com o necessário auxílio da graça divina, homens novos e construtores duma humanidade nova. (GS, n.º 30)

Mas a Constituição vai mais longe ao descortinar os fatores responsáveis pelos desequilíbrios psíquicos e sociais, roçando um quase *Determinismo* ou *Darwinismo*<sup>58</sup> (Cf. n.º 25).

(...) Além disso, são infames as seguintes coisas: tudo quanto se opõe à vida, como seja toda a espécie de homicídio, genocídio, aborto, eutanásia e suicídio voluntário; tudo o que viola a integridade da pessoa humana, como as mutilações, os tormentos corporais e mentais e as tentativas para violentar as próprias consciências; tudo quanto ofende a dignidade da pessoa humana, como as condições de vida infra-humanas, as prisões arbitrárias, as deportações, a escravidão, a prostituição, o comércio de mulheres e jovens; e também as condições degradantes de trabalho; em que os operários são tratados como meros instrumentos de lucro e não como pessoas livres e responsáveis. Todas estas coisas e outras semelhantes são infamantes; ao mesmo tempo que corrompem a civilização humana, desonram mais aqueles que assim procedem, do que os que padecem injustamente; e ofendem gravemente a honra devida ao Criador. (...) (GS, n.º 27)

Esta primeira parte da *Gaudium et Spes* - cerca de 45 disposições doutrinárias - encerra e enfatiza a matriz social do Homem na sua generalidade enquanto Ser Humano que é, logo, um Ser Social, isto é, que se move no seio de relações e alteridades, e que vive num mundo em constante mudança, devendo-se pautar, portanto, por uma nobre atenção e devoção ao diálogo e ao respeito pelo *Outro* (Cf. Zanon: 2012, 29).

A segunda parte vai de encontro aos problemas concretos que atormentam o Homem, cujas dificuldades parecem intemporais, pois, como já dissemos no início deste trecho, os problemas de então coincidem com os atuais: o matrimónio, a família, a fecundidade, o respeito pela vida humana, a cultura, a economia, o trabalho, a paz, a guerra, etc. Talvez por isso, e não sendo da competência reservada da Igreja, também o poder temporal, concretamente a Europa através da sua União, se debruçou, e debruça, sobre os mesmos, encerrando nos inúmeros diplomas, princípios doutrinários sobre a sua regulação, visando o combate às injustiças e às discrepâncias entre sociedades que se pretendem distinguir pela diferença, promovendo um racional equilíbrio. A Igreja, por sua vez, não se coíbe de solicitar a cooperação dos diferentes vetores sociais na edificação de um mundo melhor, incumbindo os seus fiéis de o propalarem. Também

---

<sup>58</sup> “O Determinismo, nomeadamente o de Taine: a personalidade do indivíduo é o resultado da influência de três factores exteriores que são o meio (o espaço), a raça (características genéticas em geral) e o momento histórico (tempo)” (Malato: 2008, 218).  
“O Darwinismo: o homem é concebido como um animal que vai reagindo às variações do seu habitat” (*Ibidem*, 219).

---

através do diálogo é possível a convivência das diferentes alteridades, esfumando-se as diferenças: “(...) Por nossa parte, o desejo de um tal diálogo, guiado apenas pelo amor pela verdade e com a necessária prudência, não exclui ninguém; nem aqueles que cultivam os altos valores do espírito humano, sem ainda conhecerem o seu autor; nem aqueles que se opõem à Igreja, e de várias maneiras a perseguem. (...)” (GS, n.º 92).

Por tudo o que narrámos, achamos ser a Constituição Pastoral *Gaudium et Spes*, merecedora do epíteto funicular, veículo de transporte da palavra aos atos e desejo também realizado na iniciativa *átrio dos gentios*.

### **3.2 – O Valor da Vida**

O *Átrio dos Gentios*, como iniciativa e espaço aberto a todos sem restrição de tópicos, censura ou proselitismos religiosos, aborda, deste modo, os mais variados temas, da sociedade civil, da ciência, do direito, da espiritualidade, etc. Abarca, assim, da justiça à filosofia, da literatura à história, do cinema à arte, entre tantos outros, dando-lhe um carácter ímpar e inovador.

Esta iniciativa também não se circunscreve a um espaço geográfico. De igual modo se perfilam os inúmeros países espalhados pelo mundo, que pretendem receber as diferentes sessões, entre os quais Portugal, que, com a colaboração do Instituto de História e Arte Cristã, teve o privilégio de acolher esta nova forma de evangelização nos dias 18 e 19 de novembro de 2012 em Guimarães, capital da cultura, e em Braga, capital da juventude, respetivamente, subordinada ao tema *O Valor da Vida*.

Como nos referiu em entrevista D. Jorge Ortiga, mais tarde reiterando aquando da apresentação do programa aos jornalistas no dia 18 de setembro de 2012, ... *o Átrio dos Gentios é um workshop de workshops* ... Com efeito, D. Jorge Ortiga coloca a questão de uma forma incisiva e rigorosa, pois estamos perante diferentes debates e sessões em que o crente dialoga com o gentio, de um modo livre e sem tabus, e onde *a Igreja dialoga com todos os homens que procuram a verdade*, conforme foi proferido pelo Arcebispo Primaz. No fundo, o que a Igreja Católica pretende é um grito em uníssonos através de uma meditação profunda. Mas, diríamos mais, ao contrário das palavras de José Tolentino Mendonça, vice-Reitor da Universidade Católica Portuguesa,

---

num prefácio ao livro de Dom Henri Teissier, *Christophe Lebreton, monge mártir e mestre espiritual para os nossos dias*, sobre a reflexão contida na narrativa em causa e para aí adequadas, agora, a exposição é desejavelmente pública de um breviário profundamente espiritual, ativa, coletiva e participativa, ainda que o cenário continue a ser o mesmo.

É uma forma de exposição discreta da própria alma. Num mundo como o nosso, prisioneiro da superfície e dos seus ruídos, constitui uma experiência verdadeiramente alternativa este mergulho no mundo silencioso que trazemos, tantas vezes adiado. Vivemos num tempo onde escasseiam os mestres da grande aventura humana. (Mendonça: 2012, 2)

E porque *os homens são feitos para se entenderem* e comunicarem, ainda que comunguem de credos diferentes, como já aludimos na parte final da primeira parte do presente trabalho, recorreremos às palavras de Isabel Varanda, coordenadora geral do *Átrio dos Gentios*, num comunicado escrito aquando da apresentação à imprensa, e já aí aberta a todos os interessados, o que marca desde logo a sua característica intrínseca.

Desde então [Paris 24 e 25 de março de 2011], o *Átrio dos Gentios* vai-se alargando a muitas outras cidades da Europa: de Paris a Palermo, passando por Florença, Assis, Bucareste, Tirana, Barcelona e Estocolmo. Nos dias 5 e 6 de outubro próximo chegará novamente a Assis e de Assis estender-se-á, então, a Portugal onde, desde o final de Janeiro de 2012, a Comissão Organizadora, que tenho a honra e o privilégio de coordenar, trabalha na preparação do terreno para a construção do *Átrio dos Gentios*. (...) O encontro no *Átrio dos Gentios* é convocado para pensar a Vida nas suas revelações e nos seus mistérios e para pensar a forma como os humanos, neste início do terceiro milénio, nos relacionamos com ela: porque existimos e somos o que somos? Que caminhos nos trouxeram até aqui? O que é e o que significa esta consciência de presença no universo, esta consciência de si, este sentimento de si e do outro? O que é este instinto visceral de sobrevivência que traz nas entranhas algo parecido com esperança e determinação para superar os fluxos de morte que de nós se abeiram e nos envolvem no quotidiano? E a fragilidade da vida? O que nos dizem as religiões e os humanismos, a ciência e a política, a filosofia e a história, o desporto e a teologia, a literatura e a espiritualidade sobre *o valor e o sentido da vida de cada ser humano* [itálico original]?

(Isabel Varanda, coordenadora geral do *Átrio dos Gentios*)

Portugal não passa incólume nem indiferente às problemáticas do novo milénio, contribuindo para um diálogo que se pretende ser de alicerces, não podendo: “(...) partir de uma atitude de indiferença em relação à verdade; mas tem de ser, sobretudo, uma apresentação da verdade, feita serenamente e com respeito pela inteligência e pela consciência dos outros” (RP, n.º 25).

Com efeito, a Igreja, *senal e salvaguarda da transcendência da pessoa humana* (Cf. GS, n.º 76), não pretende de modo algum desempenhar o papel do Estado ou tomar-lhe o lugar: “[a] Igreja, porém, não quer, de maneira nenhuma, imiscuir-se no governo da cidade terrena. Nenhuma outra autoridade reclama para si senão a de, com a ajuda de Deus, estar ao serviço dos homens pela caridade e pelo serviço fiel” (AG, n.º 12). Até porque e parabolizando a *Lumen Gentium*:

Mas porque o reino de Cristo não é deste mundo (cfr. Jo. 18,36), a Igreja, ou seja o Povo de Deus, ao implantar este reino, não subtrai coisa alguma ao bem temporal de nenhum povo, mas, pelo contrário, fomenta e assume as qualidades, as riquezas, os costumes e o modo de ser dos povos, na medida em que são bons; e assumindo-os, purifica-os, fortalece-os e eleva-os. (...)

Em virtude desta mesma catolicidade, cada uma das partes traz às outras e a toda a Igreja os seus dons particulares, de maneira que o todo e cada uma das partes aumentem pela comunicação mútua entre todos e pela aspiração comum à plenitude na unidade. Daí vem que o Povo de Deus não só se forma de elementos oriundos de diversos povos mas também se compõe ele mesmo de várias ordens. (...)

Todos os homens são chamados a esta unidade católica do Povo de Deus, a qual anuncia e promove a paz universal; a ela pertencem, de vários modos, ou a ela se ordenam, quer os católicos quer os outros que acreditam em Cristo quer, finalmente, todos os homens em geral, pela graça de Deus chamados à salvação. (LG, n.º 13)

Concomitantemente:

(...)

Nas terras de missão, os leigos, quer estrangeiros quer nativos, exerçam o ensino nas escolas, administrem as coisas temporais, colaborem na actividade paroquial e diocesana, iniciem e promovam as várias formas de apostolado dos leigos, para que os fiéis das igrejas jovens possam assumir quanto antes a sua parte na vida da Igreja.

Finalmente, prestem os leigos, de bom grado, colaboração económico-social aos povos em vias de desenvolvimento; essa colaboração será tanto mais de louvar, quanto mais se relaciona com a criação daquelas instituições que atingem as estruturas fundamentais da vida social ou se ordenam à formação daqueles que têm responsabilidade de governo.

(...) (AG, n.º 41)

Assim, e apesar do seu objetivo ser religioso (Cf. GS, n.º 42), a Igreja não deixa de intervir ativamente na tomada de decisões de cariz político segundo os seus princípios dogmáticos - embrenha-se por caminhos propalados que não são de todo os seus. Não significa isto que o não deva fazer, pois o seu vigor, independência e neutralidade constituem uma maior contribuição para uma melhor e sadia convivência social. O peso da sua história permite-lhe, como já tivemos oportunidade de expressar, uma responsabilidade perante a sociedade que, quase poderíamos afirmar,

---

nenhuma outra instituição pode igualar. Daí que, em regra, as ambicionadas intervenções da Igreja sejam louváveis e com um grande fator positivo no desenrolar da vida das pessoas, sobretudo na melhoria das suas condições de vida e reivindicação das mesmas, cujo valor é inquestionável. Deste modo, a separação de poderes torna-se numa utopia sadia:

Sem dúvida, os sagrados pastores, quando atendem ao bem espiritual dos seus rebanhos, favorecem ao mesmo tempo o progresso social e civil, e fomentam a prosperidade, colaborando eficazmente para tal fim com as autoridades públicas – em virtude do seu ofício, e como convém a Bispos – e recomendando a obediência às leis justas e o respeito às autoridades legitimamente constituídas. (CD, n.º 19)

Igualmente não deseja que o Estado se intrometa no poder espiritual, como tantas vezes o fez, diríamos, praticamente desde a origem do Cristianismo, onde a intervenção do poder temporal no decurso da vida institucional clerical foi notada, por vezes alterando o rumo dos acontecimentos históricos. O diálogo e a intercomunicabilidade são desejáveis (Cf. GS, n.º 76), mas dentro de determinados parâmetros, onde certos campos têm domínios de exclusividade. É esta mesma aspiração e anseio que a Igreja pretende, tendo-o deixado expressamente escrito num dos seus Decretos, *Christus Dominus*, oriundo do Concílio Vaticano II, o qual solicita uma renúncia espontânea das autoridades civis, no que concerne aos “(...) direitos ou privilégios de eleição, nomeação, apresentação ou designação para o episcopado” (CD, n.º 20) a fim de *defender devidamente a liberdade da Igreja (Idem)*.

Perante o ambiente económico vivido à escala global, muito se tem visto a forte atividade e intervenção, bem como o seu caráter mediador, quer do clero, quer da sua instituição enquanto movimento solidário de uma sociedade deficitária a diferentes níveis. No entanto, esta não é uma faceta momentânea, pois o uso do hábito de bom samaritano já lhe é atribuído desde os seus exórdios, cuja morte tem ceifado vidas de inúmeros missionários<sup>59</sup>, que nada mais querem do que o bem do Ser precário face à poderosa e hedionda ignorância, arrogância e despotismo de meras partículas planetárias.

Como acima referimos, *O Valor da Vida* foi o tema genérico escolhido como *leitmotiv* do grande debate de ideias e reflexão que a Igreja tentou promover em espaços universitários laicizados em Guimarães e Braga, aberto à participação de crentes e não

---

<sup>59</sup> A este título, já aqui mencionamos, o livro de Dom Henri Teissier, arcebispo emérito de Argel, intitulado *Christophe Lebreton, monge mártir e mestre espiritual para os nossos dias*.

---

crentes, bem como a todos os tipos de formação psicossocial e moral que pretendessem dialogar sem olhares enviesados. Desta forma, foram inúmeros os que quiseram marcar presença, bem como foi a distinta e multidisciplinar plêiade que teve a coragem de, perante essa mesma plateia diversificada e exigente, demonstrar as suas convicções e o poder de uma capacidade desejável de coabitação entre a fé por um lado e a ciência pelo outro, no fundo um diálogo erudito a par de um outro de experiências. Como expressou Gianfranco Ravasi: *...todos somos seres vivos, todos temos uma mesma consciência, uma liberdade um desejo de colocar perguntas, somos assim muito iguais e a riqueza da pessoa humana também neste caso é dar respostas diferentes a perguntas iguais. É por isso que, é necessário escutarmo-nos, não necessariamente para partilhar a resposta do outro, mas para o escutar e ver nele valor...*

Não cabe neste espaço descrever o evento em si. No entanto, devemos salientar algumas ideias ilustradas, as quais, no nosso entender, contribuíram para um conhecimento reflexivo de outras alteridades, pese o facto de todo o acontecimento orientar-se quer pela troca de saberes quer pelo conhecimento do seu possuidor, pelo que se poderia ainda falar num monólogo introspetivo ulterior. A sua interatividade e estímulo são notados desde logo nas centenas de assistentes, assim como nos relatores, não esquecendo as apresentações de livros, exposições, teatro, orquestras e a *missa brevis*, a qual deu por finda a iniciativa no nosso país, deixando *uma porta aberta* para o futuro.

Começando pela diversificada e pluricromada plateia, em razão da idade e interesses, importa referir que nela desde cedo se presenciou o entusiasmo e o fervilhar de uma atividade que somente a imperativa ordem dos trabalhos, aliada a uma certa timidez humana, punha cobro, atestando sem qualquer dúvida a sedenta e premente necessidade do diálogo, ou, pelo menos, da exposição das suas dúvidas e o opinar dos diversos conteúdos versados. Incógnitos, cristãos, não cristãos, catequistas, leigos, sacerdotes, académicos, jornalistas, entre muitos outros, incontornavelmente, se deixaram contagiar com o espírito dialogal e curioso num palpitar de um percurso comum – a descoberta do *Outro* e suas multiplicidades.

---

Dos preletores, logo no primeiro dia Marcelo Rebelo de Sousa<sup>60</sup>, *...um homem muito generoso com os amigos mas justamente, não só com os amigos, com o próximo com o seu próximo...*, como proferiu Maria João Avillez na sua apresentação, enfatizou a *identidade e sentido da vida de um povo*, mais concretamente a *identidade nacional*, através da recordação de uma transversal e transnacional constelação de referências culturais e tecnológicas do povo Luso, uns mais recentes do que outros, que cada um a seu modo fez o favor de deixar para a posteridade coletiva. Uma história de alteridades contada com estórias do diálogo, os quais não se confinaram aos limites territoriais geograficamente impostos, quebrados por sucessivas diásporas lusitanas, que ainda hoje se fazem sentir. Sucessos e tragédias permitem uma *sui generis* osmose cultural identitária que nos caracteriza e que nos coloca no limiar europeu de uma identidade nacional, dependendo da interpretação dos visionários.

Seguiu-se o dueto<sup>61</sup> interdialogal entre a ética de João Lobo Antunes e a moral de Gianfranco Ravasi e com eles o tema *O valor e o sentido da vida de cada ser humano*. Para o primeiro a pergunta poder-se-ia colocar do seguinte modo: *...qual a razão ou com que fim, fomos lançados neste mundo?* Pois: *...a vida só fazia sentido se fosse digna de ser vivida...* Não admira que, para o mesmo: *...o significado e o valor da vida estejam por isso ligados, ao funcionamento harmónico das funções superiores do espírito, pois estas são, em grande medida, mas de modo algum de forma exclusiva, o que lhes confere singularidade de seres pensantes...*

O prelado, insuflado pelo espírito inovador e progressista do Concílio Vaticano II, proferiu um discurso com um recurso parabolizado, que não o distancia muito do seu antecessor em teses de fundo. Destaca especialmente a necessidade da sociedade centralizar a sua atenção em questões morais e do âmago da natureza humana, como a destriça do valor da vida de cada ser humano, simbolismo e relações, cujos jovens, particularmente, se afastam cada vez mais da essência do diálogo facial em tudo desejável, substituindo-o pelo diálogo digital, sem *cor, odor, sabor*, desinvestindo-se assim na busca de um *Outro*. Enuncia o Cardeal: *...o primeiro elemento da vida humana, da pessoa humana é, quando passamos do símbolo à definição técnica, é a relação...* O devaneio em assuntos fúteis, a precariedade da alteridade, bem como o isolamento interno ensurdecador que assola tantos seres hodiernos, numa sociedade que

---

<sup>60</sup> Disponível em: <http://www.youtube.com/watch?v=Q7eTQ-PSUu4>

<sup>61</sup> Disponível em: <http://www.youtube.com/watch?v=4yuHycPiZoQ>

aparentemente teria tudo para nos dar, conduzir-nos-á ao sofrimento e à dor. Contudo, defendeu Gianfranco Ravasi: ...*o amor faz-te superar a natureza...*

O *Valor da Vida* e as suas multífaces foi o mote aproveitado para o segundo dia, onde o diálogo entre a vida e a morte assumiu o expoente máximo de conhecimento de distintas alteridades; um dia cuja manhã foi dedicada à apresentação de outros diálogos, que uma arte de bem escrever, pintar e representar, permitem um olhar alternativo e uma conseqüente reflexão e interrogação – que o diga Job<sup>62</sup> e as suas interinfluências de partilha.

É em face da morte que o enigma da condição humana mais se adensa. Não é só a dor e a progressiva dissolução do corpo que atormentam o homem, mas também, e ainda mais, o temor de que tudo acabe para sempre. Mas a intuição do próprio coração fá-lo acertar, quando o leva a aborrecer e a recusar a ruína total e o desaparecimento definitivo da sua pessoa. O germe de eternidade que nele existe, irreduzível à pura matéria, insurge-se contra a morte. Todas as tentativas da técnica, por muito úteis que sejam, não conseguem acalmar a ansiedade do homem: o prolongamento da longevidade biológica não pode satisfazer aquele desejo duma vida ulterior, invencivelmente (*sic*) radicado no seu coração.

Enquanto, diante da morte, qualquer imaginação se revela impotente, a Igreja, ensinada pela revelação divina, afirma que o homem foi criado por Deus para um fim feliz, para além dos limites da miséria terrena. A fé cristã ensina que a própria morte corporal, de que o homem seria isento se não tivesse pecado - acabará por ser vencida, quando o homem for pelo omnipotente e misericordioso Salvador restituído à salvação que por sua culpa perdera. Com efeito, Deus chamou e chama o homem a unir-se a Ele com todo o seu ser na perpétua comunhão da incorruptível vida divina. Esta vitória, alcançou-a Cristo ressuscitado, libertando o homem da morte com a própria morte. Portanto, a fé, que se apresenta à reflexão do homem apoiada em sólidos argumentos, dá uma resposta à sua ansiedade acerca do seu destino futuro; e ao mesmo tempo oferece a possibilidade de comunicar em Cristo com os irmãos queridos que a morte já levou, fazendo esperar que eles alcançaram a verdadeira vida junto de Deus. (GS, n.º 18)

Workshops em simultâneo<sup>63</sup> contribuíram para a reflexão em torno da importância da vida e da sua qualidade, algo a que a lei portuguesa atribui valor logo à nascença<sup>64</sup> e a Igreja ao momento da conceção, abominando, assim, o aborto e o infanticídio (Cf. GS, n.º 51). A *capacidade preciosa da visão*, como salientou Tolentino

<sup>62</sup> Job ou a tortura pelos amigos, do escritor Fabrice Hadjadj, foi o tema escolhido para representação da peça teatral.

<sup>63</sup> Concretamente seis diálogos, em grupos de dois e em três locais distintos, que abarcaram diferentes temas e áreas do conhecimento. A saber: *literatura e espiritualidade; religião e humanismo; filosofia e ecologia; psicologia e história; ciência e política* e por último *desporto e teologia*. Todos eles com conferencistas de mérito reconhecido ligados às ciências, às letras, ao jornalismo, à religião, etc., os quais com a colaboração de um mediador expuseram as suas dúvidas, experiências, conhecimentos e demais valores.

<sup>64</sup> Veja-se art.º 66 do Código Civil Português. João Paulo II, na Exortação Apostólica Pós-Sinodal *Reconciliatio Et Paenitentia*, n.º 16, chamou-lhe mesmo *pecado social*, a qualquer atentado contra esse direito à vida.

---

Mendonça na sua intervenção<sup>65</sup> e para o qual *...a fé é uma máquina de gerar inquietação...*, permite uma literatura espiritual dando sentido à vida, tornando-a mais preciosa, consentindo a sua perpetuação, por vezes no limiar da morte, quer de quem escreve quer de quem lê, pois a mesma é impregnada pela auréola *hospitaleira e humanista* do escritor ouvinte, capaz de reproduzir imagens e mensagens a um destinatário...*a nossa vida precisa da mediatização da própria palavra, do próprio verbo ... porque naquele esforço, às vezes o esforço cotidiano, o escritor escondido no seu trabalho feito de atenção, feito de pequenas coisas, naquele ofício de trevas e sofrimento que tantas vezes é o da escrita, ele está a salvar o mundo, ele está a salvar os outros homens...* Mas, a poesia serve também de *antídoto salvífico* para alguns dos males da sociedade como sublinhou a não crente Ana Luísa Amaral no mesmo diálogo de poetas *...o deslumbramento que traz a poesia pode ajudar a uma ética e uma poética de afeto...*, que de certo modo é extensível a outras artes, também elas “supérfluas e milagreiras”. Em suma, e segundo a mesma poetisa: *O deslumbramento que traz a poesia será então uma exaltação, sempre, de um qualquer corpo humano ou social, animal ou vegetal e daquilo a que chamamos espírito.*

Seguiu-se naquele mesmo espaço cultural o debate sobre *Vida pessoal e vida colectiva na identidade cultural*<sup>66</sup>, que logo no seu início e por interposta voz teve as sábias palavras do professor psiquiatra Carlos Amaral Dias, as quais vêm na linha de pensamento que aqui tentamos demonstrar: *A identidade é sempre de uma ordem de relação com o Outro. Seja qual seja a identidade que falamos, a pressuposição de uma alteridade de uma diferença está sempre presente na sua definição.* O peso do pluralismo e hibridismo étnico-cultural, enquanto conjunto de diferentes culturas que vivem num mesmo espaço geográfico, o confronto com o diferente, suas consequências e visão a partir da perspectiva do *Outro*, são uma realidade social, pois somos seres humanos que nascemos numa dada área geoespacial, cujo fenótipo marca a nossa personalidade e identidade, logo: *A identidade cultural reenvia a uma outra, a identidade coletiva...*, como foi veiculado por Carlos Amaral Dias. Recordando Charles Taylor: “[v]ivemos num mundo em que as pessoas têm o direito de escolher o seu modelo de vida, decidir em consciência as convicções que defendem e determinar a configuração das suas vidas de variadíssimas maneiras, inacessíveis aos seus

---

<sup>65</sup> Disponível em: [http://www.youtube.com/watch?v=FZzG\\_D71toM](http://www.youtube.com/watch?v=FZzG_D71toM)

<sup>66</sup> Disponível em: <http://www.youtube.com/watch?v=BhFBJTdpY4>

---

antepassados” (Taylor: 2009, 18). Num visionamento horizontal está patente toda uma questão multiculturalista e uma *política de reconhecimento* como o autor lhe chamou:

A tese consiste no facto de a nossa identidade ser formada, em parte, pela existência ou inexistência de reconhecimento e, muitas vezes, pelo reconhecimento *incorrecto* [itálico original] dos outros, podendo uma pessoa ou grupo de pessoas serem realmente prejudicadas, serem alvo de uma verdadeira distorção, se aqueles que os rodeiam reflectirem uma imagem limitativa, de inferioridade ou de desprezo por eles mesmos. O não reconhecimento ou o reconhecimento incorrecto podem afectar negativamente, podem ser uma forma de agressão, reduzindo a pessoa a uma maneira de ser falsa, distorcida, que a restringe. (Taylor: 1994, 45)

Resumindo: “[a] minha própria identidade depende, decisivamente, das minhas reacções dialógicas com os outros” (*Ibidem*, 54). Logo, como defendeu aquele psiquiatra: *O critério da identidade pessoal, remete para o conceito de sermos conscientes de algo, sobretudo conscientes de nós próprios*. Acrescentando logo a seguir, e demonstrando o valor da sua especialidade: *...a identidade é um bem precioso, mas que frequentemente a identidade se pode perder*. Assim, concluímos que é um bem volátil pessoal, cuja durabilidade e personalidade distinta depende do modo como é tratada, bem como do *Outro* que para ela contribui. Logo todo um conjunto de radicais endógenos e exógenos que permitem um cordão umbilical para com o mundo, constituindo também uma identidade cultural, onde existe o sentimento de pertença do *eu* individual.

Nesta esteira, a fadista Aldina Duarte centralizou o discurso em si própria e na sua profissão, isto é, na sua intrínseca alteridade, sendo perentória ao repudiar a mentira, pois a mesma altera e camufla a identidade. Estabeleceu a devida distinção entre a vida privada e a vida pública, ambas inerentes e em regra à atividade de qualquer ser humano, estando a identidade, deste modo, associada à memória própria do foro individual e suas relações, mas também ao espaço público. Para si: *...identidade cultural passa pela história individual, passa pela história de um coletivo e passa por uma história ainda mais abrangente, que é a identidade universal...* Segundo a mesma vivemos num falso mundo, não porque as coisas estejam erradas, mas sim pela sua indevida utilização e forma de pensamento.

A encerrar o debate esteve Vasco Graça Moura que reforçou a ideia da ténue linha separadora, insistindo na existência da relação entre identidade/individual e cultura/coletivo. Socorrendo-se de Camões, entre o canto individual e coletivo,

---

considerou que, por vezes, as mesmas se confundem e se fundem, formando a identidade de um povo.

Num outro salão começou por ser tema de reflexão *O sentido da vida e o sofrimento humano – religião e humanismos*. Considerar-se-ia que o sentido da vida faz mais sentido do que sobreviver, respondendo deste modo ao repto lançado pelo moderador Paulo Rocha no final do fórum.

Fernando Nobre defendeu o olhar sobre o *Outro*, sobre o nosso semelhante, como parte integrante da nossa realização pessoal: o *Outro* como constructo, portanto, da minha personalidade. Seguiu-se-lhe Isabel Jonet e a ênfase da solidariedade, apanágio das suas funções desenvolvidas em prol dos mais desfavorecidos, cuja relação com o *Outro* dá sentido à vida, minha e desse mesmo *Outro*, atenuando o sofrimento humano, característica imanente e transversal na sociedade hodierna. Para esta filantropa: *O processo de evolução sociocultural e ética de um povo, pode ser medido pela solidariedade, pela fraternidade existente numa sociedade. Aquiesce: se os outros sofrem, eu não posso ser feliz.*

O jornalista Paulo Moura também marcou presença e, à semelhança dos que o precederam, assistido das suas *dúvidas*, *ceticismos*, e algumas *certezas*, como o próprio referiu, falou sobre as suas experiências e diferentes alteridades em diferentes sociedades, para as quais a questão do sentido da vida é colocada de modo completamente paradoxal ao do que seria de esperar e espectável para uma outra sociedade. Para essas, o sofrimento humano pode ser chave para o sentido da vida, valorizando a passagem terrena, fazendo parte de um projeto missionário. No fundo, estamos perante uma riqueza infindável de alteridades, para as quais não existe um padrão, cabendo a cada um consubstanciar o seu *ego* de modo a contribuir para uma identidade coletiva de uma determinada área social.

A terminar este painel esteve Isabel Galriça Neto, a qual dispõe a sua alteridade profissional ao serviço dos enfermos no fim da linha da vida, dando-lhe sentido, dignidade e qualidade<sup>67</sup>. Com ela, o tema da eutanásia tão caro à Igreja, valorizando qualquer vida independentemente da sua condição, cabendo também ao *Outro* (que cuida) o papel preponderante e a responsabilidade de compreender o sofrimento

---

<sup>67</sup> De certo modo poderíamos aqui associar a questão da Unção aos Enfermos que a Igreja associa à *hora derradeira do cristão* (Cf. *Reconciliatio Et Paenitentia*, n.º 27).

---

humano, explorando *as fontes do sentido da vida* para que a chama não se apague, sendo a *espiritualidade* uma dessas formas a promover e a derrota a combater. Ajudar a ter esperança também é trabalhar a alteridade do *Outro* dando-lhe objetivos diários, permitindo que cresçam e se desenvolvam. Assim, para estes e para quem deles cuida, também a vida faz sentido, ainda que seja um sentido relançado diariamente. *Ajudar o Outro é ajudá-lo a ajudar-se, não é controlar o Outro...*

*Genética e bioética – ciência e política* foi o tema que se seguiu naquele espaço com um novo elenco de conferencistas que, ao confrontarmos com o predecessor, eufemisticamente se poderia consentir designar por diálogo da alteridade da fé e a alteridade da razão.

“Os cientistas, particularmente os especialistas nas ciências biológicas, médicas, sociais e psicológicas, podem prestar um grande serviço para bem do matrimónio e da família se, juntando os seus esforços, procurarem esclarecer mais profundamente as condições que favorecem a honesta regulação da procriação humana” (GS, n.º 52). Esta é a posição da Igreja perante as ciências, reconhecendo virtudes e qualidades, as quais podem ser postas ao serviço do Homem. Se este reconhecimento não é uma novidade do Vaticano II na sua forma substantiva, sê-lo-á na sua forma estrutural, ao convocar a ciência na resolução de problemas e ao permitir uma liberdade de opção de escolha, ainda que delimite campos de atuação.

O sagrado Concílio, recordando o que ensinou o primeiro Concílio do Vaticano, declara que existem «duas ordens de conhecimento» distintas, a da fé e a da razão, e que a Igreja de modo algum proíbe que «as artes e disciplinas humanas usem de princípios e métodos próprios nos seus campos respectivos»; «reconhecendo esta justa liberdade», afirma por isso a legítima autonomia da cultura humana e sobretudo das ciências. (GS, n.º 59)

Elena Postigo Solana, filósofa, circunscreveu o seu discurso sobre a bioética e as questões transdisciplinares contidas na mesma. Questões morais, éticas, filosóficas, de dignidade, de direito, etc., que não podem, afinal, passar em claro quando está em causa o valor da vida, neste caso, da vida humana<sup>68</sup>. E porque o Homem não é um objeto, não é simples matéria, a sua manipulação pela intervenção do campo da ciência, levanta

---

<sup>68</sup> A reflexão teológico-moral e ético-teológico é extensível à própria Igreja que, quer a ciência quer as técnicas por esta usadas, levam-na a prenciar-se e a tomar posições, conforme é perçéível pelos inúmeros documentos elaborados. Sobre este assunto, leia-se: José Manuel Pereira de Almeida num texto intitulado: “Percurso da Teologia Moral”, in Didaskalia, revista da faculdade de Teologia/Lisboa: A herança do Concílio Vaticano II em Avaliação (pp. 140, 41).

---

dúvidas e limites numa balança com dois pratos de difícil equilíbrio. A ciência não é propriamente conhecida pelas suas características subjetivas, ou ainda dada a reflexões, daí que temas como o aborto, a clonagem, os transgênicos, entre outros, causem acérrimos debates, cujas decisões marcarão a narrativa da vida, tomando para si, diria a Igreja, o que a Deus pertence e a ciência somente pode melhorar. Cabe à bioética, por vezes atrasada no tempo, o papel salomónico, numa sociedade absorpta pelo consumismo e bem-estar físico e pouco espiritual ou moral, no supremo respeito de todo um conjunto de valores que compõem a alteridade de cada indivíduo, e porque não de uma sociedade ou cultura.

A completar o duo, Maria de Sousa, professora e investigadora, mulher ligada à ciência, não crente, mas crente na ambição de que *a genética e a ética se aproximem das pessoas*, enquanto seres que possuem determinadas essências intrínsecas à sua condição, cinge-se às vantagens da manipulação genética, que quase poderíamos dizer a possibilidade de mudar uma alteridade predeterminada, e hipoteticamente condenada à nascença a uma vida deslocada socialmente, embora devam existir mil cuidados quer com a leitura fornecida pelos genes, quer pela possibilidade da sua manipulação. Esta cientista, na sequência de uma intervenção de um assistente, lembrou a necessidade de lançar o diálogo na sociedade; um diálogo que pode e deve ter o seu epicentro na própria sociedade anónima, ensejo este de igual modo demonstrado por D. Jorge Ortega, quer logo na apresentação do *Átrio dos Gentios*, quer no encerramento da iniciativa. Semelhante desejo não será de todo gorado pelas ações que continuam a ser realizadas um pouco por todo o país, umas por diligência da Igreja, outras pela própria sociedade civil, que pretende a presença do crente na mesa do diálogo, não chegando somente à classe política que, face ao contexto social vivido, insiste numa constante recusa de debate de ideias diferentes, reconhecendo-se que elas são complementares para o bem de todos, conforme nos foi expresso por D. Jorge.

Foram mais dois os diálogos que se realizaram, um submetido ao tema *O valor da vida e o sentido do universo* e um outro *Valor do corpo e consciência espiritual*, aos quais não tivemos acesso, mas acreditamos ter seguido a mesma linha de coerência.

Assim, se encerrou um ciclo em que se demonstra que a nossa alteridade é claramente formada por dois enormes campos, pela fé para os crentes, ou convicções

para os não crentes e pela capacidade da manipulação da ciência, provando, e parafrazeando Maria de Sousa – *somos todos irmãos*, somos irmãos de todos.

Em forma de síntese dos *workshops*, poderíamos utilizar as palavras de Enzo Bianchi:

Os quesitos sobre as relações entre ciência e poder, ciência e desenvolvimento, ciência e democracia, ciência e técnica e as suas múltiplas intersecções dizem respeito a todos, crentes e não crentes. Mas os homens das ciências não devem aventurar-se em opções teológicas nem assumir opções contra a teologia, e os crentes, por seu lado, não devem pedir à ciência aquilo que só a fé pode dar: na fé cristã, este mundo e, nele, o homem não se devem nem ao acaso nem à necessidade. Devem-se ao amor e à liberdade do Deus a que se adere, de quem se faz a experiência na vida quotidiana. Esta fé que habita os crentes é racional, mas não brota apenas da razão, antes da iniciativa de Deus. Um crente autêntico não tem medo da ciência, não toma perante ela posições defensivas ou antagonistas mas, crendo em Deus, preocupa-se com o presente e com o futuro da humanidade: quer que as ciências persistam e se pratiquem ao serviço do homem e do mundo inteiro por ele habitado (Bianchi: 2009, 91).

É chegada a vez de a alteridade fazer a sua presença na arte de bem tocar. Um concerto<sup>69</sup> composto por um enorme grupo de jovens músicos, heterogéneos no que concerne à sua origem, sob a direção da batuta de um prodigioso maestro, deu vida a uma parafernália de instrumentos musicais, contribuindo para um painel cultural de identidades que se aproximava da última pincelada, compelindo um público fervoroso a deixar a sua gratidão para com todo o acontecimento com enormes salvas de palmas, em troca do enriquecimento espiritual que lhes foi dado de uma forma gratuita e despretensiosa. A acompanhá-los esteve um grupo coral de jovens cantores, o qual, segundo a brochura distribuída: “[p]retende despertar nos jovens coralistas o gosto pelo canto e o prazer na performance musical, estimulando a criatividade, a imaginação e o espírito de liderança, a par com um forte sentido de grupo e de pertença” (Átrio dos Gentios: 2012, 13).

Pensamos que, de certo modo, esta frase, ainda que inócua, vem ao encontro do que espelhámos sobre os fóruns, pois, na mesma encontra-se os pormenores inter-alteridades e interferências na mesma, que pretendemos salientar com a nossa reflexão. A alteridade contribui de todo para esse sentimento grupal e de pertença, associando-se

---

<sup>69</sup> “O projecto Orquestra Geração é um projecto centrado na acção e desenvolvimento social através da música sendo inspirado no *Sistema de Orquestras [sic] Infantiles e Juveniles de Venezuela* [itálico original] e tem como objectivo o desenvolvimento de orquestras juvenis em escolas do 1º, 2º e 3º ciclo, contribuindo para um crescimento mais harmonioso das crianças e jovens. (...) Actualmente, o projecto abrange cerca de 800 crianças e jovens, em 12 escolas na área metropolitana de Lisboa, 1 na região centro (Coimbra) e 3 no norte do país (Trás-os-Montes), ...” (Átrio dos Gentios: 2012, 11).

à estrutura eclética de uma cultura, sociedade ou lugar, que paradoxalmente nos torna iguais nos fundamentos, mas diferentes na riqueza espiritual, pois não existem duas pessoas iguais no mundo.

*Falta só a moldura do retrato*<sup>70</sup>, retrato que apesar de inacabado apelidaríamos de sumptuoso pelas suas complexas formas, cores, jogos, perspectivas, etc. Um retrato metamorfoseado de vida impregnada pela panaceia da coragem dos que quiseram participar deixando o seu testemunho singelo, num mundo por vezes caracterizado pela cobardia sem rosto. Uma moldura de todo espiritual – *a missa brevis*, cujo aglomerado de pontilhados humanos não deixaram espaço a qualquer dúvidas aos mais cétricos do desejo de um diálogo de alteridades.

Já tivemos oportunidade de comparar alegoricamente todo o acontecimento a uma pintura que nada ficaria a dever ao realismo de Gustave Courbet ou de Columbano Bordalo Pinheiro. Dissemos também, que se trata de um retrato inacabado, ao qual somente ficaria a faltar algumas pinceladas. Pinceladas estas, que compete à sociedade civil aplicar a seu belo prazer, alimentando o embrião que este *átrio*, através da sua *porta aberta*, quis trazer e deixar de herança, impulsionada por um Papa<sup>71</sup> que com toda a sua lucidez, agora resigna, achando que a sua lavoura está terminada, abrindo o campo a outros lavradores, tal como este *átrio dos gentios*.

Gostaríamos de deixar ainda um apontamento pessoal, o qual não passa disso mesmo, por mais significado que lhe pretendamos atribuir: um dia, ao assistir a uma missa dominical, um velho sacerdote disse as seguintes palavras ... *quanto mais se estuda, quanto mais conhecimento se tem, menos se acredita em Deus, a nossa fé vai recuando* ... Hoje, compreendo porque o proferiu, embora discorde da sua opinião. Este *átrio dos gentios* veio demonstrar que é possível ser crente num mundo de não crentes,

---

<sup>70</sup> Palavras utilizadas por Maria João Avillez, aquando da apresentação do Professor Marcelo Rebelo de Sousa no evento *Átrio dos Gentios* e que nós aqui utilizamos num outro contexto.

<sup>71</sup> Bento XVI, um Papa que em 11 de fevereiro de 2013 surpreendeu o mundo, crente e não crente, ao anunciar a sua resignação, esmorecendo perante as necessidades físicas e mentais exigidas ostensivamente pelos novos desafios (internos e externos), e que o mesmo já não perscruta em si. Em depoimento escrito enviado ao Secretariado Nacional da Pastoral da Cultura, datado de 14 de fevereiro de 2013, o escritor e professor universitário, Mário Avelar, considera que os caminhos abertos à alteridade por Bento XVI: "(...) significou uma disponibilidade para entender e acolher os discursos estéticos que têm emergido noutros horizontes culturais, ideológicos mesmo, e de neles identificar inquietações e sintomas que são passíveis de funcionar como, ainda que ténues e pouco perceptíveis, pontes de diálogo e compreensão mútua. (...) os caminhos por ele abertos desbravaram novas dimensões de diálogo estético e, ético, e, também, de entendimento de quão relevante pode ser, hoje em dia, a arte na nossa relação com Deus."

---

dialogar e conviver e sobretudo debater ideias, sem que para tal tenha que deixar de acreditar – por vezes a religião justifica a minha existência. Somente aceito que a responsabilidade do que acredita<sup>72</sup> seja diferente do que não-acredita, pois enquanto o primeiro terá que viver num confronto constante – fé vs. ética vs. moral - o segundo, em regra, somente se preocupa com a ética da *polis*. O mal não está no que se acredita ideologicamente, mas sim no seu radicalismo, fruto de devaneios e delírios psicanalíticos, tornando o conviver social numa ilusão. Até, porque: “(...) a fé nada tem a recear do saber científico, tal como a ciência não encontra obstáculos na fé porque, em relação a esta, é absolutamente autónoma” (Bianchi: 2009, 89).

Fazendo nossas as palavras de José Tolentino: “[e] se é verdade que o Reino de Deus representa também uma realidade escatológica, uma realidade do futuro, uma coisa que ainda há-de chegar na sua plenitude; a verdade é que, embora sabendo nós que ele é dom futuro, o Reino de Deus é já uma realidade do hoje da minha vida” (Mendonça: 2012, 89).

Terminamos com o *Hino do Átrio dos Gentios*:

Coração, átrio do mundo  
onde cada abraço espera  
a surpresa do encontro  
sintonia da viagem  
com a cor da Primavera  
no calor das nossas mãos.

Os crentes e os não crentes  
partilham o caminho  
e encontram de mãos dadas  
os sonhos e as sementes

---

<sup>72</sup> Para uma reflexão sobre a dialética do que é ser-se crente, condições e desafios, leia-se: João Manuel Duque: “A condição crente perante os desafios do futuro”, in *Didaskalia*, revista da faculdade de Teologia/Lisboa: *A herança do Concílio Vaticano II em Avaliação* (pp. 165, 76).

Ainda no mesmo local, Carlos A. Moreira Azevedo: “[o] caminho cristão é muito difícil. Baseia-se numa opção determinante entre Deus como único absoluto, o Deus da criação e da Redenção, da ordem e do sentido da vida em comum, e o ser humano, centralizador do poder, com as suas obras e vaidades!” (191).

---

as dores e as alvoradas  
o amor, o pão e o vinho.

Se eu não tiver amor  
sou bronze que ressoa.  
Por muito que eu conheça,  
por muita fé que eu tenha,  
se eu não tiver amor,  
até que o amor me doa.

Não há judeu nem grego,  
não há escravo nem livre,  
nem homem nem mulher.  
O amor é a nossa paz.  
De dois povos faz um  
Quando a gente quiser.

Agora é confuso.  
É como num espelho  
Da nossa imperfeição.  
Depois, então, veremos,  
em mais perfeito amor,  
face a face o nosso irmão. (M.H. Vieira)

---

## Conclusão

Lançado no mundo, ameaçado pela adversidade das coisas, o homem forma ideias que visam compreender, mas também dominar a natureza. Homem, humanismo, humanidade, história, pessoa, indivíduo: estas categorias fundamentais organizam o pensamento do Ocidente. Mas razão, ciência, método, dialéctica, ordem, desordem, caos, conceito, natureza, progresso, devir, contribuem também com o seu sentido para a cultura europeia, marcada, como se vê, pela herança, grega (dialéctica, razão, etc.), mas também cristã (infinito, etc.). Todas estas ideias são teóricas, mas outras há que regem a acção individual e colectiva: ética, justiça, igualdade, dignidade, felicidade, pessoa, política, democracia, etc.: todas elas noções em que a visão judaico-cristã e o naturalismo grego se misturam e fundamentam o pensamento ocidental. (Russ: 1998, 19)

*DA PALAVRA AOS ACTOS - ÁTRIO DOS GENTIOS - DIÁLOGOS CONTEMPORÂNEOS DE UMA IGREJA*, pretendeu demonstrar uma dada linha coerente de pensamento, a da relação do discurso cristão, e católico em particular, com a alteridade, o que nos conduziu praticamente desde os limiares da vida humana, até ao presente. Centrâmo-nos, sobretudo, sobre um determinado momento, o idealizado por João XXIII – o Concílio Vaticano II, o qual foi vertido em inúmeros documentos e repercutiu uma dada ação do clero no seu relacionamento com os crentes e não crentes, materializada, décadas mais tarde, na iniciativa a que se deu o nome de *ÁTRIO DOS GENTIOS*. Ao longo de inúmeras *notas de rodapé* pretendemos contribuir para uma fundamentação bibliográfica do nosso argumento e, de igual modo, fornecer pistas para aqueles que pretendam aprofundar o seu conhecimento.

Uma viagem pelo caminho do debate das ideias europeias, nestas primeiras décadas atribuladas do século XXI, tendo por base o diálogo agora promovido pela Igreja Católica, seria igualmente pertinente. Assim, e de um modo geral, concluímos que a contemporaneidade desta Europa secularizada, ou em vias de o ser, é composta por diferentes fragmentos, permitindo uma pluralidade de entendimentos, predominando a tese da existência do indivíduo fragmentado em diferentes campos de intervenção social e necessitado de novas oportunidades materiais, mas também espirituais.

Embora o tão famigerado Prometeu não se tenha feito cumprir, como já Nietzsche o havia premeditado, unem-nos milénios de História, quer seja por fatores culturais, sociais, racionais, humanistas, religiosos, mitológicos, genológicos, quer por

---

outros que cooperarão para o nosso imaginário individual e coletivo enquanto civilização europeia, podendo ser essa a nova Génesis da Identidade Europeia.

Tentou-se, de algum modo, demonstrar a interação existente entre a Igreja e os conceitos de formação de uma ideia de Europa e o que é ser europeu à luz das presentes controvérsias, como arquétipos da existência paradigmática de uma identidade europeia. Com efeito, a grande inquietação do pensamento ocidental, desde os gregos até aos nossos dias, tem-se centrado no problema do conhecimento e nos caminhos para a sua construção.

Foi neste âmbito que, desde o início, achámos por bem escolher um tema envolvendo a religião, suas diferentes vertentes e moldes de propagação, como a arte, a pintura, a escultura, etc. Embora este momento pudesse parecer algo divagante face ao nosso objetivo central, cremos que ele se justificou pelo facto de nos permitir desvendar determinadas ênfases no diálogo com o Transcendente que mais adiante emergiram na nossa análise – no fundo observou-se a forma como a Igreja foi dialogando com o *Outro* ao longo do tempo.

Vimos logo no início com Gaarder, Hellern & Notaker que a religião, ainda que inicialmente se possa chamar crença, rito ou outro qualquer epíteto, é uma característica intrínseca à condição de Ser Humano, logo, também o velho continente – a Europa - imbuí-se espiritualmente numa determinada crença, à qual é dada o nome de Cristianismo, marcando a sua matriz espiritual, independentemente de ser crente ou não crente, caminhando ou não para uma laicização propalada.

Afirmam os mesmos autores que, de certo modo, o conhecimento do mundo atual passa também pelo estudo do Cristianismo, reforçando a ideia de gene matricial de um código Humano que se tem propagado ao longo destes dois últimos milénios de história.

Se dúvidas restassem, bastaria ler as palavras do Prefácio do livro *As Grandes Datas do Cristianismo*, as quais, consideramos também, como reveladoras da transversalidade que se pretendeu imprimir:

*Sejam quais forem os progressos de secularização das sociedades e dos Estados, e o declínio da prática religiosa durante as últimas décadas, o cristianismo continua a ser uma das bases da civilização europeia. É por isso que, independentemente das opções pessoais de cada um, ignorar a história e o conteúdo do cristianismo é o mesmo que*

---

*condenarmo-nos a não compreender nada da maior parte das grandes obras de arte e das literaturas europeias. Como poderíamos ler Pascal ou Dostoiewsky, mas também Voltaire, Dickens ou Gide, como poderíamos visitar a Notre-Dame de Chartres ou a Basílica de S. Pedro em Roma, o museu do Louvre ou a Pinacoteca de Munique, sem possuir esta chave indispensável? E o que dizer da própria história da Europa à qual a história do cristianismo está intimamente ligada?* [itálico original] (Lebrun: 1990, 5)

Foi com a ajuda destes e doutros autores, Mircea Eliade, Edward McNall Burns, Ernst Gombrich, Jacqueline Russ, etc., incluindo a Bíblia, dos quais nos socorremos durante grande parte do Primeiro Capítulo, que fizemos uma breve e alucinante viagem cultural/religiosa, praticamente desde os primórdios da raça humana até tempos do último Concílio. Considerámos pertinente terminar essa Primeira Parte com a alusão ao facto de que a história da Europa não se faz somente dos que têm fé, também aqueles que não comungam desses princípios têm o seu lugar assegurado nesta mescla paradoxal. Foi demonstrando essa liberdade e permissão de escolha que convocámos o art.º 18 da Declaração Universal dos Direitos Humanos, referindo ainda diferentes documentos vertidos do Concílio Vaticano II, que reconhecem a existência dessa mundividência.

Nesse subcapítulo, e relativamente ao respeito pela diversidade de valores, considerámos pertinente aludir ao Tratado da União Europeia e ao Tratado sobre o Funcionamento da União aos quais havíamos de voltar nos restantes dois capítulos. Fizemo-lo de modo intencional, pois, por um lado, concebemos a Igreja como uma outra alternativa/complemento ao próprio materialismo da União Europeia, a qual (Igreja) poderá ganhar um novo fulgor nesta panóplia de acontecimentos, que, como vimos, encerra similarmemente uma forte crise de valores, tocando-se os seus extremos. Por outro, quisemos, ainda que de uma forma subtil, recorrendo sempre que possível a algumas metáforas, chamar para o centro da discussão a União Europeia, pois de certo modo eram essas as diretrizes impostas pelo Guia do Curso do Mestrado em Estudos Sobre a Europa, isto é, passo a citar:

Este Mestrado visa construir um quadro teórico e metodológico que permita compreender e explicar a forma como, no âmbito das Humanidades, da Economia, da Ciência Política e da Ciência Jurídica, se tem analisado e pensado a Europa. Pretende desenvolver conhecimentos teóricos, concetuais e empíricos sobre as problemáticas da interculturalidade e do multilinguismo, assim como analisar e refletir sobre as diferentes representações da Europa. Possibilita a aquisição de uma visão crítica sobre as estruturas, instituições, organização política e administrativa europeias. (4)

Terminámos, lançando o mote do que pretendíamos explorar nos capítulos seguintes, tentando desvendar de que forma a Igreja iria apropriar-se desses

---

ensinamentos e princípios pragmáticos, transformando-os em dogmas a serem desenvolvidos como paradigmas solucionais, numa sociedade inquieta e perturbada, mergulhada em diferentes crises.

Foi deste modo que demos especial atenção ao evento ecuménico designado por Concílio Vaticano II, o qual é por nós considerado o instante fundamental de renovação – abertura da Igreja para a modernidade – que, ainda hoje se faz sentir, e cujo estudo nos absorveu praticamente durante toda a segunda parte da Dissertação; algo que, de resto, vem ao encontro do nosso objetivo, isto é, a perceção de mudança que autoriza um novo debate, mas acima de tudo também nos permite afirmar a existência latente de um regresso às origens de uma Igreja evangélica e missionária mais perto do seu rebanho e a qual se constitui alternativa.

A sua análise baseou-se desde logo numa referenciação temporal e espacial do evento, da hipotética alternativa espiritual ao materialismo dos primeiros passos de uma futura União Europeia e por último na exploração de alguns documentos que, e além de se encontrarem de acordo com a nossa linha de pensamento – a alteridade –, entroncam de igual forma nas linhas orientadoras do Mestrado, como por exemplo os *media*.

Não nos esquecemos de fazer menção à longa discussão da proposta para incluir o termo Cristianismo ou Deus no Preâmbulo do Tratado que Estabelecia uma Constituição para a Europa. Aludimos também ao significado abrangente e alcance do termo *ecuménico*. Constatámos inúmeros diálogos que a Bíblia encerra e permite como fonte do imaginário e do leitor, etc.

Aproveitámos ainda o momento para citar na íntegra um longo texto que, apesar da sua extensão, é para nós uma cabal demonstração da participação de Portugal no Concílio Vaticano II; referimo-nos concretamente à carta de Dom Eurico Dias Nogueira, a qual substitui qualquer verbalização que pudéssemos fazer da mesma.

Referimo-nos também a duas situações que de algum modo estão ligadas aos muitos desejos jorrados do Concílio ou no seu seguimento, falamos do ensino académico e do Catecismo da Igreja Católica, casos que convertem em atos as palavras vertidas.

Por último aludimos à problemática do esgotamento deste Concílio, onde deixámos expressas as palavras a nós concedidas por D. Jorge Ortiga, não havendo no

---

entanto, e no geral, consenso. Agora que se elegeu um novo Papa, “*Miserando atque elegendo*”, vindo do *fim do mundo*, educado na ciência e com vocação para a fé, o qual abraça desde logo a preocupação com os mais desfavorecidos, a paciência e a denúncia, num papel de ativista, elege o *Outro* como um outro *eu*, mas um não *eu* Papa Francisco, mas sim um *eu* Igreja coletiva que pretende voltar às raízes. Um Papa conservador no que diz respeito aos temas delicados, mas ao qual se pede o fomento do *aggiornamento* há muito desejado, no fundo um acompanhamento, uma adaptação e atualização da Igreja no mundo contemporâneo, onde a mulher poderá assumir um papel importante e desejável e o missionário transformar-se em pastor.

Em suma, o Concílio Vaticano II trouxe-nos a despedida da confusão entre Igreja e Estado, e ainda o desejo de reconciliação dos irmãos separados, isto é, o reencontro entre a Igreja do Oriente e a Igreja do Ocidente<sup>73</sup>. Constituiu, portanto, uma declarada abertura a todo mundo eclesial; a própria redefinição e reunificação da Igreja Ocidental, cuja separação havia tido início com a Contra-Reforma; por fim, o aceitar da modernidade e com ela uma nova realidade que o Vaticano I havia retardado<sup>74</sup>.

Assim entrámos na última parte da nossa investigação e concretamente no estudo do caso que nos havíamos proposto, o qual transforma em ato vivo as aspirações transformadoras de um Sínodo renovador, paradoxalmente progressista mas regressivo, isto é, o retorno aos tempos dos Apóstolos e seu espírito catequista. Não o fizemos sem que antes e mais uma vez tenhamos realizado algum paralelismo entre os caminhos enveredados pelos pioneiros da Comunidade Europeia, que não deixaram de derrubar muitos muros que se erguiam à sua passagem de entre os que acreditavam no projeto e os que não acreditavam e, este novo método de uma Igreja dialogante, que conforme tivemos oportunidade de frisar, embora não seja de todo novo no que toca aos pressupostos dialogantes, é-o na sua radicalidade, colocando de um lado crentes e do outro não crentes. Assistimos assim a uma nova postura da Igreja, de todo louvável, na tentativa de aproximar crenças diferentes, onde e apesar dos *cismas* existentes, podem

---

<sup>73</sup> A este respeito, leia-se também, a Exortação Apostólica Pós-Sinodal *Reconciliatio Et Paenitentia*, particularmente o seu n.º 8.

<sup>74</sup> Socorremo-nos no presente parágrafo ao pensamento vertido por José Eduardo Borges de Pinho num texto intitulado: “Uma hermenêutica criativa ao serviço da renovação pastoral - Em torno da recepção do Concílio no contexto português”, in *Didaskalia*, revista da faculdade de Teologia/Lisboa: *A herança do Concílio Vaticano II em Avaliação* (p. 87).

---

conviver e expressar-se de modo livre e espontâneo, e particularmente num mútuo respeito de opiniões. *O VALOR DA VIDA* foi o tema principal que levou conhecidos e incógnitos a comungar de um mesmo espaço refletindo sobre diferentes questões, morais e éticas, da própria vida. Neste âmbito fizemos questão de convocar algumas reflexões dos mais destacados intervenientes nesta iniciativa.

Demos uma forte ênfase à questão da alteridade/outridade, que de resto nos acompanhou ao longo desta exposição, mas o seu sublime significado e alcance atingiram nesta última parte o seu ponto mais alto com o *átrio dos gentios*, nas suas variadas realizações.

Não chegámos à alusão do evento sem que primeiro tenhamos feito um estudo, ainda que não muito aprofundado, pois o seu conteúdo é de um abrangimento ímpar o que nos levaria a uma profunda reflexão, mas também desvio do nosso caminho que nos havíamos proposto, do documento que considerámos de alguma forma o elo de ligação entre o Concílio Vaticano II e o *átrio dos gentios*. Falámos concretamente da Constituição Pastoral *Gaudium et Spes* que, como vimos, e utilizando as palavras de Mário Avelar, ainda que num outro contexto e com outro referente, verteu na sua obra *Ekphrasis*:

O recurso, por um lado, à designação epistolar [*sic*], e, por outro, a um destinatário com semelhante carga afectiva, acentua uma relação intersubjectiva e a intimidade de uma confissão. Acresce a estes aspectos o facto de esta ser uma mensagem emocionalmente intensa devido às circunstâncias políticas que enquadram o mundo em que ele se movimenta: a guerra fria, a ditadura em Portugal, o exílio de Sena.

Estamos, assim, perante uma óbvia expressão política de sentimento. (Avelar: 2006, 31)

Tal locução, embora como foi sublinhado se apresente num outro âmbito, pensamos que poderá ser classificadora da pincelada visual exata que o teor dos dois textos que mais frisámos, *Gaudium et Spes* e *Humanae Salutis*, denuncia e anuncia. É como se tratasse de um fresco/*ekphrasis* narrativo do ambiente vivido, dando-nos dados de um determinado momento histórico social e moral.

Constatámos, de um modo geral, que a Igreja não deixou de contribuir para a dialética/dualismo Fé vs. Razão, no fundo dois pratos de uma mesma balança, acrescentando sempre que possível novas estratégias para a defesa do transcendente.

---

Vimos, igualmente, que o poder espiritual é uma presença vigorosa em inúmeras instituições e organismo, isto porque:

A presença dos católicos na sociedade, na política, na cultura deverá constituir grande preocupação da hierarquia. Não com a finalidade de defender os interesses das igrejas, nem sequer apenas para poder reduzir a pobreza e a exclusão social. O exemplo específico dos católicos na política significará, cada vez mais, promover a dignidade humana com verdade inteira; atender sempre ao bem comum, com justiça; elevar a qualidade da vida na sua globalidade, no respeito pela criação, com liberdade; fomentar projetos unitários, criadores de comunhão. (Azevedo: 2012, 191)

Até porque: “[a] Igreja tem a responsabilidade de formar cristãos líderes, capazes de um humanismo que salvaguarde a criação inteira, proporcione uma vida digna, mais simples e austera, para todos os habitantes do planeta” (*Ibidem*, 192).

E nesse sentido:

A Igreja não pode ser cúmplice silenciosa ou ficar na comodidade resignada perante a crise profunda que nos tem suspensos da falência. Somos corresponsáveis pela fragilidade do tecido político-cultural, incapaz de dar corpo a modelos convincentes e de oferecer soluções eficazes. A insegurança do futuro não se colmata com elaboradas teorias económicas ou filosofias políticas, mas advém da incapacidade para interpretar o que estamos a viver. (*Ibidem*, 193)

Foi desta forma que, neste terceiro momento, apresentámos factos, discutimos ideias, levantámos hipóteses e aventámos argumentos, chegando à conclusão que o *átrio dos gentios* foi um sucesso, o qual deve perdurar no tempo, servindo provavelmente de exemplo a outras áreas da sociedade contemporânea, face à crise que atravessamos.

Podemos afirmar que, agora, o diálogo pletórico é a nova ponte entre a Fé e a Ciência; o A e o  $\Omega$  da sociedade hodierna; o salvo-conduto da esfera terrena como de uma doutrina antroposófica se tratasse; a melodia da gesta da história atual de uma Igreja ativa e promotora, sem sinais cabalísticos, cuja aquiescência de uma apologética contra um niilismo pertinaz, ocioso e cioso de uma sociedade agridoce, fatigada e cada vez mais imperialista.

---

## **Bibliografia**

- ALMEIDA, J. M. P. de (2012). Percursos da Teologia Moral. Em José Tolentino Mendonça (dir.). Didaskalia, revista da faculdade de teologia: *A herança do Concílio Vaticano II em Avaliação* (pp. 123-143). Lisboa.
- ALVES, H. (Coord.) (2006). *Bíblia Sagrada*. (5.<sup>a</sup> ed.), Lisboa/Fátima, Difusora Bíblica.
- AVELAR, M. (2006). *Ekphrasis*. Chamusca, Edições Cosmos.
- AZEVEDO, C. A. M. de (2012). Constantino: persistência de um paradigma na Igreja de hoje. Em José Tolentino Mendonça (dir.). Didaskalia, revista da faculdade de teologia: *A herança do Concílio Vaticano II em Avaliação* (pp. 177-93). Lisboa.
- BAIROS, J. C. (2012). Tempos de renovação. Em Darlei Zanon & José Carlos Nunes (Org.). *Vaticano II: 50 anos, 50 olhares*. (pp. 37-40). Lisboa, PAULUS Editora.
- BIANCHI, E. (2009). *Para uma ética partilhada*. Tradução de Artur Morão, Lisboa, Pedra Angular.
- BURNS, E. M. (1977). *História da Civilização Ocidental*. Vols. 1 e 2, Porto Alegre, Globo.
- CARDOSO, G. (2006). *Os Media na Sociedade em Rede*. Lisboa, F. C. Gulbenkian.
- CASTELLS, M. (2011). *A Sociedade em Rede*. Vol. 1, (4.<sup>a</sup> ed.). Tradução de Alexandra Lemos, Catarina Lorga e Tânia Soares, Lisboa, F. C. Gulbenkian.
- CORREIA, J. C. (2004). *Comunicação e Cidadania*. Col. «Media e Jornalismo», Lisboa, Livros Horizonte.

- 
- COSTA, J. A. & SAMPAIO e MELO, A. [s.d.]. *Dicionário da Língua Portuguesa*. (5.<sup>a</sup> ed.). Porto, Porto Editora.
- ELIADE, M. [s.d.]. *História das Ideias e Crenças Religiosas*. Vols. 1 e 2, Tradução de Daniela de Carvalho e Paulo Ferreira da Cunha, Porto, Rés-Editora.
- GAARDER, J., HELLERN, V. & NOTAKER, H. (2002). *O Livro das Religiões*. (1.<sup>a</sup> ed.). Tradução de Ana Paula Tanque, Lisboa, Editorial Presença.
- GOMBRICH, E. H. (1995). *The Story of Art*. (16.<sup>a</sup> ed.). London, Phaidon.
- GUERRA, A. (1997). A religião romana. Em Rui Manuel Sobral Centeno. *Civilizações Clássicas II*. (pp. 105-41), Lisboa, Universidade Aberta.
- HUNTINGTON, S. P. (1999). *O Choque das Civilizações e a Mudança na Ordem Mundial*. Tradução de Henrique M. Lajes Ribeiro, Lisboa, Gradiva.
- KASTORYANO, R. (Org.) (2004). *Que Identidade para a Europa?* Tradução de João Martins, Lisboa, Ulisseia.
- KATZ, E. (2002). O Fluxo de Comunicação em Dois Níveis: Memória Actualizada de uma Hipótese. Em João Esteves. *Comunicação e Sociedade* (pp. 61-78). Col. «Media e Jornalismo», Lisboa, Livros Horizonte.
- LEBRUN, F. (dir.) (1990). *As Grandes Datas do Cristianismo*. Tradução de Pedro Viegas, col. Biblioteca de História, Lisboa, Editorial Notícias.
- LOURENÇO, E. (2001). *A Europa Desencantada: Para uma Mitologia Europeia*. Lisboa, Gradiva.
- LOURENÇO, E. (2004). Nas margens de um diálogo. Em José Policarpo & Eduardo Prado Coelho. *Diálogos Sobre a Fé*. (pp. 9-14). Lisboa, Editorial Notícias.

- 
- MARTINI, C. M. (2012). Vaticano II: Continuidade ou descontinuidade com a tradição? Em Darlei Zanon & José Carlos Nunes (Org.). *Vaticano II: 50 anos, 50 olhares*. (pp. 49-51). Lisboa, PAULUS Editora.
- MARTINS, A. I. (2010). *A Europa e os Media*. Col. «Media e Jornalismo», Lisboa, Livros Horizonte.
- MENDONÇA, J. T. (2012). *Pai-nosso que estais na Terra*. (6.<sup>a</sup> ed.). Prior Velho, Paulinas Editora.
- NIETZSCHE, F. (1996). *A Gaia Ciência*. (5.<sup>a</sup> ed.). Tradução de Alfredo Margarido, Lisboa, Guimarães Editores.
- NOGUEIRA, E. D. (1970). *Missão em Moçambique*. Vila Cabral, [s.n.].
- PEREIRA, A. G. & QUADROS, F. de (1997). *Manual de Direito Internacional Público*. Coimbra, Almedina.
- PIRES, M. L. B. (2004). *Teorias da Cultura*. Lisboa, Universidade Católica Portuguesa.
- POLICARPO, J. & COELHO, E. P. (2004). *Diálogos Sobre a Fé*. Lisboa, Editorial Notícias.
- RADCLIFFE-BROWN, A. R. (1989). *Estrutura e Função nas Sociedades Primitivas*. Tradução de Maria João Freire, Lisboa, edições 70.
- RÉGIO, J. (1983). *Confissão dum homem religioso*. (2.<sup>a</sup> ed.). Porto, Brasília Editora.
- RUSS, J. (1998). *A Aventura do Pensamento Europeu*. Lisboa, Terramar.

- 
- SOUSA, M. R. de (2012). O Concílio na adolescência. Em Darlei Zanon & José Carlos Nunes (Org.). *Vaticano II: 50 anos, 50 olhares* (pp. 31-35). Lisboa, PAULUS Editora.
- STEINER, G. (2007). *A Ideia de Europa*. Tradução de Maria de Fátima St. Aubyn, Lisboa, Gradiva.
- TAYLOR, C. (1994). *Multiculturalismo*. Tradução de Marta Machado, Lisboa, Instituto Piaget.
- (2009). *A Ética da Autenticidade*. Tradução de Luís Lóia, Lisboa, Edições 70.
- TEISSIER, H. (2012). *Christophe Lebreton*. (2.<sup>a</sup> ed.). Fátima, Consolata Editora.
- TOCQUEVILLE, A. de. (2001). *Da Democracia na América*. (1.<sup>a</sup> ed.). Tradução de Carlos Correia Monteiro de Oliveira, Cascais, Principia.
- UNIÃO EUROPEIA [UE], (2010). *Versões consolidadas do Tratado da União Europeia e do Tratado sobre o Funcionamento da União Europeia*. Luxemburgo: Serviço das Publicações da União Europeia.
- VAZ, A. dos S. (2012). Bíblia e Vaticano II. Em Darlei Zanon & José Carlos Nunes (Org.). *Vaticano II: 50 anos, 50 olhares*. (pp. 53-57). Lisboa, PAULUS Editora.
- ZANON, D. (2012). *Para ler o Concílio Vaticano II*. Lisboa, PAULUS Editora.

---

## **Webgrafia**

Catecismo da Igreja Católica. Acedido a 29 de outubro de 2012 em

<http://www.ecclesia.pt/catecismo/>

KOZAKAI, T. & WOLTER, R. P. (2007). *Armadilhas do multiculturalismo: análise psicossocial da integração à francesa dos estrangeiros*. Aletheia n.º 26,

Universidade Luterana do Brasil, pp. 11-26. disponível em

<http://pepsic.bvsalud.org/pdf/aletheia/n26/n26a02.pdf>

NADAL, E. (2012, setembro, 04) Concílio Vaticano II. Encontrado em:

<http://agencia.ecclesia.pt/tv/>

[http://www.snpcultura.org/atrio\\_dos\\_gentios\\_espaco\\_dialogo\\_entre\\_crentes\\_e\\_nao\\_crentes.html](http://www.snpcultura.org/atrio_dos_gentios_espaco_dialogo_entre_crentes_e_nao_crentes.html) (acedido em 08 de agosto de 2012)

[http://www.snpcultura.org/a\\_igreja\\_deveria\\_abrir\\_uma\\_especie\\_de\\_atrio\\_dos\\_gentios.html](http://www.snpcultura.org/a_igreja_deveria_abrir_uma_especie_de_atrio_dos_gentios.html) (acedido em 24 de setembro de 2012)

[http://www.snpcultura.org/observatorio\\_da\\_cultura\\_index.html](http://www.snpcultura.org/observatorio_da_cultura_index.html) (acedido em 24 de setembro de 2012)

<http://dre.pt/comum/html/legis/dudh.html> (acedido em 28 de novembro de 2012)

[http://www.snpcultura.org/bento\\_xvi\\_desbravou\\_novas\\_dimensoes\\_de\\_dialogo\\_estetico\\_e\\_etico.html](http://www.snpcultura.org/bento_xvi_desbravou_novas_dimensoes_de_dialogo_estetico_e_etico.html) (acedido em 19 de novembro de 2013)

---

## **Anexos**

Um CD com quatro gravações áudio. Inclui entrevista a D. Jorge Ortega e os diálogos intitulados *O sentido da vida e o sofrimento humano – religião e humanismos* e *Genética e bioética – ciência e política*. Contém de igual modo a apresentação do evento aos jornalistas, estando a mesma dividida em dois fragmentos.